

PRESENTE NA SESSÃO  
ORDINÁRIA

29 JUN. 2023

DELIBERAÇÃO

*Deliberado Aprovar  
sf.*

PRESENTE NA REUNIÃO  
ORDINÁRIA

09 JUN. 2023

DELIBERAÇÃO:

*Deliberado aprovar  
e emitir o ass.  
Municipal.  
Pete*

# CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS 2022





# ***RELATÓRIO DE GESTÃO***



## **ÍNDICE**

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>2</b>  |
| <b>2. OBJETIVO DA CONSOLIDAÇÃO.....</b>  | <b>3</b>  |
| <b>3. PERÍMETRO DA CONSOLIDAÇÃO .....</b>  | <b>4</b>  |
| <b>4. MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO.....</b>  | <b>7</b>  |
| <b>5. INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO.....</b>                                       | <b>8</b>  |
| <b>6. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DA ATIVIDADE CONSOLIDADA.....</b>   | <b>9</b>  |
| <b>6.1 – Balanço Consolidado .....</b>   | <b>9</b>  |
| <b>6.2 – Demonstração de Resultados Consolidada.....</b>   | <b>10</b> |
| <b>6.3 – Fluxos de Caixa Consolidados.....</b>   | <b>11</b> |
| <b>6.4 – Endividamento de Médio e Longo Prazo Consolidado e Dívida Bruta Consolidada.....</b>                | <b>12</b> |
| <b>7. ATIVIDADES DO CONJUNTO EM MATÉRIAS QUE ESTÃO DIRETAMENTE LIGADAS À ATIVIDADE AUTÁRQUICA.....</b>       | <b>12</b> |
| <b>8. PREVISÃO DA EVOLUÇÃO FUTURA DO CONJUNTO DAS ENTIDADES QUE COMPÕEM O PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO.....</b> | <b>13</b> |
| <b>9. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO .....</b>                                 | <b>13</b> |
| <b>10. DISPOSIÇÃO FINAL.....</b>   | <b>14</b> |



## **1. INTRODUÇÃO**

O Município do Vimioso apresenta Prestação de Contas Consolidadas relativas a 31 de dezembro de 2022.

A obrigatoriedade de consolidar decorre do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com as devidas adaptações, que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI) o qual estabelece que *“Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.”*

Mais se determina no RFALEI, que as entidades mãe ou consolidantes são o município, as entidades intermunicipais e a entidade associativa municipal, pelo que o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

Os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são os definidos para as entidades do setor público administrativo.

Em matéria de consolidação de contas o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, revogou a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, pelo que na vigência do SNC-AP, a apresentação e preparação das demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades segue o prescrito na NCP 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas.



A NCP 1- Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, no seu parágrafo 14, caracteriza que um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais ou consolidadas compreende:

- a) Um balanço;
- b) Uma demonstração dos resultados por natureza;
- c) Uma demonstração das alterações no património líquido;
- d) Uma demonstração de fluxos de caixa; e
- e) Anexo às demonstrações financeiras (notas compreendendo um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas).

Ainda no âmbito da consolidação a NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, determina que o objetivo desta Norma é o de regular a contabilidade orçamental, estabelecendo os conceitos, regras e modelos de demonstrações orçamentais de finalidades gerais (individuais, separadas e consolidadas), componentes principais do relato orçamental de uma entidade pública ou de um perímetro de consolidação, de forma a assegurar a comparabilidade, quer com as respetivas demonstrações de períodos anteriores, quer com as de outras entidades. Os mapas da consolidação orçamental são:

- a) Demonstração consolidada de desempenho orçamental, e
- b) Demonstração consolidada de direitos e obrigações.

## **2. OBJETIVO DA CONSOLIDAÇÃO**

A Consolidação de Contas tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal.

A consolidação de contas nos municípios surge, assim, como um passo necessário para melhorar a informação contabilística prestada pela administração local.



### **3. PERÍMETRO DA CONSOLIDAÇÃO**

O perímetro de consolidação é definido pelo artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com as devidas adaptações. De acordo com o artigo anteriormente referido *“o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades”*. O n.º 6 do mesmo artigo determinava que *“devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal”*.

Para efeitos de apuramento do grupo autárquico deve atender-se à existência de controlo, relativamente a outras entidades e que se pode materializar através da detenção total ou parcial, da natureza empresarial no caso das empresas locais ou de outra natureza por referência à condição de poder, sendo que os mesmos se encontram previstos nos n.ºs 4 e 5 do art.º 75 da RFALEI.

O diploma legal que aprova o SNC-AP – Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, estabelece no art.º 7, em matéria de consolidação de contas o perímetro de consolidação orçamental NPC 26 - Contabilidade e Relato Orçamental, e a NCP 22 - Demonstrações Financeiras Consolidadas. No caso da Administração Local, o perímetro de consolidação orçamental é composto pelo conjunto de entidades incluídas neste subsector nas últimas contas sectoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais. O perímetro de consolidação financeira integra as entidades que pertencem ao perímetro de consolidação orçamental e as entidades controladas pelas administrações públicas.



Assim, as demonstrações consolidadas orçamentais e financeiras consubstanciam perímetros diferentes.

Embora se trate da mesma prestação de contas, os mapas reportados são distintos, dependendo do respetivo perímetro de consolidação, seja o orçamental ou o financeiro.

Relativamente a este assunto e com vista a contribuir para a melhor aplicação do SNC-AP, a Comissão de Normalização Contabilística (CNC) divulgou uma resposta que pode ser consultada em [https://www.cnc.min-financas.pt/faqs\\_publico.html](https://www.cnc.min-financas.pt/faqs_publico.html) e que abaixo se transcreve:

*"» Pergunta 18: Perímetro de consolidação de natureza orçamental (NCP26) e de natureza financeira (NCP22): As entidades incluídas no perímetro de consolidação orçamental podem ser diferentes das que constam do perímetro de consolidação financeira, dado que o perímetro de consolidação da NCP26 – Contabilidade e Relato Orçamental é mais restrito do que o da NCP22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas pois está limitado às entidades reclassificadas pelo INE? São neste caso apresentadas duas prestações de contas consolidadas diferentes?*

*Resposta:*

*As demonstrações consolidadas orçamentais e financeiras terão de facto perímetros diferentes. Não obstante não se tratará de duas prestações de contas consolidadas diferentes, mas sim de mapas distintos na mesma prestação de contas consolidada. Assim sendo, aquando da apresentação da prestação de contas consolidadas os Municípios, por exemplo, apresentarão os mapas orçamentais com o perímetro orçamental, que no limite poderá corresponder apenas à entidade consolidante, e os mapas financeiros com o perímetro de controlo.*

*Em resultado dos diferentes perímetros, o saldo de caixa e seus equivalentes não corresponderá ao saldo de gerência, pelo que se recomenda a divulgação, em nota anexa às demonstrações financeiras consolidadas, da identificação dos dois*



*perímetros, bem como da conciliação daqueles saldos. (Aprovada pelo CNCP em 31 de maio de 2022)”*

No caso do Município de Vimioso, e uma vez que não detém o controlo, de forma direta ou indireta de qualquer entidade, apenas é aplicado o disposto no n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Deste modo, só as entidades designadas de “empresas locais”, em consonância com o disposto no artigo 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua versão atual, integram o perímetro de consolidação.

Ponderados todos os fatores conclui-se que, para o ano de 2022, o perímetro de consolidação financeira é composto pelo Município de Vimioso, enquanto entidade contabilística consolidante, e pela entidade Resíduos do Nordeste EIM, S.A., entidade consolidada.

A participação no capital da Resíduos do Nordeste, EIM, SA, reporta-se ao ano de 2019, sendo o capital da empresa representado por 50.000 ações, cujo valor nominal de cada ação é de 1 euro. O Município de Vimioso detém 1.527 ações, representado 3,05% do capital social, correspondendo a 1.527,00 €.

| <b>Entidade Participada</b>    | <b>Valor da Participação</b> | <b>% Participação</b> | <b>Tipo de Entidade</b> |
|--------------------------------|------------------------------|-----------------------|-------------------------|
| Resíduos do Nordeste EIM, S.A. | 1.527,00 €                   | 3,05%                 | Empresa Local           |

A Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., não é uma entidade reclassificada pelo INE, isto é, não consta da lista das entidades que, em 2022, Integravam o Setor Institucional das Administrações Públicas (nos termos do código do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais - SEC2010), não sendo neste caso aplicável o perímetro de consolidação orçamental previsto no parágrafo 23 da NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental (*No caso da Administração Local, o perímetro de consolidação será composto pelo conjunto de entidades incluídas neste subsector nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais*),





pelo que os mapas da consolidação orçamental dizem apenas respeito às contas individuais do Município de Vimioso.

| <b>Perímetro de Consolidação Orçamental e Financeira</b> |   |
|--|---|
| <b>Perímetro de Consolidação Orçamental</b>              | <b>Perímetro de Consolidação Financeira</b> |
| Município de Vimioso                                     | Município de Vimioso                        |
|  | Resíduos do Nordeste EIM, S.A.              |

#### **4. MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO**

Os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos Municípios, que antes eram os previstos na Orientação n.º 1/2010 aprovada pela Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, são agora definidos nas NCP, aplicando-se genericamente as NCP 22, NCP 23, NCP 24 e NCP 18, aos métodos de consolidação dos investimentos financeiros.

Nesta conformidade, o método adotado na presente consolidação de contas foi o Método da Equivalência Patrimonial (MEP).

O Método de Equivalência Patrimonial (também designado como método simplificado de consolidação) nos termos do qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e é ajustado posteriormente em função da evolução pós-aquisição da quota-parte dos ativos líquidos da associada ou empreendimento conjunto detidos pela investidora. Os resultados da Investidora incluem a sua quota-parte nos resultados da participada e os ativos líquidos da Investidora incluem a quota-parte nas alterações nos ativos líquidos da participada que não foram reconhecidas através dos resultados.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foi utilizado o MEP – Método de Equivalência Patrimonial relativamente à participação detida na Resíduos do Nordeste, EIM, S.A..



## **5. INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO**

A participação inicial na Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., encontra-se registada ao seu valor nominal, 1.527,00€, a que corresponde a uma participação de 3,05% no seu capital social, que é de 50.000,00 €.

| Capital Social da Resíduos do Nordeste EIM, S.A. | % Participação | Valor da Participação | Conta SNC-AP | Ano do registo |
|--|----------------|-----------------------|--------------|----------------|
| 50.000,00 €                                      | 3,05%          | 1.527,00 €            | 41.4.1       | 2019           |

O Município apresentou as suas Demonstrações Financeiras individuais em SNC-AP e a "Resíduos do Nordeste, EIM, S.A." em SNC.

Para o ano de 2022, procedeu-se aos ajustamentos em face do seguinte:

Eliminação das transações recíprocas:

| Fornecimentos e serviços externos | % Participação | MEP         | Conta Débito | Conta a Crédito |
|-----------------------------------|----------------|-------------|--------------|-----------------|
| 362 180,19 €                      | 3,05%          | 11 060,98 € | 78           | 62              |

Lucros não atribuídos:

| Lucros não atribuídos | % Participação | MEP         | Conta Débito | Conta a Crédito |
|-----------------------|----------------|-------------|--------------|-----------------|
| 526 142,29 €          | 3,05%          | 16 068,39 € | 56.1         | 57.1.2          |

Resultado líquido do exercício de 2022

| Resultado Líquido - Ano 2022 | % Participação | MEP         | Conta Débito | Conta a Crédito |
|------------------------------|----------------|-------------|--------------|-----------------|
| 375 799,20 €                 | 3,05%          | 11 476,91 € | 41.4.1       | 78              |

Outras variações no Património:

| Outras variações no Património | % Participação | MEP           | Conta Débito | Conta a Crédito |
|--------------------------------|----------------|---------------|--------------|-----------------|
| - 627 307,72 €                 | 3,05%          | - 19 157,99 € | 41.4.1       | 57.1.3          |



Os movimentos originaram um ajustamento no valor da participação social de -7.681,08€.

Relativamente à Demonstração de Resultados do Município para a Demonstração de Resultados Consolidada, ocorreu uma variação positiva de 11.476,91€, resultado da relevação da percentagem de participação dos resultados líquidos obtidos no presente exercício pela Resíduos do Nordeste, EIM, S.A..

Relativamente aos Mapas de Fluxos de Caixa Consolidados, Endividamento de Médio e Longo Prazos Consolidado, os mesmos não sofreram alterações em relação aos mesmos mapas do Município, atendendo à utilização para a Consolidação de Contas do Método de Equivalência Patrimonial.

## **6. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DA ATIVIDADE CONSOLIDADA**

A análise apresentada relativamente à situação económica e financeira consolidada, foi elaborada recorrendo aos dados de 2022 das entidades que constituem o perímetro de consolidação financeira.

### **6.1 – Balanço Consolidado**

Os quadros seguintes apresentam a síntese da estrutura do Balanço Consolidado:

| <b>Ativo</b>   | <b>31/dez/22</b>     | <b>31/ dez/ 21</b>   |
|--|----------------------|----------------------|
| <b>Ativo não corrente</b>                                  |                      |                      |
| Ativos fixos tangíveis                                     | 30 366 531,15        | 29 718 837,23        |
| Propriedades de Investimento                               | 341 172,42           | 358 422,42           |
| Ativos Intangíveis   | 774,90               | 93,33                |
| Participações financeiras                                  | 727 288,02           | 734 969,10           |
| Diferimentos   | 44 646,32            | 35 394,89            |
|  | <b>31 480 412,81</b> | <b>30 847 716,97</b> |
| <b>Ativo corrente</b>                                      |                      |                      |
| Inventários  | 208 559,51           | 195 029,12           |
| Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis | 1 934 944,21         | 1 398 148,92         |
| Clientes, contribuintes e utentes                          | 7 713,14             | 4 739,11             |
| Estado e outros entes públicos                             | 42 045,76            | 22 584,31            |
| Outras contas a receber                                    | 530 913,56           | 267 439,37           |
| Diferimentos   | 4 618,34             | 3 452,36             |
| Caixa e depósitos  | 4 495 528,71         | 4 061 681,85         |
|  | <b>7 224 323,23</b>  | <b>5 953 075,04</b>  |
| <b>Total do Ativo</b>                                      | <b>38 704 736,04</b> | <b>36 800 792,01</b> |



| <b>Património Líquido</b>                    | <b>31/ dez/ 22</b>   | <b>31/ dez/ 21</b>   |
|--|----------------------|----------------------|
| Património/Capital                           | 7 890 561,56         | 7 890 561,56         |
| Reservas                                     | 1 382 191,62         | 1 382 191,62         |
| Resultados Transitados                       | 8 941 477,02         | 8 291 953,29         |
| Ajustamentos em ativos financeiros           | 416 571,61           | 419 661,21           |
| Outras variações no Património Líquido       | 13 864 420,78        | 13 561 290,08        |
| Resultado Líquido do período                 | -81 659,32           | 307 209,86           |
| <b>Total do Património Líquido</b>           | <b>32 413 563,27</b> | <b>31 852 867,62</b> |
| <b>Passivo</b>                               | <b>31/ dez/ 22</b>   | <b>31/ dez/ 21</b>   |
| <b>Passivo não corrente</b>                  |                      |                      |
| Provisões                                    | 18 417,51            | 18 417,51            |
| Diferimentos                                 | 2 583 066,54         | 1 300 305,26         |
| Outras contas a pagar                        | 855 278,86           | 773 007,37           |
|  | <b>3 456 762,91</b>  | <b>2 091 730,14</b>  |
| <b>Passivo Corrente</b>                      |                      |                      |
| Financiamentos Obtidos                       | 2 067 631,03         | 2 048 832,39         |
| Outras contas a Pagar                        | 616 778,83           | 657 361,86           |
| Diferimentos                                 | 150 000,00           | 150 000,00           |
|  | <b>2 834 409,86</b>  | <b>2 856 194,25</b>  |
| <b>Total do Passivo</b>                      | <b>6 291 172,77</b>  | <b>4 947 924,39</b>  |
| <b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b> | <b>38 704 736,04</b> | <b>36 800 792,01</b> |

Da análise dos quadros anteriores, verifica-se que o Ativo Líquido total apresentado no balanço consolidado é de 38.704.736,04€, constituído maioritariamente por Ativos não Correntes. De referir que relativamente ao Ativo Consolidado está evidenciado o ajustamento efetuado na rubrica Participações Financeiras (41.4.1 - Participações de capital) com base na percentagem de participação do Município de Vimioso no Capital Próprio da entidade Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.

O Passivo apresentado no Balanço Consolidado, no montante de 6.291.172,77€, não sofreu qualquer alteração quando comparado com o Balanço Individual do Município de Vimioso.

## **6.2 – Demonstração de Resultados Consolidada**

A demonstração de resultados consolidada é um mapa que pretende complementar o Balanço Consolidado, indicando a natureza dos diversos Rendimentos e Gastos.



De seguida apresenta-se a síntese da Demonstração de Resultados Consolidada do ano de 2022:

| RENDIMENTOS E GASTOS   | Períodos            |                     |
|--|---------------------|---------------------|
|  | 2022                | 2021                |
| Impostos, contribuições e taxas                                  | 550 206,95          | 546 594,27          |
| Vendas   | 126 362,64          | 128 668,09          |
| Prestações de Serviços   | 440 512,94          | 413 827,61          |
| Transferências correntes e subsídios à Exploração obtidos        | 7 271 714,58        | 7 402 833,15        |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas         | -349 005,64         | -488 788,15         |
| Fornecimentos e serviços externos                                | -2 807 725,25       | -2 636 051,25       |
| Gastos com pessoal   | -3 290 264,64       | -3 367 247,09       |
| Transferências e subsídios concedidos                            | -957 554,84         | -750 898,65         |
| Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)               | -3 386,73           | -3 552,64           |
| Outros rendimentos e ganhos                                      | 1 056 191,98        | 1 105 186,68        |
| Outros gastos e perdas   | -2 411,01           | -34 744,04          |
| <b>Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento</b> | <b>2 034 640,99</b> | <b>2 315 827,98</b> |
| Gastos/reversões de depreciação e amortização                    | -2 095 885,31       | -1 997 046,21       |
| <b>Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento)</b>  | <b>-61 244,32</b>   | <b>318 781,77</b>   |
| Juros e rendimentos similares obtidos                            | 4 545,45            | 10 996,50           |
| Juros e gastos similares suportados                              | -24 960,45          | -22 568,41          |
| <b>Resultado antes de impostos</b>                               | <b>-81 659,32</b>   | <b>307 209,86</b>   |
| <b>Resultado líquido do período</b>                              | <b>-81 659,32</b>   | <b>307 209,86</b>   |

O Resultado Líquido de Exercício Consolidado apresenta um valor de -81.659,32€, superior ao registado na Demonstração de Resultados Individual do Município de Vimioso (com um RLE de -93.136,23€), variação influenciada pelos ajustamentos já referido no ponto 5 referente aos procedimentos de consolidação.

### **6.3 – Fluxos de Caixa Consolidados**

Os Fluxos de Caixa Consolidados são Iguais aos Fluxos de Caixa do Município de Vimioso, isto é, não se verifica qualquer alteração em virtude da presente consolidação pelo Método de Equivalência Patrimonial.



#### **6.4 – Endividamento de Médio e Longo Prazo Consolidado e Dívida Bruta Consolidada**

O Endividamento de Médio e Longo Prazo Consolidado e a Dívida Bruta Consolidada é Igual ao Endividamento de Médio e Longo Prazo e à Dívida Bruta do Município de Vimioso, isto é, não se verifica qualquer alteração em virtude da presente consolidação pelo Método de Equivalência Patrimonial.

| <b>Endividamento consolidado de médio e longo prazos</b> |   |                                   |                |   |                           |
|--|---|-----------------------------------|----------------|---|---------------------------|
| Designação   | Dívidas a terceiros de médio/longo prazos |                                   |                | Eliminação de créditos/dívidas recíprocos | Grupo público consolidado |
|  | Município de Vimioso                      | Resíduos do Nordeste. EIM, SA (a) | Total          |   |                           |
| 1  | 2   | 3                                 | 4=2+3          | 5   | 6=4-5                     |
| Empréstimos bancários                                    | 2 067 631,03 €                            | 0,00 €                            | 2 067 631,03 € | 0,00 €                                    | 2 067 631,03 €            |
| Total  | 2 067 631,03 €                            | 0,00 €                            | 2 067 631,03 € | 0,00 €                                    | 2 067 631,03 €            |

(a) Não são reportadas as dívidas de médio/longo prazo da entidade Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. atendendo que o método de consolidação utilizado foi o Método de Equivalência Patrimonial

#### **7. ATIVIDADES DO CONJUNTO EM MATÉRIAS QUE ESTÃO DIRETAMENTE LIGADAS À ATIVIDADE AUTÁRQUICA**

A Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., é uma empresa local, de natureza intermunicipal, sob a forma de sociedade anónima, nos termos dos artigos 271.º e seguintes do Código das Sociedades Comerciais, e artigo 19.º, n.º 1 da Lei 50/2012, de 31 de agosto, com o NIPC 505542331, participada pelos Municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Vila Flor, Vimioso e Vinhais e pela Associação de Municípios do Douro Superior que integra os municípios de Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa.

Relativamente à Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., importa referir que se trata de uma empresa encarregada dos serviços de interesse geral de gestão e tratamento de resíduos urbanos dos municípios que integram a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, dos municípios que integram a Associação da Terra Fria do Nordeste Transmontano, e dos municípios que



integram a Associação dos Municípios do Douro Superior. A Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. exerce ainda atividades no âmbito das energias renováveis.

### ***8. PREVISÃO DA EVOLUÇÃO FUTURA DO CONJUNTO DAS ENTIDADES QUE COMPÕEM O PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO***

No âmbito da prossecução da sua missão, o Município de Vimioso irá levar a cabo estratégias cujo objetivo será a criação das condições necessárias ao desenvolvimento sustentável do território. A assunção por parte do município das competências previstas na lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, poderá originar alguns constrangimentos orçamentais.

Relativamente à empresa Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., esta irá continuar a desenvolver a sua atividade de gestão e tratamento de resíduos urbanos dos municípios que a integram, assim como atividades no âmbito das energias renováveis, de modo a proporcionar um adequado tratamento e valorização dos resíduos, para que todos possamos continuar a desfrutar de um planeta saudável.

A evolução futura do conjunto das entidades que compõem o perímetro de consolidação, será fortemente influenciada pelo contexto macroeconómico, uma vez que a invasão da Ucrânia pela Rússia veio gerar uma enorme perturbação mundial, a todos os níveis, e exacerbou os problemas económicos existentes, tais como o aumento dos preços e a rutura da cadeia de abastecimento.

### ***9. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO***

Não ocorreram factos relevantes após o encerramento do exercício que distorçam a imagem verdadeira e apropriada que consta nas demonstrações financeiras.



## **10. DISPOSIÇÃO FINAL**

De acordo com o artigo 76.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, venho submeter à aprovação pela Digníssima Câmara Municipal, para serem apreciados pelo Órgão Deliberativo durante a sessão ordinária do mês de junho de 2023, o Relatório de Gestão Consolidado referente ao ano de 2022, e as seguintes demonstrações orçamentais e financeiras previstas no n.º6 do artigo 75.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e no Decreto-Lei n.º192/2015, de 11 de setembro (NCP 1 e NCP26):

Demonstrações Orçamentais Consolidadas:

- Demonstração consolidada de desempenho orçamental;
- Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza.

Demonstrações Financeiras Consolidadas:

- Balanço Consolidado;
- Demonstração consolidada de resultados por natureza;
- Demonstração consolidada das alterações no património Líquido;
- Demonstração consolidada dos fluxos de caixa;
- Anexo às demonstrações financeiras, que inclui, o mapa dos saldos e fluxos entre as entidades Incluídas no perímetro de consolidação, o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo.

Vimioso, 2 de junho de 2023.

O Presidente da Câmara Municipal (Entidade consolidante)

  
António Jorge Fidalgo Martins





# **DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS**



***DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA  
DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL***



**Entidade: Município de Vimioso**  
**Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental**  
**Período findo em 31 de dezembro de 2022**

| RUBRICA  | RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS   | FONTES DE FINANCIAMENTO (2022) |     |              |      |              |                | 2021           |
|----------|---|--------------------------------|-----|--------------|------|--------------|----------------|----------------|
|          |   | R P                            | R G | U E          | EMPR | F. ALHEIOS   | TOTAL          |                |
| RA01     | Saldo da gestão anterior  | 2 727 291,27 €                 |     | 561 983,21 € |      | 773 007,37 € | 4 061 681,85 € | 3 434 087,82 € |
| RI01     | Operações orçamentais [1]   | 2 727 291,27 €                 |     | 561 983,21 € |      |              | 3 288 674,48 € | 2 718 456,34 € |
| RI02     | Devolução do saldo oper. orçamentais                                  |                                |     |              |      |              |                |                |
| RI04     | Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades                |                                |     |              |      |              |                |                |
| RI03     | Operações de tesouraria [A]   |                                |     |              |      | 773 007,37 € | 773 007,37 €   | 715 631,48 €   |
| RA02     | Receita corrente  | 8 625 511,68 €                 |     | 189 373,05 € |      |              | 8 814 684,73 € | 8 798 239,98 € |
| R1       | Receita fiscal  | 526 447,20 €                   |     |              |      |              | 526 447,20 €   | 536 469,25 €   |
| R1.1     | Impostos diretos  | 526 447,20 €                   |     |              |      |              | 526 447,20 €   | 536 469,25 €   |
| R1.2     | Impostos indiretos  |                                |     |              |      |              |                |                |
| R2       | Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde |                                |     |              |      |              |                |                |
| R3       | Taxas, multas e outras penalidades                                    | 35 208,34 €                    |     |              |      |              | 35 208,34 €    | 28 654,03 €    |
| R4       | Rendimentos de propriedade  | 11 842,52 €                    |     |              |      |              | 11 842,52 €    | 10 996,50 €    |
| R5       | Transferências e subsídios correntes                                  | 7 299 217,87 €                 |     | 189 373,05 € |      |              | 7 488 590,92 € | 7 392 302,22 € |
| R5.1     | Transferências correntes  | 7 299 217,87 €                 |     | 189 373,05 € |      |              | 7 488 590,92 € | 7 392 302,22 € |
| R5.1.1   | Administrações Públicas   | 7 054 625,69 €                 |     | 189 373,05 € |      |              | 7 243 998,68 € | 7 233 286,44 € |
| R5.1.1.1 | Administração Central - Estado Português                              | 6 579 504,94 €                 |     | 189 373,05 € |      |              | 6 768 877,99 € | 7 096 477,89 € |
| R5.1.1.2 | Administração Central - Outras entidades                              | 475 120,69 €                   |     |              |      |              | 475 120,69 €   | 136 808,53 €   |
| R5.1.1.3 | Segurança Social  |                                |     |              |      |              |                |                |
| R5.1.1.4 | Administração Regional  |                                |     |              |      |              |                |                |
| R5.1.1.5 | Administração Local   |                                |     |              |      |              |                |                |
| R5.1.2   | Exterior - U E  |                                |     |              |      |              |                |                |
| R5.1.3   | Outras  | 244 592,24 €                   |     |              |      |              | 244 592,24 €   | 139 013,78 €   |
| R5.2     | Subsídios correntes   |                                |     |              |      |              |                |                |
| R6       | Venda de bens e serviços  | 587 051,40 €                   |     |              |      |              | 587 051,40 €   | 619 629,55 €   |
| R7       | Outras receitas correntes   | 165 544,35 €                   |     |              |      |              | 165 544,35 €   | 210 188,43 €   |
| RA03     | Receita de capital  | 1 701 377,05 €                 |     | 685 768,02 € |      |              | 2 387 145,07 € | 1 939 511,63 € |
| R8       | Venda de bens de investimento   |                                |     |              |      |              |                | 20 390,00 €    |
| R9       | Transferências e subsídios de capital                                 | 1 701 377,05 €                 |     | 685 768,02 € |      |              | 2 387 145,07 € | 1 904 208,68 € |
| R9.1     | Transferências de capital   | 1 701 377,05 €                 |     | 685 768,02 € |      |              | 2 387 145,07 € | 1 904 208,68 € |
| R9.1.1   | Administrações Públicas   | 1 701 377,05 €                 |     | 685 768,02 € |      |              | 2 387 145,07 € | 1 904 208,68 € |
| R9.1.1.1 | Administração Central - Estado Português                              | 1 701 377,05 €                 |     | 685 768,02 € |      |              | 2 387 145,07 € | 1 904 208,68 € |
| R9.1.1.2 | Administração Central - Outras entidades                              |                                |     |              |      |              |                |                |
| R9.1.1.3 | Segurança Social  |                                |     |              |      |              |                |                |
| R9.1.1.4 | Administração Regional  |                                |     |              |      |              |                |                |
| R9.1.1.5 | Administração Local   |                                |     |              |      |              |                |                |
| R9.1.2   | Exterior - U E  |                                |     |              |      |              |                |                |
| R9.1.3   | Outras  |                                |     |              |      |              |                |                |



## MUNICÍPIO DE VIMIOSO – Câmara Municipal

|          |  |                 |                |              |              |                 |                 |
|----------|--|-----------------|----------------|--------------|--------------|-----------------|-----------------|
| R9.2     | Subsídios de capital                     |                 |                |              |              |                 |                 |
| R10      | Outras receitas de capital               |                 |                |              |              |                 | 14 912,95 €     |
| RA04     | Recarga efetiva [2]                      | 10 926 688,79 € | 875 141,07 €   |              |              | 11 201 829,80 € | 10 787 751,61 € |
| R11      | Reposições não abatidas aos pagamentos   |                 |                |              |              |                 |                 |
| RA05     | Recarga não efetiva [3]                  |                 |                | 274 411,92 € |              | 274 411,92 €    | 225 588,08 €    |
| R12      | Recarga com ativos financeiros           |                 |                |              |              |                 |                 |
| R13      | Recarga com passivos financeiros         |                 |                | 274 411,92 € |              | 274 411,92 €    | 225 588,08 €    |
| RA06     | Soma [4]=[1]+[2]+[3]                     | 13 053 980,00 € | 1 496 524,28 € | 274 411,92 € |              | 14 764 916,20 € | 13 681 796,09 € |
| ROT1     | Operações de tesouraria [B]              |                 |                |              | 161 096,15 € | 161 096,15 €    | 190 144,79 €    |
| DA01     | Despesa corrente                         | 7 650 608,92 €  |                |              |              | 7 650 608,92 €  | 7 171 099,48 €  |
| D1       | Despesas com o pessoal                   | 3 974 221,65 €  |                |              |              | 3 974 221,65 €  | 3 404 194,66 €  |
| D1.1     | Remunerações Fixas e Permanentes         | 2 629 157,87 €  |                |              |              | 2 629 157,87 €  | 2 649 189,44 €  |
| D1.2     | Abonos Variáveis ou Eventuais            | 54 798,98 €     |                |              |              | 54 798,98 €     | 39 641,60 €     |
| D1.3     | Segurança social                         | 690 324,80 €    |                |              |              | 690 324,80 €    | 721 969,62 €    |
| D2       | Aquisição de bens e serviços             | 3 285 116,47 €  |                |              |              | 3 285 116,47 €  | 2 914 909,99 €  |
| D3       | Juros e outros encargos                  | 22 227,12 €     |                |              |              | 22 227,12 €     | 21 889,51 €     |
| D4       | Transferências e subsídios correntes     | 944 138,90 €    |                |              |              | 944 138,90 €    | 764 488,65 €    |
| D4.1     | Transferências correntes                 | 944 138,90 €    |                |              |              | 944 138,90 €    | 764 488,65 €    |
| D4.1.1   | Administrações Públicas                  | 326 962,49 €    |                |              |              | 326 962,49 €    | 169 966,02 €    |
| D4.1.1.1 | Administração Central - Estado Português | 92 426,55 €     |                |              |              | 92 426,55 €     |                 |
| D4.1.1.2 | Administração Central - Outras entidades |                 |                |              |              |                 |                 |
| D4.1.1.3 | Segurança Social                         |                 |                |              |              |                 |                 |
| D4.1.1.4 | Administração Regional                   |                 |                |              |              |                 |                 |
| D4.1.1.5 | Administração Local                      | 239 935,94 €    |                |              |              | 239 935,94 €    | 169 966,02 €    |
| D4.1.2   | Entidades do Setor Não Lucrativo         | 446 789,26 €    |                |              |              | 446 789,26 €    | 371 194,90 €    |
| D4.1.3   | Famílias                                 | 170 992,55 €    |                |              |              | 170 992,55 €    | 229 998,99 €    |
| D4.1.4   | Outras                                   |                 |                |              |              |                 |                 |
| D4.2     | Subsídios Correntes                      |                 |                |              |              |                 |                 |
| D5       | Outras despesas correntes                | 24 904,78 €     |                |              |              | 24 904,78 €     | 66 206,71 €     |
| DA02     | Despesa de capital                       | 2 990 080,55 €  |                | 274 411,92 € |              | 3 204 492,47 €  | 2 956 765,26 €  |
| D6       | Aquisição de bens de capital             | 2 884 729,01 €  |                | 274 411,92 € |              | 3 159 140,93 €  | 2 942 868,26 €  |
| D7       | Transferências e subsídios de capital    | 14 066,54 €     |                |              |              | 14 066,54 €     | 4 000,00 €      |
| D7.1     | Transferências de capital                | 14 066,54 €     |                |              |              | 14 066,54 €     | 4 000,00 €      |
| D7.1.1   | Administrações Públicas                  |                 |                |              |              |                 |                 |
| D7.1.1.1 | Administração Central - Estado Português |                 |                |              |              |                 |                 |
| D7.1.1.2 | Administração Central - Outras entidades |                 |                |              |              |                 |                 |
| D7.1.1.3 | Segurança Social                         |                 |                |              |              |                 |                 |
| D7.1.1.4 | Administração Regional                   |                 |                |              |              |                 |                 |
| D7.1.1.5 | Administração Local                      |                 |                |              |              |                 |                 |
| D7.1.2   | Entidades do Setor não Lucrativo         | 14 066,54 €     |                |              |              | 14 066,54 €     | 4 000,00 €      |
| D7.1.3   | Famílias                                 |                 |                |              |              |                 |                 |
| D7.1.4   | Outras                                   |                 |                |              |              |                 |                 |



## MUNICÍPIO DE VIMIOSO – Câmara Municipal

|      |   |                 |                |               |              |              |                 |                 |
|------|---|-----------------|----------------|---------------|--------------|--------------|-----------------|-----------------|
| D7.2 | Subsídios de capital                    |                 |                |               |              |              |                 |                 |
| D8   | Outras despesas de capital              | 31 285,00 €     |                |               |              |              | 31 285,00 €     | 9 897,00 €      |
| DA03 | Despesa efetiva [5]                     | 10 580 688,87 € |                |               | 274 411,92 € |              | 10 855 100,79 € | 10 127 858,72 € |
| DA04 | Despesa não efetiva [6]                 | 289 565,56 €    |                |               |              |              | 289 565,56 €    | 285 262,83 €    |
| D9   | Despesa com ativos financeiros          |                 |                |               |              |              |                 |                 |
| D10  | Despesa com passivos financeiros        | 289 565,56 €    |                |               |              |              | 289 565,56 €    | 285 262,83 €    |
| DA05 | Soma [7]=[5]+[6]                        | 10 850 254,43 € |                |               | 274 411,92 € |              | 11 124 666,35 € | 10 393 121,55 € |
| DOT1 | Operações de tesouraria [C]             |                 |                |               |              | 78 824,66 €  | 78 824,66 €     | 132 768,90 €    |
| DA06 | Saldo para a garantia seguinte          | 2 203 725,57 €  | 1 496 524,28 € |               |              | 855 278,86 € | 4 495 528,71 €  | 4 061 681,85 €  |
| DA07 | Operações orçamentais [8] = [4]-[7]     | 2 203 725,57 €  | 1 496 524,28 € |               |              |              | 3 640 249,85 €  | 3 288 674,48 €  |
| DA08 | Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C] |                 |                |               |              | 855 278,86 € | 855 278,86 €    | 773 007,37 €    |
| DA09 | Saldo global [2] - [5]                  | -254 000,14 €   | 875 141,07 €   | -274 411,92 € |              |              | 945 729,01 €    | 609 892,89 €    |
| DA10 | Despesa primária                        | 10 558 461,75 € |                |               | 274 411,92 € |              | 10 892 879,67 € | 10 105 969,21 € |
| DA11 | Saldo corrente                          | 974 705,96 €    | 189 379,05 €   |               |              |              | 1 164 076,41 €  | 1 627 146,52 €  |
| DA12 | Saldo de capital                        | -1 228 709,50 € | 685 768,02 €   | -274 411,92 € |              |              | -817 347,40 €   | -1 017 259,63 € |
| DA13 | Saldo primário                          | -231 779,02 €   | 875 141,07 €   | -274 411,92 € |              |              | 968 956,13 €    | 631 782,40 €    |
| DA14 | Receita total [1] + [2] + [3]           | 13 039 980,00 € | 1 496 524,28 € | 274 411,92 €  |              |              | 14 764 916,20 € | 13 681 796,03 € |
| DA15 | Despesa total [5] + [6]                 | 10 850 254,43 € |                |               | 274 411,92 € |              | 11 124 666,35 € | 10 393 121,55 € |

\* Os pagamentos, recebimentos, assim como os saldos deverão estar discriminados de acordo com os grupos de fontes de financiamento.



***DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA  
DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR  
NATUREZA***



**Entidade: Município de Vimioso**  
**Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza**  
**Período findo em 31 de dezembro de 2022**

| Rubrica | LIQUIDAÇÕES   | N           | N-1         |
|---------|---|-------------|-------------|
|         | Receita corrente  | 98 517,88 € | 94 858,18 € |
| R1      | Receita fiscal  |             |             |
| R11     | Impostos diretos  |             |             |
| R12     | Impostos indiretos  |             |             |
| R2      | Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde |             |             |
| R3      | Taxas, multas e outras penalidades                                    | 1 928,25 €  | 1 864,57 €  |
| R4      | Rendimentos de propriedade  |             |             |
| R5      | Transferências correntes  |             |             |
| R51     | Administrações Públicas   |             |             |
| R511    | Administração Central - Estado  |             |             |
| R512    | Administração Central - Outras entidades                              |             |             |
| R513    | Segurança Social  |             |             |
| R514    | Administração Regional  |             |             |
| R515    | Administração Local   |             |             |
| R52     | Exterior - EU   |             |             |
| R53     | Outras  |             |             |
| R6      | Venda de bens e serviços  | 96 989,62 € | 92 993,81 € |
| R7      | Outras receitas correntes   |             |             |
|         | Receita de Capital  |             |             |
| R8      | Venda de bens de investimento   |             |             |
| R9      | Transferências de capital   |             |             |
| R91     | Administrações Públicas   |             |             |
| R911    | Administração Central - Estado  |             |             |
| R912    | Administração Central - Outras entidades                              |             |             |
| R913    | Segurança Social  |             |             |
| R914    | Administração Regional  |             |             |
| R915    | Administração Local   |             |             |
| R92     | Exterior - EU   |             |             |
| R93     | Outras  |             |             |
| R10     | Outras receitas de capital  |             |             |
| R11     | Reposições não abatidas aos pagamentos                                |             |             |
|         | Receita efetiva (2)   | 98 517,88 € | 94 858,18 € |
|         | Receita não efetiva (3)   |             |             |
| R12     | Receita com ativos financeiros  |             |             |
| R13     | Receita com passivos financeiros                                      |             |             |
|         | Receita Total (4) = (1) + (2) + (3)                                   | 98 517,88 € | 94 858,18 € |

| Rubrica | OSRIGAÇÕES                               | N | N-1 |
|---------|--|---|-----|
|         | Despesa corrente                         |   |     |
| D1      | Despesas com o pessoal                   |   |     |
| D11     | Remunerações Certas e Permanentes        |   |     |
| D12     | Abonos Variáveis ou Eventuais            |   |     |
| D13     | Segurança social                         |   |     |
| D2      | Aquisição de bens e serviços             |   |     |
| D3      | Juros e outros encargos                  |   |     |
| D4      | Transferências correntes                 |   |     |
| D41     | Administrações Públicas                  |   |     |
| D411    | Administração Central - Estado           |   |     |
| D412    | Administração Central - Outras entidades |   |     |
| D413    | Segurança Social                         |   |     |
| D414    | Administração Regional                   |   |     |
| D415    | Administração Local                      |   |     |
| D42     | Instituições sem fins lucrativos         |   |     |
| D43     | Famílias                                 |   |     |
| D44     | Outras                                   |   |     |
| D5      | Subsídios                                |   |     |
| D6      | Outras despesas correntes                |   |     |
|         | Despesa de Capital                       |   |     |
| D7      | Investimento                             |   |     |
| D8      | Transferências de capital                |   |     |
| D81     | Administrações Públicas                  |   |     |
| D811    | Administração Central - Estado           |   |     |
| D812    | Administração Central - Outras entidades |   |     |
| D813    | Segurança Social                         |   |     |
| D814    | Administração Regional                   |   |     |
| D815    | Administração Local                      |   |     |
| D82     | Instituições sem fins lucrativos         |   |     |
| D83     | Famílias                                 |   |     |
| D84     | Outras                                   |   |     |
| D9      | Outras despesas de capital               |   |     |
|         | Despesa efetiva (5)                      |   |     |
|         | Despesa não efetiva (6)                  |   |     |
| D10     | Despesa com ativos financeiros           |   |     |
| D11     | Despesa com passivos financeiros         |   |     |
|         | Despesa Total (7) = (5) + (6)            |   |     |



# **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**





# ***BALANÇO CONSOLIDADO***



## Entidade: Município de Vimioso

## Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2022

Unidade Monetária [Euro]

| Rubricas   | Notas | Datas                |                      |
|--|-------|----------------------|----------------------|
|  |       | 31/dez/22            | 31/dez/21            |
| <b>Ativo</b>   |       |                      |                      |
| <b>Ativo não corrente</b>                                  |       |                      |                      |
| Ativos fixos tangíveis                                     |       | 30 366 531,15        | 29 718 837,23        |
| Propriedades de Investimento                               |       | 341 172,42           | 358 422,42           |
| Ativos Intangíveis   |       | 774,90               | 93,33                |
| Participações financeiras                                  |       | 727 288,02           | 734 969,10           |
| Diferimentos   |       | 44 646,32            | 35 394,89            |
|  |       | <b>31 480 412,81</b> | <b>30 847 716,97</b> |
| <b>Ativo corrente</b>                                      |       |                      |                      |
| Inventários  |       | 208 559,51           | 195 029,12           |
| Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis |       | 1 934 944,21         | 1 398 148,92         |
| Clientes, contribuintes e utentes                          |       | 7 713,14             | 4 739,11             |
| Estado e outros entes públicos                             |       | 42 045,76            | 22 584,31            |
| Outras contas a receber                                    |       | 530 913,56           | 267 439,37           |
| Diferimentos   |       | 4 618,34             | 3 452,36             |
| Caixa e depósitos  |       | 4 495 528,71         | 4 061 681,85         |
|  |       | <b>7 224 323,23</b>  | <b>5 953 075,04</b>  |
|  |       |                      |                      |
| <b>Total do Ativo</b>                                      |       | <b>38 704 736,04</b> | <b>36 800 792,01</b> |
| <b>Património Líquido</b>                                  |       |                      |                      |
| Património/Capital   |       | 7 890 561,56         | 7 890 561,56         |
| Reservas   |       | 1 382 191,62         | 1 382 191,62         |
| Resultados Transitados                                     |       | 8 941 477,02         | 8 291 953,29         |
| Ajustamentos em ativos financeiros                         |       | 416 571,61           | 419 661,21           |
| Outras variações no Património Líquido                     |       | 13 864 420,78        | 13 561 290,08        |
| Resultado líquido do período                               |       | -81 659,32           | 307 209,86           |
| <b>Total do Património Líquido</b>                         |       | <b>32 413 563,27</b> | <b>31 852 867,62</b> |
| <b>Passivo</b>   |       |                      |                      |
| <b>Passivo não corrente</b>                                |       |                      |                      |
| Provisões  |       | 18 417,51            | 18 417,51            |
| Diferimentos   |       | 2 583 066,54         | 1 300 305,26         |
| Outras contas a pagar                                      |       | 855 278,86           | 773 007,37           |
|  |       | <b>3 456 762,91</b>  | <b>2 091 730,14</b>  |
| <b>Passivo Corrente</b>                                    |       |                      |                      |
| Financiamentos Obtidos                                     |       | 2 067 631,03         | 2 048 832,39         |
| Outras contas a Pagar                                      |       | 616 778,83           | 657 361,86           |
| Diferimentos   |       | 150 000,00           | 150 000,00           |
|  |       | <b>2 834 409,86</b>  | <b>2 856 194,25</b>  |
|  |       |                      |                      |
| <b>Total do Passivo</b>                                    |       | <b>6 291 172,77</b>  | <b>4 947 924,39</b>  |
|  |       |                      |                      |
| <b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>               |       | <b>38 704 736,04</b> | <b>36 800 792,01</b> |




***DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE  
RESULTADOS POR NATUREZA***



**Entidade: Município de Vimioso**  
**Demonstração consolidada dos Resultados por Naturezas**  
**Período findo em 31 de dezembro de 2022**

Unidade Monetária  
[Euro]

| RENDIMENTOS E GASTOS   | NOTAS | Períodos            |                     |
|--|-------|---------------------|---------------------|
|  |       | 2022                | 2021                |
| Impostos, contribuições e taxas  |       | 550 206,95          | 546 594,27          |
| Vendas   |       | 126 362,64          | 128 668,09          |
| Prestações de Serviços   |       | 440 512,94          | 413 827,61          |
| Transferências correntes e subsídios à Exploração obtidos                    |       | 7 271 714,58        | 7 402 833,15        |
| Variações nos inventários da produção  |       | 0,00                | 0,00                |
| Trabalhos para a própria entidade  |       | 0,00                | 0,00                |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas                     |       | -349 005,64         | -488 788,15         |
| Fornecimentos e serviços externos  |       | -2 807 725,25       | -2 636 051,25       |
| Gastos com pessoal   |       | -3 290 264,64       | -3 367 247,09       |
| Transferências e subsídios concedidos  |       | -957 554,84         | -750 898,65         |
| Prestações sociais   |       | 0,00                | 0,00                |
| Imparidade de inventários (perdas/reversões)                                 |       |                     |                     |
| Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)                           |       | -3 386,73           | -3 552,64           |
| Provisões (aumentos/reduções)  |       | 0,00                | 0,00                |
| Imparidade de Investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões) |       | 0,00                | 0,00                |
| Aumentos/reduções de justo valor   |       | 0,00                | 0,00                |
| Outros rendimentos e ganhos  |       | 1 056 191,98        | 1 105 186,68        |
| Outros gastos e perdas   |       | -2 411,01           | -34 744,04          |
| <b>Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento</b>             |       | <b>2 034 640,99</b> | <b>2 315 827,98</b> |
| Gastos/reversões de depreciação e amortização                                |       | -2 095 885,31       | -1 997 046,21       |
| <b>Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento)</b>              |       | <b>-61 244,32</b>   | <b>318 781,77</b>   |
| Juros e rendimentos similares obtidos  |       | 4 545,45            | 10 996,50           |
| Juros e gastos similares suportados  |       | -24 960,45          | -22 568,41          |
| <b>Resultado antes de Impostos</b>   |       | <b>-81 659,32</b>   | <b>307 209,86</b>   |
| Imposto sobre rendimento do período  |       | 0,00                | 0,00                |
| <b>Resultado líquido do período</b>  |       | <b>-81 659,32</b>   | <b>307 209,86</b>   |



***DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA  
DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO  
LÍQUIDO***



MUNICÍPIO DE VIMIOSO – Câmara Municipal

Entidade: Município de Vimioso

Demonstração consolidada das alterações no património líquido

Período findo em 31 de dezembro de 2022

| Designação   | Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla |                                    |                 |   |                 |                         |                                    |                             |                                   |                              |                 | Interesses que não controlam | Total do património líquido |
|--|--|------------------------------------|-----------------|---|-----------------|-------------------------|------------------------------------|-----------------------------|-----------------------------------|------------------------------|-----------------|------------------------------|-----------------------------|
|  | Capital / Património Realizado   | Outros Instrum. de capital próprio | Reservas legais | Reservas decorrentes da transferência de ativos | Outras reservas | Resultados transferidos | Ajustamentos em ativos financeiros | Excedentes de revalorização | Outras var. no património líquido | Resultado líquido do período | TOTAL           |                              |                             |
| POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO                           | 7 890 861,56 €   | 0,00 €                             | 1 389 842,58€   | 0,00 €  | 12 948,96 €     | 8 291 953,29 €          | 419 081,21 €                       | 0,00 €                      | 13 861 290,08 €                   | 307 209,86 €                 | 31 832 867,82 € | 0,00 €                       | 31 832 867,82 €             |
| ALTERAÇÕES NO PERÍODO                                  |  |                                    |                 |   |                 |                         |                                    |                             |                                   |                              |                 |                              |                             |
| Ajustamentos de transição de referência contabilística |  |                                    |                 |   |                 |                         |                                    |                             |                                   |                              | 0,00 €          |                              | 0,00 €                      |
| Alterações de políticas contabilísticas                |  |                                    |                 |   |                 |                         |                                    |                             |                                   |                              | 0,00 €          |                              | 0,00 €                      |
| Diferenças de conversão de demonstrações financeiras   |  |                                    |                 |   |                 |                         |                                    |                             |                                   |                              | 0,00 €          |                              | 0,00 €                      |
| Realização do excedente de revalorização               |  |                                    |                 |   |                 |                         |                                    |                             |                                   |                              | 0,00 €          |                              | 0,00 €                      |
| Excedentes de revalorização e respetivas variações     |  |                                    |                 |   |                 |                         |                                    |                             |                                   |                              | 0,00 €          |                              | 0,00 €                      |
| Transferências e subsídios de capital                  |  |                                    |                 |   |                 |                         |                                    |                             | 1 084 988,20 €                    |                              | 1 084 988,20 €  |                              | 1 084 988,20 €              |
| Outras alterações reconhecidas no Património Líquido   |  |                                    |                 |   |                 | 7 297,07 €              | -3 089,80 €                        |                             |                                   |                              | 4 207,27 €      |                              | 4 207,27 €                  |
| Correção de erros materiais                            |  |                                    |                 |   |                 |                         |                                    |                             |                                   |                              | 0,00 €          |                              | 0,00 €                      |
|  | 0,00 €   | 0,00 €                             | 0,00 €          | 0,00 €  | 0,00 €          | 7 297,07 €              | -3 089,80 €                        | 0,00 €                      | 1 084 988,20 €                    | 0,00 €                       | 1 088 195,47 €  | 0,00 €                       | 1 088 195,47 €              |
| RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO                           |  |                                    |                 |   |                 |                         |                                    |                             |                                   | -81 689,32 €                 | -81 689,32 €    |                              | -81 689,32 €                |
| RESULTADO INTEGRAL                                     |  |                                    |                 |   |                 |                         |                                    |                             |                                   | -81 689,32 €                 | -81 689,32 €    |                              | -81 689,32 €                |
| OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO         |  |                                    |                 |   |                 |                         |                                    |                             |                                   |                              |                 |                              |                             |
| Realizações de capital/património                      |  |                                    |                 |   |                 |                         |                                    |                             |                                   |                              | 0,00 €          |                              | 0,00 €                      |
| Entradas para cobertura de perdas                      |  |                                    |                 |   |                 |                         |                                    |                             |                                   |                              | 0,00 €          |                              | 0,00 €                      |
| Outras operações                                       |  |                                    |                 |   |                 | 642 226,66 €            |                                    |                             | -781 857,50 €                     | -307 209,86 €                | -448 840,70 €   |                              | -448 840,70 €               |
|  | 0,00 €   | 0,00 €                             | 0,00 €          | 0,00 €  | 0,00 €          | 642 226,66 €            | 0,00 €                             | 0,00 €                      | -781 857,50 €                     | -307 209,86 €                | -448 840,70 €   |                              | -448 840,70 €               |
| POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO                              | 7 890 861,56 €   | 0,00 €                             | 1 389 842,58€   | 0,00 €  | 12 948,96 €     | 8 941 477,02 €          | 416 571,81€                        | 0,00 €                      | 13 884 420,78 €                   | -81 689,32 €                 | 32 413 563,27 € | 0,00 €                       | 32 413 563,27 €             |



***DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE  
FLUXOS DE CAIXA***



**Entidade: Município de Vimioso**  
**Demonstração consolidada dos Fluxos de Caixa**  
**Período findo em 31 de dezembro de 2022**

| Rubricas  | Notas | Datas                 |                        |
|---|-------|-----------------------|------------------------|
|   |       | 2022                  | 2021                   |
| <b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>                      |       |                       |                        |
| Recebimentos de clientes  |       | 587 051,40 €          | 619 629,55 €           |
| Recebimentos de contribuintes   |       | 526 447,20 €          | 536 469,25 €           |
| Recebimentos de transferências e subsídios correntes                    |       | 7 488 590,92 €        | 7 392 302,22 €         |
| Recebimentos de utentes   |       | 35 208,34 €           | 28 654,03 €            |
| Pagamentos a fornecedores   |       | -3 285 116,47 €       | -2 914 303,93 €        |
| Pagamentos ao pessoal   |       | -3 374 221,65 €       | -3 404 194,66 €        |
| Pagamentos de transferências e subsídios                                |       | -944 138,30 €         | -764 498,65 €          |
| Caixa gerada pelas operações  |       | 1 033 821,44 €        | 1 494 057,81 €         |
| Outros recebimentos/pagamentos  |       | 222 911,06 €          | 201 357,61 €           |
| <b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)</b>                  |       | <b>1 256 732,50 €</b> | <b>1 695 415,42 €</b>  |
|   |       |                       |                        |
| <b>Fluxos de caixa das atividades de Investimento</b>                   |       |                       |                        |
| <b>Pagamentos respeitantes a:</b>                                       |       |                       |                        |
| Pagamentos - Ativos fixos tangíveis                                     |       | -3 124 348,62 €       | -2 930 132,22 €        |
| Pagamentos - Ativos Intangíveis   |       | -34 792,31 €          | -12 736,04 €           |
| Pagamentos - Outros ativos  |       | -45 351,54 €          | -13 897,00 €           |
| <b>Recebimentos provenientes de:</b>                                    |       |                       |                        |
| Recebimentos - Ativos fixos tangíveis                                   |       |                       | 20 390,00 €            |
| Recebimentos - Transferências de capital                                |       | 2 387 145,07 €        | 1 919 121,63 €         |
| Recebimentos - Dividendos   |       | 11 842,52 €           | 10 996,50 €            |
| <b>Fluxos de caixa das atividades de Investimento (b)</b>               |       | <b>-805 504,88 €</b>  | <b>-1 006 257,13 €</b> |
|   |       |                       |                        |
| <b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>                  |       |                       |                        |
| <b>Recebimentos provenientes de:</b>                                    |       |                       |                        |
| Recebimentos - Financiamentos obtidos                                   |       | 274 411,92 €          | 225 588,08 €           |
| <b>Pagamentos respeitantes a:</b>                                       |       |                       |                        |
| Pagamentos - Financiamentos obtidos                                     |       | -255 613,28 €         | -254 798,47 €          |
| Pagamentos - Juros e gastos similares                                   |       | -22 227,12 €          | -21 889,51 €           |
| Pagamentos - Outras operações de financiamento                          |       | -13 952,28 €          | -10 464,36 €           |
| <b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)</b>              |       | <b>-17 380,76 €</b>   | <b>-61 564,26 €</b>    |
|   |       |                       |                        |
| <b>Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)</b>                    |       | <b>433 846,86 €</b>   | <b>627 594,03 €</b>    |
| <b>Efeito das diferenças de câmbio</b>                                  |       |                       |                        |
| <b>Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período</b>          |       | <b>4 061 681,85 €</b> | <b>3 434 087,82 €</b>  |
| <b>Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período</b>             |       | <b>4 495 528,71 €</b> | <b>4 061 681,85 €</b>  |
|   |       |                       |                        |
| <b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA</b> |       |                       |                        |
| <b>Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período</b>          |       | <b>4 061 681,85 €</b> | <b>3 434 087,82 €</b>  |
| Saldo da gerência anterior (SGA)  |       | 4 061 681,85 €        | 3 434 087,82 €         |
| SGA De execução orçamental  |       | 3 288 674,48 €        | 2 718 456,34 €         |
| SGA De operações de tesouraria  |       | 773 007,37 €          | 715 631,48 €           |
| <b>Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período</b>             |       | <b>4 495 528,71 €</b> | <b>4 061 681,85 €</b>  |
| Saldo para a gerência seguinte (SGS)                                    |       | 4 495 528,71 €        | 4 061 681,85 €         |
| SGS De execução orçamental  |       | 3 640 249,85 €        | 3 288 674,48 €         |
| SGS De operações de tesouraria  |       | 855 278,86 €          | 773 007,37 €           |





***ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS CONSOLIDADAS***



## **Nota 1 - Entidades Incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas**

De acordo com o artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 13 de setembro, com as devidas adaptações, o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade Intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

De acordo com as participações do Município de Vimioso, podemos definir as entidades incluídas e excluídas do perímetro de consolidação, que de seguida se identificam:

### **a) Entidades Incluídas no perímetro de consolidação:**

- Denominação social, sede e nº de pessoas ao Serviço:

a.1.) Designação da entidade: MUNICÍPIO DE VIMIOSO

Sede: Praça Eduardo Coelho – 5230-315 Vimioso

Pessoas ao serviço em 31/12/2022: 154

a.2.) Designação da entidade: Resíduos do Nordeste EIM, S.A.

Sede: Rua Fundação Calouste Gulbenkian – 5370-340 Mirandela

Pessoas ao serviço em média no ano de 2022: 12

- Motivos da sua inclusão na consolidação com indicação:

O n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua versão atual, determina que *“devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços Intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades Intermunicipais ou entidade associativa municipal”*.

A Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., é uma empresa local, de natureza Intermunicipal, sob a forma de sociedade anónima, nos termos dos artigos 271.º e seguintes do Código das Sociedades Comerciais, e artigo 19.º, n.º 1 da Lei 50/2012, de 31 de agosto, com o NUIPC 505542331, participada pelos Municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Vila Flor, Vimioso e Vinhais e pela Associação de Municípios do Douro Superior que integra os municípios de Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa.

Relativamente à Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., importa referir que se trata de uma empresa encarregada dos serviços de Interesse geral de gestão e tratamento de resíduos urbanos dos municípios que integram a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, dos municípios que integram a Associação da Terra Fria do



Nordeste Transmontano, e dos municípios que integram a Associação dos Municípios do Douro Superior. A Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. exerce ainda atividades no âmbito das energias renováveis.

O número de trabalhadores das entidades incluídas no perímetro de consolidação a 31/12/2022 foi de 166.

| N.º de trabalhadores do grupo municipal |                                 |       |
|---|---------------------------------|-------|
| Município de Vimioso                    | Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. | Total |
| 154                                     | 12                              | 166   |

**b) Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação:**

- Motivos da sua exclusão do perímetro de consolidação:

| Participações em entidades societárias                  |           |                      |   |
|---|-----------|----------------------|---|
| Entidade Participada                                    |           | Tipo de Entidade     | Motivos de exclusão do perímetro de consolidação  |
| Denominação   | NIPC      |                      |   |
| Laboratório Regional de Trás - os - Montes e Alto Douro | 503271985 | Sociedade por Quotas | Inexistência de Controlo ou presunção de controlo, conforme previsto nos n.º 4 e 5 do artigo 75.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. A participação do Município no social capital é de 4,55% (Valor detido: 3.741,00€). |

| Participações em entidades não societárias                               |           |                           |  |
|--|-----------|---------------------------|--|
| Entidade Participada   |           | Tipo de Entidade          | Motivos de exclusão do perímetro de consolidação   |
| Denominação  | NIPC      |                           |  |
| AMTFNT - Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano | 504004522 | Associação de Municípios  | Entidade mãe ou consolidante - Nos termos do n.º 2 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro é entidade consolidante, pelo que não integra o perímetro de consolidação do Município. |
| AMNP - Associação Nacional de Municípios Portugueses                     | 501627413 | Associação de Municípios  | Entidade mãe ou consolidante - Nos termos do n.º 2 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro é entidade consolidante, pelo que não integra o perímetro de consolidação do Município. |
| Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.                               | 508905435 | Outra não societária      | Inexistência de Controlo ou presunção de controlo, conforme previsto nos n.º 4 e 5 do artigo 75.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.  |
| Agência de Energia de Trás-os-Montes, AE-TM                              | 509620540 | Outra não societária      | Inexistência de Controlo ou presunção de controlo, conforme previsto nos n.º 4 e 5 do artigo 75.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.  |
| Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes                       | 510957544 | Comunidade Intermunicipal | Entidade mãe ou consolidante - Nos termos do n.º 2 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro é entidade consolidante, pelo que não integra o perímetro de consolidação do Município. |
| Associação dos Olivicultores de Trás-os-Montes e Alto Douro              | 502134615 | Associativa               | Inexistência de Controlo ou presunção de controlo, conforme previsto nos n.º 4 e 5 do artigo 75.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.  |
| Associação das Termas de Portugal  | 503975281 | Associativa               | Inexistência de Controlo ou presunção de controlo, conforme previsto nos n.º 4 e 5 do artigo 75.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.  |



|  |           |                                |   |
|--|-----------|--------------------------------|---|
| ANAM - Associação Nacional das Assembleias Municipais                  | 513864202 | Associação de Municípios       | Inexistência de Controlo ou presunção de controlo, conforme previsto nos nºs 4 e 5 do artigo 75.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. |
| AQUAVALOR- Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia de Água | 515134465 | Associação sem fins lucrativos | Inexistência de Controlo ou presunção de controlo, conforme previsto nos nºs 4 e 5 do artigo 75.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. |

De seguida apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

#### Q 1 – Desagregação de caixa e depósitos

| Conta                             | Euros                 |
|-----------------------------------|-----------------------|
| Caixa                             | 1 063,27 €            |
| Depósitos à ordem                 | 3 639 186,58 €        |
| Depósitos no Tesouro              |                       |
| Depósitos bancários               | 3 639 186,58 €        |
| Depósitos a prazo                 |                       |
| Depósitos consignados             |                       |
| Depósitos de garantias e cauções  | 855 278,86 €          |
| <b>Total de caixa e depósitos</b> | <b>4 495 528,71 €</b> |

## Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

No que respeita ao Município de Vimioso, as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

A Resíduos do Nordeste, EIM,S.A., aplica o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Atendendo ao método utilizado na consolidação, Método de Equivalência Patrimonial (MEP), a Informação a reportar diz apenas respeito ao Município de Vimioso.

### Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Todos os bens do ativo fixo tangível e propriedades de Investimento foram mensurados pelo seu custo.



### **Ativos Intangíveis**

Todos os bens do ativo Intangível foram mensurados pelo seu custo.

### **Participações financeiras**

Também as participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo.

### **Depreciações e amortizações**

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no CC2, para os ativos registrados desde 2020 e para os Edifícios e Outras Construções, detidos a 31 de dezembro de 2019, que viram a seu cadastro e vida útil atualizados face às disposições do SNC-AP. Para os restantes ativos detidos a 31 de dezembro de 2019, a entidade optou por manter os códigos do CIBE para efeitos de Inventário e as respetas vidas úteis no que respeita às depreciações, conforme previsto na Portaria n.º 189/2016 de 14 de junho.

### **Contas a receber**

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente pelo valor histórico, deduzido das perdas por Imparidade. A Imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

### **Inventários**

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

## **Nota 3 - Ativos intangíveis**

Em 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos Intangíveis encontra-se nos quadros seguintes.



**Q 3.1 – Ativos Intangíveis – variação das amortizações e perdas por Imparidades acumuladas**

| RUBRICAS  | Início do Período     |                         |                       |                     | Final do Período      |                         |                       |                     |
|---|-----------------------|-------------------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|-------------------------|-----------------------|---------------------|
|   | Quantia bruta         | Depreciações Acumuladas | Perdas por Imparidade | Quantia Escriturada | Quantia bruta         | Depreciações Acumuladas | Perdas por Imparidade | Quantia Escriturada |
| [1]   | [2]                   | [3]                     | [4]                   | [5]=[2]-[3]-[4]     | [6]                   | [7]                     | [8]                   | [9]=[6]-[7]-[8]     |
| Ativos Intangíveis  | 1 312 947,41 €        | 1 312 947,38 €          |                       | 99,39 €             | 1 313 722,61 €        | 1 312 947,71 €          |                       | 774,90 €            |
| A11 Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural |                       |                         |                       |                     |                       |                         |                       |                     |
| A12 Goodwill  |                       |                         |                       |                     |                       |                         |                       |                     |
| A13 Projetos de desenvolvimento   | 1 157 946,67 €        | 1 157 946,67 €          |                       |                     | 1 157 946,67 €        | 1 157 946,67 €          |                       |                     |
| A14 Programas de computador e sistemas de informação                                  | 94 222,74 €           | 94 129,41 €             |                       | 99,39 €             | 95 255,94 €           | 94 481,04 €             |                       | 774,90 €            |
| A15 Propriedade Industrial e Intelectual  | 60 500,00 €           | 60 500,00 €             |                       |                     | 60 500,00 €           | 60 500,00 €             |                       |                     |
| A16 Outros  |                       |                         |                       |                     |                       |                         |                       |                     |
| A17 Ativos Intangíveis em curso   |                       |                         |                       |                     |                       |                         |                       |                     |
| <b>TOTAL</b>  | <b>1 312 947,41 €</b> | <b>1 312 947,38 €</b>   |                       | <b>99,39 €</b>      | <b>1 313 722,61 €</b> | <b>1 312 947,71 €</b>   |                       | <b>774,90 €</b>     |

**Q 3.2 – Ativos Intangíveis – quantia escriturada e variações do período**

| Rubrica   | Designação | Quantia escriturada inicial | Variações         |                                    |                |                                    |                       |                          |                     | Quantia escriturada final |                 |
|---|------------|-----------------------------|-------------------|------------------------------------|----------------|------------------------------------|-----------------------|--------------------------|---------------------|---------------------------|-----------------|
|   |            |                             | Adições           | Transferências Internas à entidade | Revalorizações | Reversões de perdas por Imparidade | Perdas por Imparidade | Amortizações por período | Diferenças cambiais |                           | Diminuições     |
| Ativos Intangíveis  |            | 99,39 €                     | 1 033,20 €        |                                    |                |                                    |                       |                          | -151,63 €           |                           | 774,90 €        |
| A11 Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural |            |                             |                   |                                    |                |                                    |                       |                          |                     |                           |                 |
| A12 Goodwill  |            |                             |                   |                                    |                |                                    |                       |                          |                     |                           |                 |
| A13 Projetos de desenvolvimento   |            |                             |                   |                                    |                |                                    |                       |                          |                     |                           |                 |
| A14 Programas de computador e sistemas de informação                                  |            | 99,39 €                     | 1 033,20 €        |                                    |                |                                    |                       |                          | -351,63 €           |                           | 774,90 €        |
| A15 Propriedade Industrial e Intelectual  |            |                             |                   |                                    |                |                                    |                       |                          |                     |                           |                 |
| A16 Outros  |            |                             |                   |                                    |                |                                    |                       |                          |                     |                           |                 |
| A17 Ativos Intangíveis em curso   |            |                             |                   |                                    |                |                                    |                       |                          |                     |                           |                 |
| <b>TOTAL</b>  |            | <b>99,39 €</b>              | <b>1 033,20 €</b> |                                    |                |                                    |                       |                          | <b>-351,63 €</b>    |                           | <b>774,90 €</b> |

**Q 3.2A – Ativos Intangíveis – desagregação das adições**

| Rubrica   | Designação | Adições  |                   |        |                        |   |                    |                    |                              |        |                   |
|---|------------|----------|-------------------|--------|------------------------|---|--------------------|--------------------|------------------------------|--------|-------------------|
|   |            | Internas | Compra            | Cessão | Transferência ou troca | Doação, herança, legado/perdido a favor do estado | Deção em pagamento | Locação financeira | Fusão, cisão, reestruturação | Outras | Total             |
| Ativos Intangíveis  |            |          | 1 033,20 €        |        |                        |   |                    |                    |                              |        | 1 033,20 €        |
| A11 Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural |            |          |                   |        |                        |   |                    |                    |                              |        |                   |
| A12 Goodwill  |            |          |                   |        |                        |   |                    |                    |                              |        |                   |
| A13 Projetos de desenvolvimento   |            |          |                   |        |                        |   |                    |                    |                              |        |                   |
| A14 Programas de computador e sistemas de informação                                  |            |          | 1 033,20 €        |        |                        |   |                    |                    |                              |        | 1 033,20 €        |
| A15 Propriedade Industrial e Intelectual  |            |          |                   |        |                        |   |                    |                    |                              |        |                   |
| A16 Outros  |            |          |                   |        |                        |   |                    |                    |                              |        |                   |
| A17 Ativos Intangíveis em curso   |            |          |                   |        |                        |   |                    |                    |                              |        |                   |
| <b>TOTAL</b>  |            |          | <b>1 033,20 €</b> |        |                        |   |                    |                    |                              |        | <b>1 033,20 €</b> |

**Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente**

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais. Não há lugar a qualquer pagamento, há sim lugar a recebimentos.



## Q 4 – Contratos concessão (concedente)

| Acordo de concessão de serviços   | Concessionário                    | Ativo de concessão | Período de concessão | Valor do Contrato | Pagamentos ao concessionário |              |              |
|---|-----------------------------------|--------------------|----------------------|-------------------|------------------------------|--------------|--------------|
|   |                                   |                    |                      |                   | Anos anteriores              | Ano corrente | Anos futuros |
| Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão | EDP Distribuição - Energie, S. A. | -                  | 20 anos              | -                 | -                            | -            | -            |

## Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. A autarquia utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

Em 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida.

## Q 5.1 – Ativos Fixos Tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

| RUBRICAS  | Início do Período |                         |                       |                       | Fim do Período  |                         |                       |                       |
|---|-------------------|-------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------|-------------------------|-----------------------|-----------------------|
|   | Quantia bruta     | Depreciações Acumuladas | Perdas por Imparidade | Quantia Escriturada   | Quantia bruta   | Depreciações Acumuladas | Perdas por Imparidade | Quantia Escriturada   |
|   | (1)               | (2)                     | (4)                   | (5) = (1) - (2) - (4) | (6)             | (7)                     | (8)                   | (9) = (6) - (7) - (8) |
| Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural | 24 667 482,92 €   | 14 325 406,69 €         |                       | 10 342 076,29 €       | 26 860 899,77 € | 15 631 974,49 €         |                       | 10 729 465,28 €       |
| AFT11 Terrenos e recursos naturais                                  | 109 000,00 €      |                         |                       | 109 000,00 €          | 140 000,00 €    |                         |                       | 140 000,00 €          |
| AFT12 Edifícios e outras construções                                | 8 756 710,95 €    | 2 110 000,76 €          |                       | 1 846 710,19 €        | 4 164 350,12 €  | 2 306 257,62 €          |                       | 1 857 992,50 €        |
| AFT13 Infraestruturas   | 20 732 088,97 €   | 12 215 140,67 €         |                       | 8 516 948,30 €        | 21 966 729,65 € | 13 325 016,67 €         |                       | 8 641 712,98 €        |
| AFT14 Património histórico, artístico e cultural                    | 89 675,00 €       |                         |                       | 89 675,00 €           |                 |                         |                       | 89 675,00 €           |
| AFT15 Outros  |                   |                         |                       |                       |                 |                         |                       |                       |
| AFT16 Bens de domínio público em curso                              |                   |                         |                       |                       |                 |                         |                       |                       |
| Ativos fixos em concessão   |                   |                         |                       |                       |                 |                         |                       |                       |
| AFT21 Terrenos e recursos naturais                                  |                   |                         |                       |                       |                 |                         |                       |                       |
| AFT22 Edifícios e outras construções                                |                   |                         |                       |                       |                 |                         |                       |                       |
| AFT23 Infraestruturas   |                   |                         |                       |                       |                 |                         |                       |                       |
| AFT24 Património histórico, artístico e cultural                    |                   |                         |                       |                       |                 |                         |                       |                       |
| AFT25 Ativos fixos em concessão em curso                            |                   |                         |                       |                       |                 |                         |                       |                       |
| Outros ativos fixos tangíveis                                       | 29 637 313,20 €   | 10 280 552,35 €         |                       | 19 356 760,84 €       | 30 697 914,35 € | 11 060 946,48 €         |                       | 19 637 067,87 €       |
| AFT31 Terrenos e recursos naturais                                  | 1 674 772,37 €    |                         |                       | 1 674 772,37 €        | 1 728 101,62 €  |                         |                       | 1 728 101,62 €        |
| AFT32 Edifícios e outras construções                                | 19 168 815,72 €   | 3 267 716,96 €          |                       | 15 901 098,76 €       | 19 311 831,41 € | 5 899 025,54 €          |                       | 13 452 795,87 €       |
| AFT33 Equipamento básico  | 1 046 470,47 €    | 885 227,20 €            |                       | 164 182,27 €          | 1 110 001,71 €  | 946 600,97 €            |                       | 161 392,74 €          |
| AFT34 Equipamento de transporte                                     | 1 924 214,24 €    | 1 829 440,45 €          |                       | 90 771,79 €           | 2 049 861,97 €  | 1 882 411,54 €          |                       | 161 410,33 €          |
| AFT35 Equipamento administrativo                                    | 985 013,17 €      | 905 796,58 €            |                       | 79 218,59 €           | 1 007 121,39 €  | 893 127,00 €            |                       | 74 184,39 €           |
| AFT36 Equipamentos biológicos                                       |                   |                         |                       |                       |                 |                         |                       |                       |
| AFT37 Outros  | 1 570 006,22 €    | 1 890 886,62 €          |                       | 172 106,60 €          | 1 579 756,34 €  | 1 487 631,32 €          |                       | 141 425,02 €          |
| AFT38 Ativos fixos tangíveis em curso                               | 3 274 050,01 €    |                         |                       | 3 274 050,01 €        | 3 917 487,91 €  |                         |                       | 3 917 487,91 €        |
| TOTAL   | 54 324 834,12 €   | 24 605 996,04 €         |                       | 29 718 837,28 €       | 57 098 754,12 € | 26 692 222,97 €         |                       | 30 366 531,15 €       |

## Q 5.2 – Ativos Fixos Tangíveis – quantia escriturada e variações do período

| Ativos Fixos Tangíveis  | Quantia escriturada Inicial | Variações no período |                                    |                |                                    |                       |                         |                     | Quantia escriturada final |
|---|-----------------------------|----------------------|------------------------------------|----------------|------------------------------------|-----------------------|-------------------------|---------------------|---------------------------|
|   |                             | Adições              | Transferências Internas à entidade | Revalorizações | Reversões de perdas por imparidade | Perdas por imparidade | Depreciações de período | Diferenças cambiais |                           |
| Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural | 10 342 076,29 €             | 1 673 256,85 €       |                                    |                |                                    |                       | -1 305 967,86 €         |                     | 10 729 465,28 €           |
| Terenos e recursos naturais   | 109 000,00 €                | 31 000,00 €          |                                    |                |                                    |                       |                         |                     | 140 000,00 €              |
| Edifícios e outras construções                                      | 1 846 710,19 €              | 407 579,17 €         |                                    |                |                                    |                       | -196 292,08 €           |                     | 1 857 992,30 €            |
| Infraestruturas   | 8 516 948,30 €              | 1 284 892,68 €       |                                    |                |                                    |                       | -1 109 671,30 €         |                     | 8 641 712,98 €            |
| Património histórico, artístico e cultural                          | 89 675,00 €                 |                      |                                    |                |                                    |                       |                         |                     | 89 675,00 €               |
| Outros  |                             |                      |                                    |                |                                    |                       |                         |                     |                           |
| Bens de domínio público em curso                                    |                             |                      |                                    |                |                                    |                       |                         |                     |                           |
| Ativos fixos em concessão   |                             |                      |                                    |                |                                    |                       |                         |                     |                           |
| Terenos e recursos naturais   |                             |                      |                                    |                |                                    |                       |                         |                     |                           |
| Edifícios e outras construções                                      |                             |                      |                                    |                |                                    |                       |                         |                     |                           |
| Infraestruturas   |                             |                      |                                    |                |                                    |                       |                         |                     |                           |
| Património histórico, artístico e cultural                          |                             |                      |                                    |                |                                    |                       |                         |                     |                           |
| Ativos fixos em concessão em curso                                  |                             |                      |                                    |                |                                    |                       |                         |                     |                           |
| Outros ativos fixos tangíveis                                       | 19 356 760,84 €             | 3 430 794,74 €       | -1 784 814,77 €                    |                |                                    |                       | -781 511,20 €           | -584 000,84 €       | 19 637 067,87 €           |
| Terenos e recursos naturais   | 1 674 772,37 €              | 89 431,25 €          |                                    |                |                                    |                       |                         |                     | 1 728 101,62 €            |
| Edifícios e outras construções                                      | 15 901 098,76 €             | 142 918,69 €         |                                    |                |                                    |                       | -391 797,08 €           |                     | 13 452 795,87 €           |
| Equipamento básico  | 164 182,27 €                | 65 756,37 €          | 267,77 €                           |                |                                    |                       | -64 764,79 €            | -4 148,82 €         | 161 392,74 €              |
| Equipamento de transporte   | 90 771,79 €                 | 129 647,79 €         |                                    |                |                                    |                       | -56 999,19 €            |                     | 161 410,33 €              |
| Equipamento administrativo  | 79 218,59 €                 | 22 396,22 €          |                                    |                |                                    |                       | -27 346,41 €            |                     | 74 184,39 €               |
| Equipamentos biológicos   |                             |                      |                                    |                |                                    |                       |                         |                     |                           |
| Outros  | 172 106,60 €                | 8 265,12 €           |                                    |                |                                    |                       | -38 741,71 €            |                     | 141 425,02 €              |
| Ativos fixos tangíveis em curso                                     | 3 274 050,01 €              | 3 009 451,89 €       | -1 785 207,54 €                    |                |                                    |                       |                         | -579 855,82 €       | 3 917 487,91 €            |
| TOTAL   | 29 718 837,28 €             | 5 104 145,59 €       | -1 784 814,77 €                    |                |                                    |                       | -2 087 607,08 €         | -644 000,84 €       | 30 366 531,15 €           |



## Q 5.2A – Ativos Fixos Tangíveis – desagregação das adições

| Ativos Fixos Tangíveis  | Adições  |                       |        |                        |              |  |                    |                    |                              |        | Total                 |
|---|----------|-----------------------|--------|------------------------|--------------|--|--------------------|--------------------|------------------------------|--------|-----------------------|
|   | Internas | Compra                | Cessão | Transferência ou troca | Expropriação | Doação, herança, legado ou perdido a favor do estado | Deção em pagamento | Locação financeira | Fusão, cisão, reestruturação | Outras |                       |
| Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural |          | 1 679 356,85 €        |        |                        |              |  |                    |                    |                              |        | 1 679 356,85 €        |
| Terrenos e recursos naturais  |          | 31 085,00 €           |        |                        |              |  |                    |                    |                              |        | 31 085,00 €           |
| Edifícios e outras construções                                      |          | 407 579,17 €          |        |                        |              |  |                    |                    |                              |        | 407 579,17 €          |
| Infraestruturas   |          | 1 234 692,68 €        |        |                        |              |  |                    |                    |                              |        | 1 234 692,68 €        |
| Património histórico, artístico e cultural                          |          |                       |        |                        |              |  |                    |                    |                              |        |                       |
| Outros  |          |                       |        |                        |              |  |                    |                    |                              |        |                       |
| Bens de domínio público em curso                                    |          |                       |        |                        |              |  |                    |                    |                              |        |                       |
| <b>Ativos fixos em concessão</b>                                    |          |                       |        |                        |              |  |                    |                    |                              |        |                       |
| Terrenos e recursos naturais  |          |                       |        |                        |              |  |                    |                    |                              |        |                       |
| Edifícios e outras construções                                      |          |                       |        |                        |              |  |                    |                    |                              |        |                       |
| Infraestruturas   |          |                       |        |                        |              |  |                    |                    |                              |        |                       |
| Património histórico, artístico e cultural                          |          |                       |        |                        |              |  |                    |                    |                              |        |                       |
| Ativos fixos em concessão em curso                                  |          |                       |        |                        |              |  |                    |                    |                              |        |                       |
| <b>Outros ativos fixos tangíveis</b>                                |          | 3 430 799,74 €        |        |                        |              |  |                    |                    |                              |        | 3 430 799,74 €        |
| Terrenos e recursos naturais  |          | 59 431,25 €           |        |                        |              |  |                    |                    |                              |        | 59 431,25 €           |
| Edifícios e outras construções                                      |          | 142 935,69 €          |        |                        |              |  |                    |                    |                              |        | 142 935,69 €          |
| Equipamento básico  |          | 65 756,37 €           |        |                        |              |  |                    |                    |                              |        | 65 756,37 €           |
| Equipamento de transporte   |          | 129 647,73 €          |        |                        |              |  |                    |                    |                              |        | 129 647,73 €          |
| Equipamento administrativo  |          | 22 306,22 €           |        |                        |              |  |                    |                    |                              |        | 22 306,22 €           |
| Equipamentos biológicos   |          |                       |        |                        |              |  |                    |                    |                              |        |                       |
| Outros  |          | 8 260,12 €            |        |                        |              |  |                    |                    |                              |        | 8 260,12 €            |
| Ativos fixos tangíveis em curso                                     |          | 3 008 451,36 €        |        |                        |              |  |                    |                    |                              |        | 3 008 451,36 €        |
| <b>TOTAL</b>  |          | <b>5 104 145,59 €</b> |        |                        |              |  |                    |                    |                              |        | <b>5 104 145,59 €</b> |

## Q 5.2B – Ativos Fixos Tangíveis – desagregação das diminuições

| Ativos Fixos Tangíveis  | Diminuições                |                        |                       |                              |                      | Total                |
|---|----------------------------|------------------------|-----------------------|------------------------------|----------------------|----------------------|
|   | Alienação a título oneroso | Transferência ou troca | Devolução ou reversão | Fusão, cisão, reestruturação | Outras               |                      |
| Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural |                            |                        |                       |                              |                      |                      |
| Terrenos e recursos naturais  |                            |                        |                       |                              |                      |                      |
| Edifícios e outras construções                                      |                            |                        |                       |                              |                      |                      |
| Infraestruturas   |                            |                        |                       |                              |                      |                      |
| Património histórico, artístico e cultural                          |                            |                        |                       |                              |                      |                      |
| Outros  |                            |                        |                       |                              |                      |                      |
| Bens de domínio público em curso                                    |                            |                        |                       |                              |                      |                      |
| <b>Ativos fixos em concessão</b>                                    |                            |                        |                       |                              |                      |                      |
| Terrenos e recursos naturais  |                            |                        |                       |                              |                      |                      |
| Edifícios e outras construções                                      |                            |                        |                       |                              |                      |                      |
| Infraestruturas   |                            |                        |                       |                              |                      |                      |
| Património histórico, artístico e cultural                          |                            |                        |                       |                              |                      |                      |
| Ativos fixos em concessão em curso                                  |                            |                        |                       |                              |                      |                      |
| <b>Outros ativos fixos tangíveis</b>                                |                            |                        |                       |                              | -584 004,84 €        | -584 004,84 €        |
| Terrenos e recursos naturais  |                            |                        |                       |                              |                      |                      |
| Edifícios e outras construções                                      |                            |                        |                       |                              |                      |                      |
| Equipamento básico  |                            |                        |                       |                              | -4 148,92 €          | -4 148,92 €          |
| Equipamento de transporte   |                            |                        |                       |                              |                      |                      |
| Equipamento administrativo  |                            |                        |                       |                              |                      |                      |
| Equipamentos biológicos   |                            |                        |                       |                              |                      |                      |
| Outros  |                            |                        |                       |                              |                      |                      |
| Ativos fixos tangíveis em curso                                     |                            |                        |                       |                              | -579 855,92 €        | -579 855,92 €        |
| <b>TOTAL</b>  |                            |                        |                       |                              | <b>-584 004,84 €</b> | <b>-584 004,84 €</b> |

## Nota 6 - Locações

O Município de Vimioso tem um contrato de locação operacional, cujos dados se apresentam no quadro seguinte.





## Q 6.2 – Locações operacionais – Locatário

| BENS LOCADOS              | Valor do contrato       | Pagamentos efetuados acumulados |                     |                    |                     | Futuros pagamentos mínimos |                      |                   |                   | Valor presente dos futuros pagamentos mínimos |
|---------------------------|-------------------------|---------------------------------|---------------------|--------------------|---------------------|----------------------------|----------------------|-------------------|-------------------|---|
|                           |                         | Período                         |                     | Acumulado          |                     | Até 1 ano                  | Entre 1 ano e 5 anos | Superior a 5 anos | Total             |   |
|                           |                         | Pagamentos mínimos              | Rendas contingentes | Pagamentos mínimos | Rendas contingentes |                            |                      |                   |                   |   |
| Equipamento de transporte | 24.035,52€ + IVA        | 7 128,24 €                      | -                   | 28 447,96 €        | -                   | 1 115,73 €                 |                      |                   | 1 115,73 €        | -   |
| <b>Total</b>              | <b>24.035,52€ + IVA</b> | <b>7 128,24 €</b>               | <b>- €</b>          | <b>28 447,96 €</b> | <b>- €</b>          | <b>1 115,73 €</b>          | <b>- €</b>           | <b>- €</b>        | <b>1 115,73 €</b> | <b>- €</b>                                    |

**Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos**

O quadro seguinte identifica o montante pago pelo Município de Vimioso, no ano de 2022, referente a juros de empréstimos médio e longo prazos.

| Designação                                | 2022        |
|---|-------------|
| Juros de empréstimos médio e longo prazos | 22.138,77 € |

**Nota 8 - Propriedades de Investimento**

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final do ano.

## Q 8.2 – Propriedades de Investimento – modelo do custo

| Rubrica | Designação                            | Quantia escriturada inicial | Variações |                                    |                         |                       |                                 |                     |             | Quantia escriturada final | Gastos do período | Resultados do período |                   |
|---------|---------------------------------------|-----------------------------|-----------|------------------------------------|-------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------|-------------|---------------------------|-------------------|-----------------------|-------------------|
|         |                                       |                             | Adições   | Transferências Internas à entidade | Depreciações do Período | Perdas por Imparidade | Reversões perdas por Imparidade | Diferenças cambiais | Diminuições |                           |                   | Rendas                | Outras            |
|         | Propriedades de Investimento          | 298 422,42 €                |           |                                    | -17 290,00 €            |                       |                                 |                     |             |                           |                   |                       | 1 495,41 €        |
| PI1     | Rede de abastecimento público         |                             |           |                                    |                         |                       |                                 |                     |             |                           |                   |                       |                   |
| PI2     | Terras e recursos naturais            | 208 172,42 €                |           |                                    |                         |                       |                                 |                     |             |                           |                   |                       | 692,00 €          |
| PI6     | Edifícios e outras construções        | 155 240,00 €                |           |                                    | -17 290,00 €            |                       |                                 |                     |             |                           |                   |                       | 803,41 €          |
| PI4     | Outras propriedades de Investimento   |                             |           |                                    |                         |                       |                                 |                     |             |                           |                   |                       |                   |
| PI3     | Propriedades de Investimento em curso |                             |           |                                    |                         |                       |                                 |                     |             |                           |                   |                       |                   |
|         | <b>TOTAL</b>                          | <b>298 422,42 €</b>         |           |                                    | <b>-17 290,00 €</b>     |                       |                                 |                     |             |                           |                   |                       | <b>1 495,41 €</b> |

Não são apresentados os quadros Q8.2A – Propriedades de Investimento – modelo do custo – adições e Q8.2B – Propriedades de Investimento – modelo do custo – diminuições, porque durante o ano 2022 não se registam adições nem diminuições nas propriedades de Investimento.

**Nota 9 – Imparidade de ativos**

Segue-se a informação sobre a quantia recuperável dos ativos.



## Q 9.1 - Imparidades de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

| Ativo                             | Natureza               | Quantia bruta | Imparidade acumulada | Quantia recuperável | Modelo utilizado |              |
|-----------------------------------|------------------------|---------------|----------------------|---------------------|------------------|--------------|
|                                   |                        |               |                      |                     | Justo valor      | Valor de uso |
| Clientes, contribuintes e utentes | Ativo gerador de caixa | 41 218,94 €   | 33 505,80 €          | 7 713,14 €          | *                | *            |

## Nota 10 - Inventários

O custo de cada Item de Inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante o ano de 2022 – custo médio ponderado. De seguida apresenta-se o quadro com a Informação dos valores da conta de Inventários e os movimentos do período.

## Q 10.1 – Inventários

| Rubricas                                      | Quantia bruta | Imparidade acumulada | Quantia recuperável |
|---|---------------|----------------------|---------------------|
| (1)   | (2)           | (3)                  | (4)=(2)-(3)         |
| Mercadorias                                   | 3 360,68 €    | 0,00 €               | 3 360,68 €          |
| Matérias-primas, subsidiárias e de consumo    | 205 198,83 €  | 0,00 €               | 205 198,83 €        |
| Produtos acabados e Intermédios               | 0,00 €        | 0,00 €               | 0,00 €              |
| Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos | 0,00 €        | 0,00 €               | 0,00 €              |
| Produtos e trabalhos em curso                 | 0,00 €        | 0,00 €               | 0,00 €              |
| Total   | 208 559,51 €  | 0,00 €               | 208 559,51 €        |

## Q 10.2 – Inventários: Movimentos do período

| Rubrica                                       | Quantia escriturada inicial | Movimentos do período |                  |                                      |                       |                                    |                                |                                | Quantia escriturada final |
|---|-----------------------------|-----------------------|------------------|--------------------------------------|-----------------------|------------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|---------------------------|
|   |                             | Compras líquidas      | Consumos /gastos | Varições nos Inventários da produção | Perdas por imparidade | Reversões de perdas por imparidade | Outras reduções de Inventários | Outros aumentos de Inventários |                           |
|   |                             | (2)                   | (3)              | (4)                                  | (5)                   | (6)                                | (7)                            | (8)                            |                           |
| Mercadorias                                   | 3 360,68 €                  | 0,00 €                | 0,00 €           | 0,00 €                               | 0,00 €                | 0,00 €                             | 0,00 €                         | 0,00 €                         | 3 360,68 €                |
| Matérias-primas, subsidiárias e de consumo    | 191 668,44 €                | 362 503,28 €          | 349 008,64 €     | 0,00 €                               | 0,00 €                | 0,00 €                             | 0,00 €                         | 32,77 €                        | 205 198,83 €              |
| Produtos acabados e Intermédios               | 0,00 €                      | 0,00 €                | 0,00 €           | 0,00 €                               | 0,00 €                | 0,00 €                             | 0,00 €                         | 0,00 €                         | 0,00 €                    |
| Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos | 0,00 €                      | 0,00 €                | 0,00 €           | 0,00 €                               | 0,00 €                | 0,00 €                             | 0,00 €                         | 0,00 €                         | 0,00 €                    |
| Produtos e trabalhos em curso                 | 0,00 €                      | 0,00 €                | 0,00 €           | 0,00 €                               | 0,00 €                | 0,00 €                             | 0,00 €                         | 0,00 €                         | 0,00 €                    |
| Total   | 195 029,12 €                | 362 503,28 €          | 349 008,64 €     | 0,00 €                               | 0,00 €                | 0,00 €                             | 0,00 €                         | 32,77 €                        | 208 559,51 €              |

## Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

As notas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.



## Q 13.1 – Rendimentos com contraprestação

| Tipo de transação com contraprestação            | Rendimento do período reconhecido em |                    | Quantias para receber |                | Adiantamentos recebidos |
|--|--------------------------------------|--------------------|-----------------------|----------------|-------------------------|
|  | Resultados                           | Património Líquido | Início do período     | Fim do período |                         |
| Proteção de serviços                             | 440 811,94 €                         |                    |                       |                |                         |
| Saneamento                                       | 130 807,00 €                         |                    |                       |                |                         |
| Rendimentos Sólidos                              | 48 586,10 €                          |                    |                       |                |                         |
| Trabalhos em Coleta de Particulares              | 2 663,00 €                           |                    |                       |                |                         |
| Canalizações                                     | 10 581,00 €                          |                    |                       |                |                         |
| Serviços Culturais                               | 1 691,76 €                           |                    |                       |                |                         |
| Aluguer de equipamentos                          | 4,36 €                               |                    |                       |                |                         |
| Outros serviços                                  | 249 290,87 €                         |                    |                       |                |                         |
| Outros serviços                                  | 169 841,80 €                         |                    |                       |                |                         |
| Serviços especializados do setor de saúde        | 99 199,20 €                          |                    |                       |                |                         |
| Parques de Campismo                              | 1 789,84 €                           |                    |                       |                |                         |
| Arrendamento                                     | 21 820,10 €                          |                    |                       |                |                         |
| Veículo de boia                                  | 126 882,84 €                         |                    |                       |                |                         |
| Produtos acabados e intermédios                  | 126 982,84 €                         |                    |                       |                |                         |
| Juros  | 4 945,49 €                           |                    |                       |                |                         |
| Juros, dividendos e outros rendimentos similares | 4 945,49 €                           |                    |                       |                |                         |
| Dividendos ou distribuições similares            | 4 945,49 €                           |                    |                       |                |                         |
| Outras   | 289 881,79 €                         |                    |                       |                |                         |
| Aluguer em inventários                           | 11,77 €                              |                    |                       |                |                         |
| Alienação Ativos fixos tangíveis                 |                                      |                    |                       |                |                         |
| Outros rendimentos                               | 289 881,79 €                         |                    |                       |                |                         |
| Correções relativas a períodos anteriores        | 1 487,82 €                           |                    |                       |                |                         |
| Outros rendimentos correntes                     |                                      |                    |                       |                |                         |
| Rendimentos extraordinários                      | 245 181,00 €                         |                    |                       |                |                         |
| Outros não especificados                         | 13 269,79 €                          |                    |                       |                |                         |
| IVA Reembolsado                                  | 28 521,76 €                          |                    |                       |                |                         |
| <b>TOTAL</b>                                     | <b>8 584 279,08 €</b>                |                    |                       |                |                         |

## Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em Impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

## Q 14.1 – Rendimentos sem contraprestação

| Tipo de transação sem contraprestação                                | Rendimento do período reconhecido em |                    | Quantias para receber |                | Adiantamentos recebidos |
|--|--------------------------------------|--------------------|-----------------------|----------------|-------------------------|
|  | Resultados                           | Património Líquido | Início do período     | Fim do período |                         |
| (1)  |                                      | (2)                |                       | (3)            |                         |
| Impostos diretos   | 446 838,93 €                         |                    |                       |                |                         |
| Imposto municipal sobre imóveis                                      | 959 023,59 €                         |                    |                       |                |                         |
| Imposto único de circulação  | 87 081,42 €                          |                    |                       |                |                         |
| Impostos indiretos   | 76 241,84 €                          |                    |                       |                |                         |
| Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis          | 76 241,84 €                          |                    |                       |                |                         |
| Taxes  | 28 824,09 €                          |                    |                       |                |                         |
| Lotas mentos e obras   | 3 768,89 €                           |                    |                       |                |                         |
| Ocupação de via pública  | 2 744,61 €                           |                    |                       |                |                         |
| Outras   | 17 850,79 €                          |                    |                       |                |                         |
| Multas e outras penalidades  | 4 083,51 €                           |                    |                       |                |                         |
| Juros de mora  | 617,01 €                             |                    |                       |                |                         |
| Outros multas e penalidades  | 2 861,04 €                           |                    |                       |                |                         |
| Multas e coimas por infrações ao Código da Estrada e legislação afim | 605,46 €                             |                    |                       |                |                         |
| Transferências sem condição  | 7 271 714,88 €                       |                    |                       |                |                         |
| Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)                                 | 6 153 834,00 €                       |                    |                       |                |                         |
| Fundo Social Municipal (FSM)   | 79 150,00 €                          |                    |                       |                |                         |
| Participação no IRS  | 115 498,00 €                         |                    |                       |                |                         |
| Outras   | 589 737,28 €                         |                    |                       |                |                         |
| Transferências de competências - Lei n.º 50/2018                     | 388 813,07 €                         |                    |                       |                |                         |
| Outras   | 81 307,82 €                          |                    |                       |                |                         |
| Municipais   | 94 444,68 €                          |                    |                       |                |                         |
| Subsídios sem condição   | 772 857,59 €                         |                    |                       |                |                         |
| Protocolos   | 49 456,14 €                          |                    |                       |                |                         |
| Contratos-Programa   | 2 881,77 €                           |                    |                       |                |                         |
| FEDER  | 721 447,81 €                         |                    |                       |                |                         |
| Fundo de Coesão  | 3 074,78 €                           |                    |                       |                |                         |
| <b>TOTAL</b>   | <b>8 584 279,08 €</b>                |                    |                       |                |                         |

**Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi mantida a provisão para outros riscos e encargos em 18.417,51€, que se estima suficiente para fazer face a eventuais Indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

Não foram constituídas provisões para os restantes processos judiciais em curso, nomeadamente, interpostos por terceiros ao Município de Vimioso, uma vez que o valor envolvido de indemnizações reclamadas é impossível de mensurar com suficiente fiabilidade.

**Q 15.1 – Provisões**

| Rubricas<br>(1)                                  | Quantia<br>escriturada<br>inicial<br>(2) | Aumentos        |   |                           |                                   | Diminuições        |                  |                              |  | Quantia<br>escriturada final<br>(11)=(2)+(8)+(10)<br>(11) |
|--|--|-----------------|---|---------------------------|-----------------------------------|--------------------|------------------|------------------------------|--|---|
|  |  | Reforços<br>(3) | Aumentos<br>da quantia<br>descontada<br>(4) | Outros<br>aumentos<br>(5) | Total aumentos<br>(6)=(3)+(4)+(5) | Utilizações<br>(7) | Reversões<br>(8) | Outras<br>diminuições<br>(9) | Total<br>diminuições<br>(10)=(7)+(8)+(9) |   |
| Impostos, contribuições e taxas                  |  |                 |   |                           |                                   |                    |                  |                              |  | 0,00€   |
| Garantias e clientes                             |  |                 |   |                           |                                   |                    |                  |                              |  | 0,00€   |
| Processos judiciais em curso                     | 18.417,51 €                              |                 |   |                           |                                   |                    |                  |                              |  | 18.417,51€  |
| Acidentes de trabalho e doenças<br>profissionais |  |                 |   |                           |                                   |                    |                  |                              |  | 0,00€   |
| Matérias ambientais                              |  |                 |   |                           |                                   |                    |                  |                              |  | 0,00€   |
| Contratos orçamentais                            |  |                 |   |                           |                                   |                    |                  |                              |  | 0,00€   |
| Reestruturação e reorganização                   |  |                 |   |                           |                                   |                    |                  |                              |  | 0,00€   |
| Outras provisões                                 |  |                 |   |                           |                                   |                    |                  |                              |  | 0,00€   |
| <b>Total</b>                                     | <b>18.417,51 €</b>                       |                 |   |                           |                                   |                    |                  |                              |  | <b>18.417,51 €</b>  |

**Nota 18 - Instrumentos Financeiros.**

Nos quadros seguintes Indica-se os Investimentos financeiros do Município de Vimioso.

**Q 18.1 – Ativos financeiros**

| Rubricas  | Quantia<br>escriturada<br>inicial | Aumentos |                          |   |        | Diminuições |                          |                           |        | Quantia<br>escriturada final |
|---|-----------------------------------|----------|--------------------------|---|--------|-------------|--------------------------|---------------------------|--------|------------------------------|
|   |                                   | Compras  | Ganhos de justo<br>valor | Reversões de<br>perdas por<br>impairidade | Outros | Alienações  | Perdas de<br>justo valor | Perdas por<br>impairidade | Outros |                              |
| Ativos financeiros mensurados ao justo<br>valor através de resultados |                                   |          |                          |   |        |             |                          |                           |        |                              |
| Ativos financeiros detidos para negociação                            |                                   |          |                          |   |        |             |                          |                           |        |                              |
| Participações financeiras – justo valor                               |                                   |          |                          |   |        |             |                          |                           |        |                              |
| Outros ativos financeiros   |                                   |          |                          |   |        |             |                          |                           |        |                              |
| Ativos financeiros mensurados ao custo<br>amortizado                  |                                   |          |                          |   |        |             |                          |                           |        |                              |
| Participações financeiras – custo                                     | 299.239,50 €                      |          |                          |   |        |             |                          |                           |        | 299.239,50 €                 |
| Outros ativos financeiros   |                                   |          |                          |   |        |             |                          |                           |        |                              |
| <b>TOTAL</b>  | <b>299.239,50 €</b>               |          |                          |   |        |             |                          |                           |        | <b>299.239,50 €</b>          |



**2) Mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo**

| <b>Endividamento consolidado de médio e longo prazos</b> |   |                                  |                |   |                           |
|--|---|----------------------------------|----------------|---|---------------------------|
| Designação   | Dívidas a terceiros de médio/longo prazos |                                  |                | Eliminação de créditos/dívidas recíprocos | Grupo público consolidado |
|  | Município de Vimioso                      | Resíduos do Nordeste. EIM,SA (a) | Total          |   |                           |
| <b>1</b>   | <b>2</b>                                  | <b>3</b>                         | <b>4=2+3</b>   | <b>5</b>                                  | <b>6=4-5</b>              |
| Empréstimos bancários.                                   | 2 067 631,03 €                            | 0,00 €                           | 2 067 631,03 € | 0,00 €                                    | 2 067 631,03 €            |
| Total  | 2 067 631,03 €                            | 0,00 €                           | 2 067 631,03 € | 0,00 €                                    | 2 067 631,03 €            |

(a) Não são reportadas as dívidas de médio/longo prazo da entidade Resíduos do Nordeste. EIM, S.A. atendendo que o método de consolidação utilizado foi o Método da Equivalência Patrimonial

**Nota final**

As notas ou quadros cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.



***RELATÓRIO DE CONTAS 2022***  
***RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM, S.A.***

Resíduos do Nordeste, em  
fita recorrida à luz verde  
da Alta em C.A. n.º 2/2011  
do A.R.R.S.P.C. 5  
Rubrica: ..... 2011/11/11

Resíduos do Nordeste, em  
fita recorrida à luz verde  
da Alta em C.A. n.º 2/2011  
do A.R.R.S.P.C. 5  
Rubrica: ..... 2011/11/11



# Resíduos do Nordeste

[www.residuosdonordeste.pt](http://www.residuosdonordeste.pt)

RELATÓRIO E CONTAS | 2022

20 ANOS  
RESÍDUOS DO NORDESTE



|    |  |
|----|--|
| 4  | <b>Relatório de Gestão Anual 2022</b>          |
| 5  | <b>Enquadramento da Atividade da Sociedade</b> |
| 6  | <b>Atividades Desenvolvidas em 2022</b>        |
| 7  | 1. Recolha Indiferenciada                      |
| 10 | 2. Gestão do Aterro Sanitário                  |
| 17 | 3. Recolha Seletiva                            |
| 21 | 4. Resíduos Urbanos Biodegradáveis             |
| 24 | 5. Estudos e Projetos                          |
| 33 | 6. Evolução da Gestão                          |
| 37 | 7. Situação Financeira                         |
| 39 | 8. Proposta de Aplicação dos Resultados        |
| 39 | 9. Perspetivas                                 |
| 39 | 10. Outras Informações                         |
| 41 | 11. Acontecimentos subsequentes                |
| 42 | 12. Conclusão                                  |

**Balanço****Demonstração dos Resultados por Naturezas****Demonstração dos Fluxos de Caixa****Demonstração de Alterações no Capital Próprio****Anexo****Relatório Anual e Parecer do Fiscal Único****Certificação Legal das Contas**

## RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL 2022

Exmos Acionistas da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.:

Municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Vila Flor, Vimioso, Vinhais e Associação de Municípios do Douro Superior.

Cumprindo as disposições legais aplicáveis, designadamente o disposto na alínea e), do artigo 13º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, revogando as Leis n.º 53-F/2008, de 29 de dezembro e 55/2011, de 15 de novembro, e na alínea g), do artigo 8º dos Estatutos da empresa, submetemos à V/ apreciação, o nosso Relatório de Gestão e a proposta de aplicação dos Resultados, tudo reportado ao exercício de 2022, elaborado em conformidade com a Lei n.º 50/2012.



a 28 municípios das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, Vale do Sousa e Alentejo Central.

Recentemente registaram-se alterações legais com impacto ao nível dos intervenientes do setor, de que se destacam as referentes ao acesso da iniciativa económica privada a determinadas atividades económicas, permitindo a entrada de capital privado nas entidades gestoras de sistemas multimunicipais no setor dos resíduos, tendo nessa sequência sido alienado o capital social da EGF a uma entidade privada o que implicou a alteração da natureza jurídica das entidades gestoras dos sistemas multimunicipais de tratamento de resíduos, das quais a EGF era acionista maioritária, deixando estas de ser empresas públicas e passando a ser detidas, maioritariamente por uma empresa privada.

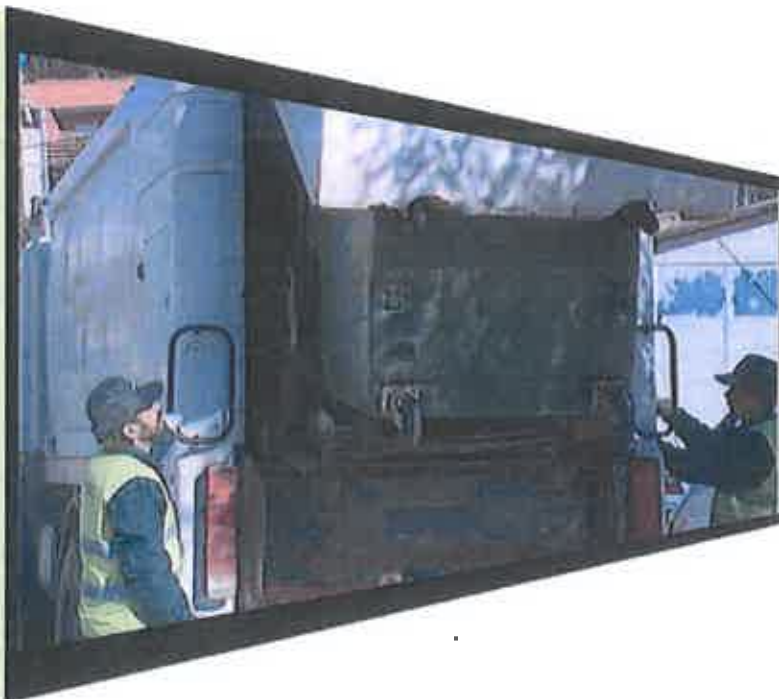
## **ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2022**

Durante o ano de 2022 a empresa prosseguiu a consolidação do Sistema Intermunicipal de Gestão de Resíduos Urbanos do Nordeste Transmontano, nomeadamente através do tratamento e valorização dos resíduos provenientes dos municípios que o integram.

Descrevem-se, de seguida, as principais atividades desenvolvidas nos seguintes domínios:

1. Recolha Indiferenciada;
2. Gestão do Aterro Sanitário;
3. Recolha Seletiva;
4. Resíduos Urbanos Biodegradáveis;
5. Estudos e Projetos;
6. Evolução da Gestão;
7. Situação Financeira.

Mais desenvolvimentos sobre estas e outras atividades estão descritas, entre outros, nos relatórios de sustentabilidade.



**RECOLHA  
INDIFERENCIADA**

7

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized name and a checkmark-like symbol above it.

## 1. RECOLHA INDIFERENCIADA

O serviço de recolha indiferenciada de RU e a exploração das estações de transferência, incluindo a respetiva manutenção, limpeza e conservação das instalações, decorreu com normalidade.

Em novembro de 2019, a prestação de serviços da Terra Quente passou a ser realizada pelo Agrupamento Complementar de Empresas "Terra Quente Transmontana, ACE" que é constituído em partes iguais pelas empresas EcoAmbiente, S.A. e PA Residel, S.A.. Desta forma passou a estar em vigor o contrato de prestação de serviços em resultado do Concurso Público Internacional n.º 3/2017 "Serviços de gestão de recolha indiferenciada de resíduos urbanos da Terra Quente Transmontana".

No gráfico 1 pode ser analisada a evolução das quantidades recolhidas pelo serviço de recolha indiferenciada desde ao ano 2003 a 2022.

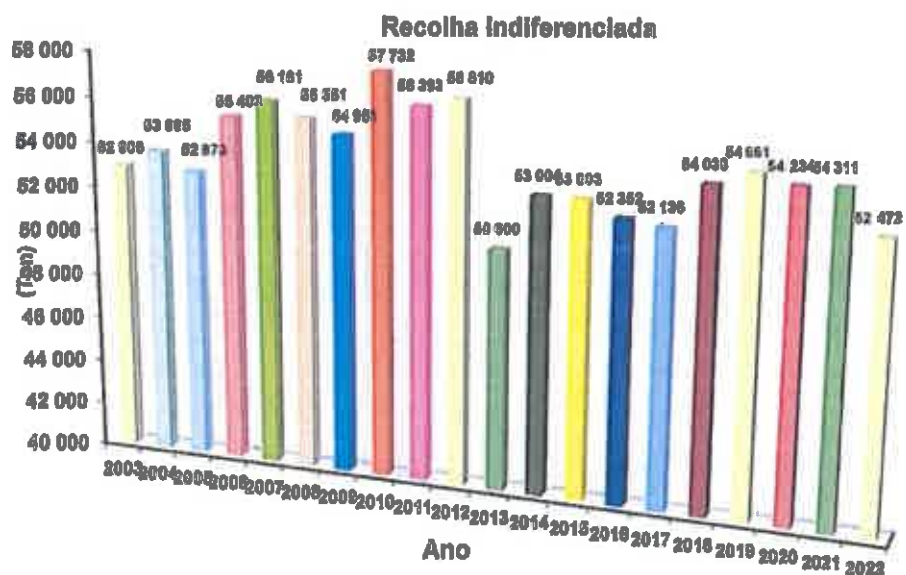


Gráfico 1 - Recolha Indiferenciada 2003 – 2022.

Em 2022 a recolha indiferenciada teve um decréscimo de - 3,39% correspondente a - 1.839,52 toneladas.

Tabela 1 - Proveniência dos RU (2022).

| Município                       | Toneladas       |                 | Variação      |
|---------------------------------|-----------------|-----------------|---------------|
|                                 | 2021            | 2022            |               |
| Alfândega da Fé                 | 1824,17         | 1746,70         | -4,25%        |
| Bragança                        | 16667,04        | 16231,48        | -2,16%        |
| Carraceda de Ansiães            | 2277,71         | 2180,98         | -4,25%        |
| Freixo de Espada à Cinta        | 1364,10         | 1316,16         | -3,51%        |
| Macedo de Cavaleiros            | 6638,33         | 6398,90         | -4,25%        |
| Miranda do Douro                | 2469,40         | 2485,40         | 0,65%         |
| Mirandela                       | 8523,97         | 8162,01         | -4,25%        |
| Mogadouro                       | 3443,72         | 3322,89         | -3,51%        |
| Torre de Moncorvo               | 3085,14         | 2976,72         | -3,51%        |
| Vila Flor                       | 2393,50         | 2291,86         | -4,25%        |
| Vila Nova de Foz Côa            | 2989,36         | 2884,32         | -3,51%        |
| Vimioso                         | 1734,84         | 1656,24         | -4,53%        |
| Vinhais                         | 2999,84         | 2818,14         | -6,08%        |
| Resíduos do Nordeste            | 54311,14        | 52471,62        | -3,39%        |
| Particulares / Empresas         | 617,16          | 628,26          | 1,80%         |
| RSU / ecocentros / trapezoidais | 2017,20         | 2424,36         | 20,19%        |
| <b>TOTAL</b>                    | <b>66945,50</b> | <b>65524,26</b> | <b>-2,50%</b> |

*[Handwritten signature]*



**GESTÃO DO  
ATERRO SANITÁRIO**



## 2. GESTÃO DO ATERRO SANITÁRIO

A melhoria da gestão do aterro sanitário, foi uma das nossas principais preocupações, quando a Resíduos do Nordeste assumiu, em 2017, a gestão desta infraestrutura.

### 2.1. PRODUÇÃO DE RU

De acordo com os dados da OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico, a produção de resíduos continuará a superar o crescimento económico e os RU deverão continuar a crescer substancialmente até 2025.

Por seu lado, a Agência Europeia do Ambiente<sup>1</sup> salienta que é imprescindível melhorar a gestão dos RU para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa.

Em síntese, a Agência Europeia do Ambiente salienta:

- O aumento da recuperação de resíduos e o desvio de resíduos dos aterros desempenham um papel essencial para se fazer face ao impacto ambiental de um acréscimo permanente do volume de resíduos;
- Tendo em conta uma utilização acrescida da reciclagem multimaterial e orgânica com recuperação de energia, espera-se que as emissões líquidas de gases com efeito de estufa resultante da gestão de resíduos urbanos diminuam consideravelmente até 2027;
- A limitação ou prevenção do aumento do volume de resíduos reduziriam ainda mais as emissões de gases com efeito de estufa proveniente do setor dos resíduos e proporcionariam outros benefícios à sociedade e ao ambiente.

Sem prejuízo de uma evolução positiva, no sentido do cumprimento da hierarquia dos resíduos, verifica-se uma estabilização percentual da fração recolhida seletivamente para valorização material, face ao total de RU produzidos, tendência essa que vai no sentido inverso à estratégia comunitária e nacional para os RU. Embora sejam identificadas pelos SGRU diversas justificações para esta situação, julga-se que, como já referido, os investimentos realizados para ir ao encontro de um aumento da deposição seletiva não têm surtido os devidos efeitos no comportamento da população.

---

<sup>1</sup> EEA Briefing 2006.01.

No que respeita ao encaminhamento direto de RU para as operações de gestão verifica-se que, em 2021, os RU tiveram o seguinte destino final:

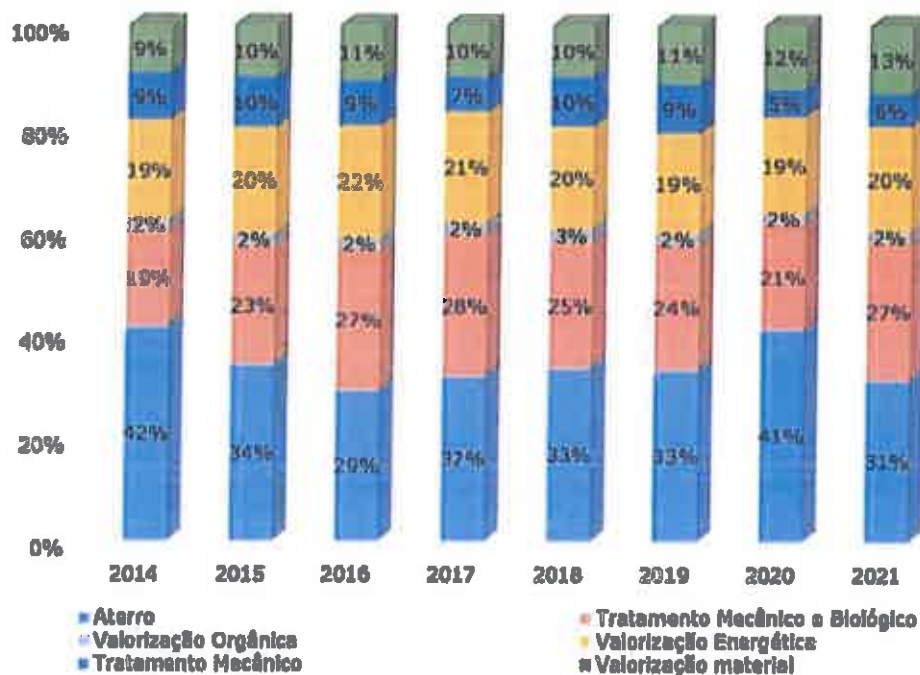


Gráfico 2 - Destino dos RU em Portugal. Fonte: RARU, 2021.

No que respeita à Região do Nordeste Transmontano, a produção de resíduos aumentou ao longo de vários anos, diminuindo significativamente em 2013. Depois registou-se um aumento e no último ano voltamos a registar uma diminuição na produção de resíduos recolhidos.

No aterro sanitário foram depositados: o refugo proveniente da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico (UTMB), resíduos equiparados a urbanos, o refugo proveniente do Centro de Triagem, assim como as quantidades provenientes de particulares, sendo:

Tabela 2 – Quantidades Depositadas em Aterro (2022).

| Tipo de resíduos           | Processo de Atividade | Quantidades (Ton) |
|----------------------------|-----------------------|-------------------|
| Rejeitados/Refugos         | Triagem Embalagens    | 343,46            |
| Rejeitados/Refugos         | Tratamento Mecânico   | 23 395,90         |
| Rejeitados/Refugos         | Valorização Orgânica  | 12 405,52         |
| Outros                     | Valorização Orgânica  | 188,08            |
| Deposição direta em aterro | Ecocentros            | 2424,38           |
| <b>Total</b>               |                       | <b>40 443,70</b>  |

Em 2022 foram rececionados no PANT 60.233,86 toneladas de resíduos, sendo a principal operação de gestão o tratamento mecânico e biológico.

No gráfico em baixo apresenta-se o destino dos resíduos urbanos recolhidos no SGRU - Resíduos do Nordeste, em 2022.

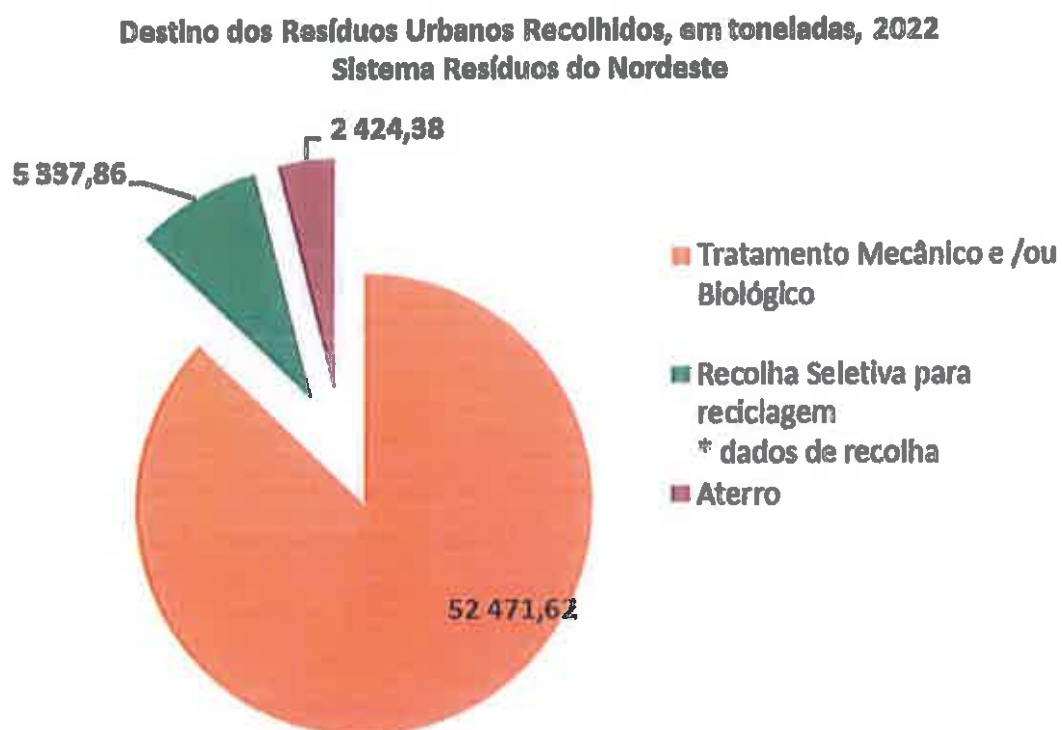


Gráfico 3 – Destino dos RU Recolhidos, (2022).

## 2.2. MONITORIZAÇÃO E CONTROLO DO ATERRO SANITÁRIO

A monitorização do aterro sanitário é efetuada de acordo com as normas legais e ambientais em vigor, incluindo a análise de águas superficiais, águas subterrâneas, lixiviados e biogás, não existindo dados significativos a mencionar no presente Relatório.

Ainda no que se refere ao aterro sanitário, são de registar as ações de controlo da respetiva exploração, verificações mensais e auditorias de conformidade legal. Em 2022 deu-se cumprimento à obrigação de verificação in situ do Relatório Ambiental Anual. O reporte foi feito em junho de 2022.

No âmbito da compostagem e do aterro são cada vez mais exigentes os requisitos allcerçados às licenças no âmbito do consumo de água, rejeição de efluentes e do título único ambiental.

Os lixiviados, durante o ano 2022, foram tratados na Estação de Tratamento de Águas Lixiviantes (ETAL) do aterro sanitário, em 2 osmose inversas. A monitorização foi efetuada de acordo com os parâmetros exigidos na legislação e as condições do TUA (Título Único Ambiental) e licenças anexas.

## 2.3. ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS LIXIVIANTEs (ETAL)

A ETAL do aterro sanitário encontra-se em funcionamento, efetuando o tratamento dos lixiviados. O sistema de tratamento compreende a receção, armazenamento e tratamento de lixiviados e concentrados através de 2 osmose inversas.

A infraestrutura representou um investimento inicial no valor de 1.250.000,00€, participado pela APA em 85%, conforme estatuldo no respetivo Contrato Programa de Cooperação Técnica e Financeira.



Figura 3 – ETAL.

É, contudo, de salientar que os gastos do tratamento dos lixiviados eram muito elevados constituindo uma forte preocupação.

*[Handwritten signature]*

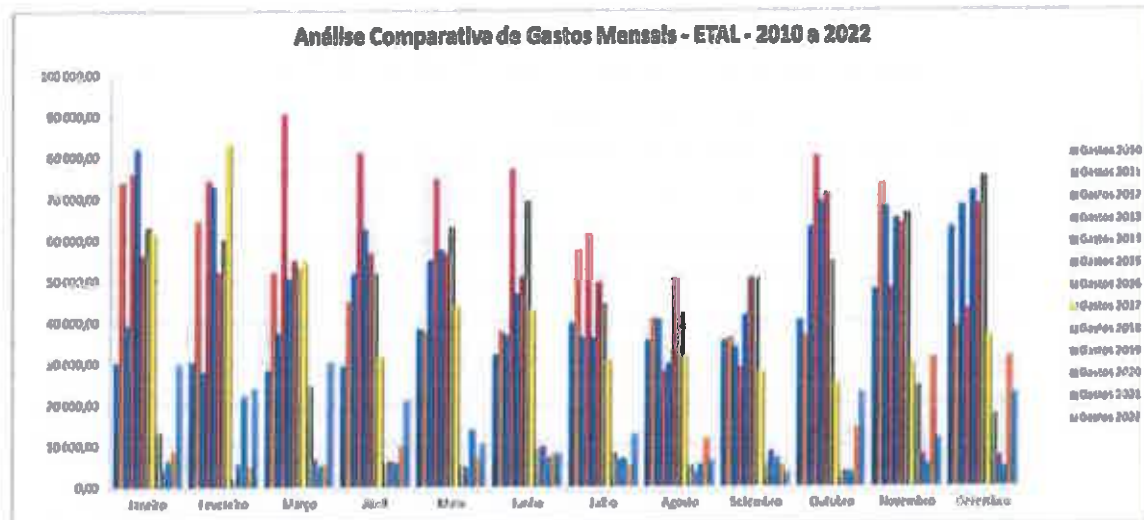


Gráfico 4 - Análise comparativa dos gastos mensais 2010 a 2022.

Para minimizar os gastos do tratamento dos lixiviados, salvaguardando o cumprimento das normas legais e ambientais, a Resíduos do Nordeste assumiu, em janeiro de 2018, a gestão da ETAL. Dessa forma, conseguimos reduzir drasticamente os gastos, em 2017 gastámos 501.785,72 €, em 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022 o gasto foi de 125.937,46 €, 76.202,77 €, 93.144,49 €, 144.548,98 € e 206.096,62 €, respetivamente.

#### 2.4. APROVEITAMENTO ENERGÉTICO DO BIOGÁS

A nível nacional a atribuição de novas potências para produção de energias renováveis a partir de biogás constitui um passo importante para a concretização do objetivo a que Portugal se comprometeu no âmbito do Protocolo de Quioto para que, em 2010, 39% do consumo energético tenha origem em fontes de energia renovável.

O aproveitamento energético de biogás de aterros sanitários necessita de peritagem técnica e financeira para um correto planeamento, execução do projeto e operação dos sistemas, tendo a Resíduos do Nordeste obtido informação favorável da Direção-Geral de Geologia e Energia para uma ligação até 1246 Kva à rede do sistema elétrico público.

A valorização orgânica através da digestão anaeróbia produz biogás, o qual é transformado em energia elétrica. A potência do motor da central de biogás da UTMB é de 608 kw.



Figura 4 - Rede de Biogás.



Atendendo à diminuição das taxas de produção de biogás do aterro sanitário, o mesmo está a ser reencaminhado para o motor da UTMB. Atualmente está em curso a reformulação do sistema de captação, drenagem e ligação à UTMB.

## 2.5. CAPACIDADE ESTIMADA DO ATERRO

No que concerne à gestão do aterro encontra-se em fase final o enchimento da 3ª célula.

No segundo semestre de 2023, estima-se a entrada em funcionamento da 4.ª célula, o que permitirá a deposição de resíduos até ao ano 2028. A referida célula terá uma capacidade de encaixe de cerca de 206.007 toneladas, o equivalente a 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses.



Gráfico 6 - Deposição de RU em Aterro.



Figura 5 - Aterro Sanitário de Urjals - área selada.



**RECOLHA  
SELETIVA**

### 3. RECOLHA SELETIVA

Em 2022 a recolha seletiva teve um aumento significativo, apresentando as seguintes quantidades:

Tabela 3 – Evolução da Recolha Seletiva.

| Quantidade (Ton) | 2015        | 2016        | 2017        | 2018        | 2019        | 2020        | 2021        | 2022        |
|------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Papel/Cartão     | 858         | 963         | 1057        | 1109        | 1389        | 1681        | 1797        | 1853        |
| Vidro            | 799         | 869         | 761         | 878         | 1022        | 1072        | 1214        | 1254        |
| Metal            | 147         | 178         | 198         | 229         | 248         | 305         | 271         | 239         |
| Plásticos        | 495         | 612         | 612         | 601         | 770         | 868         | 984         | 1052        |
| Madeira          | 178         | 217         | 259         | 321         | 366         | 419         | 490         | 559         |
| Óleos            | 2           | 1           | 3           | 2           | 1           | 3           | 2           | 5           |
| Óleos Minerais   | 2           | 1           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           |
| REESs            | 284         | 313         | 310         | 303         | 348         | 391         | 319         | 366         |
| OAU              | 11          | 14          | 9           | 15          | 16          | 15          | 12          | 8           |
| Verdes           | 25          | 41          | 31          | 44          | 39          | 66          | 69          | 69          |
| <b>TOTAL</b>     | <b>2801</b> | <b>3039</b> | <b>3240</b> | <b>3502</b> | <b>4198</b> | <b>4720</b> | <b>5148</b> | <b>6407</b> |

Recolha Seletiva Global

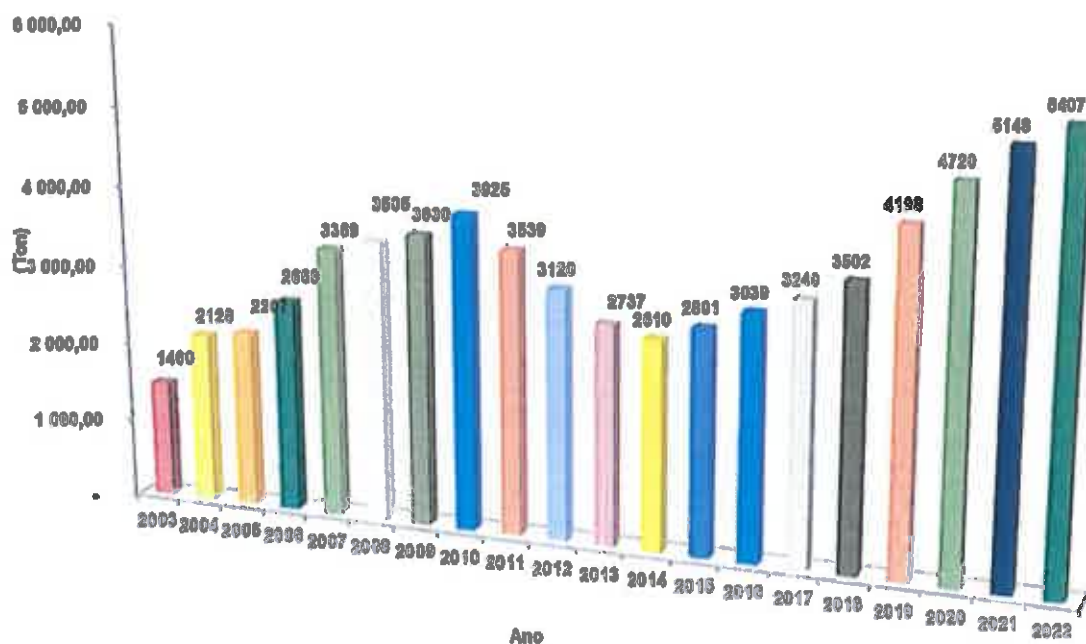
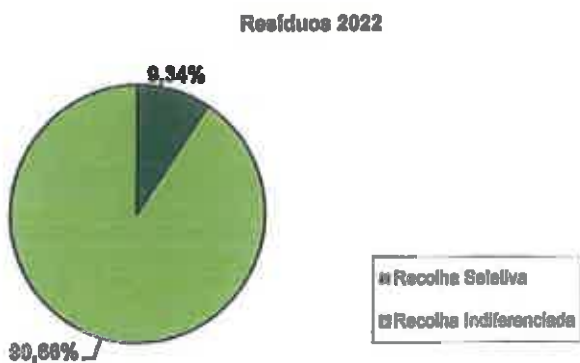


Gráfico 6 - Evolução da Recolha Seletiva no Sistema Resíduos do Nordeste.



Podemos verificar que houve um aumento na recolha seletiva global de cerca 5,04%, em relação a 2021. Quanto à recolha seletiva multimaterial de papel / cartão, plástico e vidro o registou-se um crescimento de 4,12%.

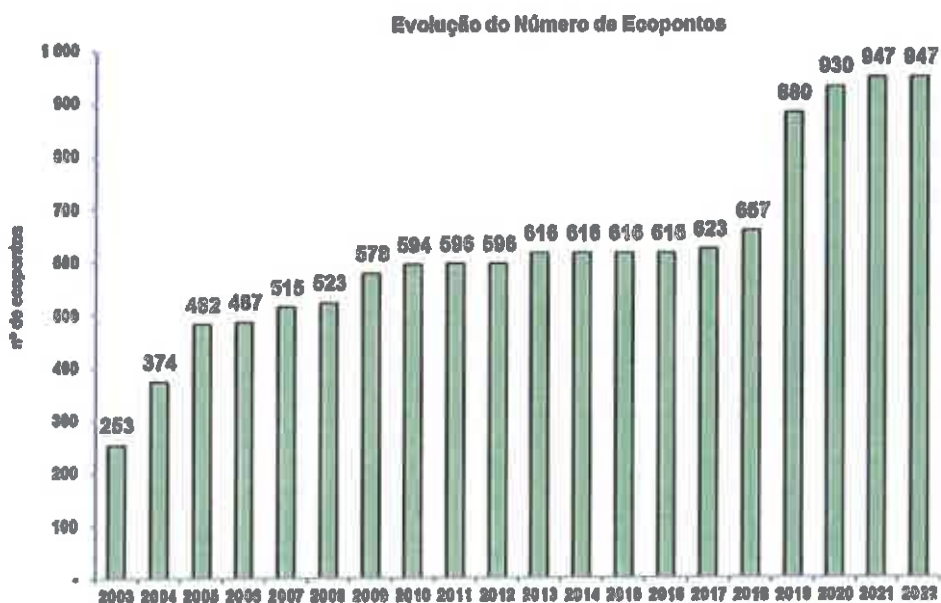
No nosso rácio (RS vs RI) obtemos um valor de 9,34%, conforme se evidencia na figura seguinte:



**Gráfico 7 - Rácio Recolha Seletiva vs Recolha Indiferenciada.**

### 3.1. ECOPONTOS

No que diz respeito aos ecopontos a rede atualmente instalada é a seguinte:



**Gráfico 8 - Evolução do Número de Ecopontos.**

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

Independentemente da necessidade de avaliar o aumento do número de ecopontos instalados na maioria dos municípios, o Sistema, em termos de acessibilidade, disponibiliza 1 ecoponto para 136 habitantes.

Importa referir que o reforço da recolha seletiva tem sido feito também através de recolha porta-a-porta segregada em função do público-alvo.

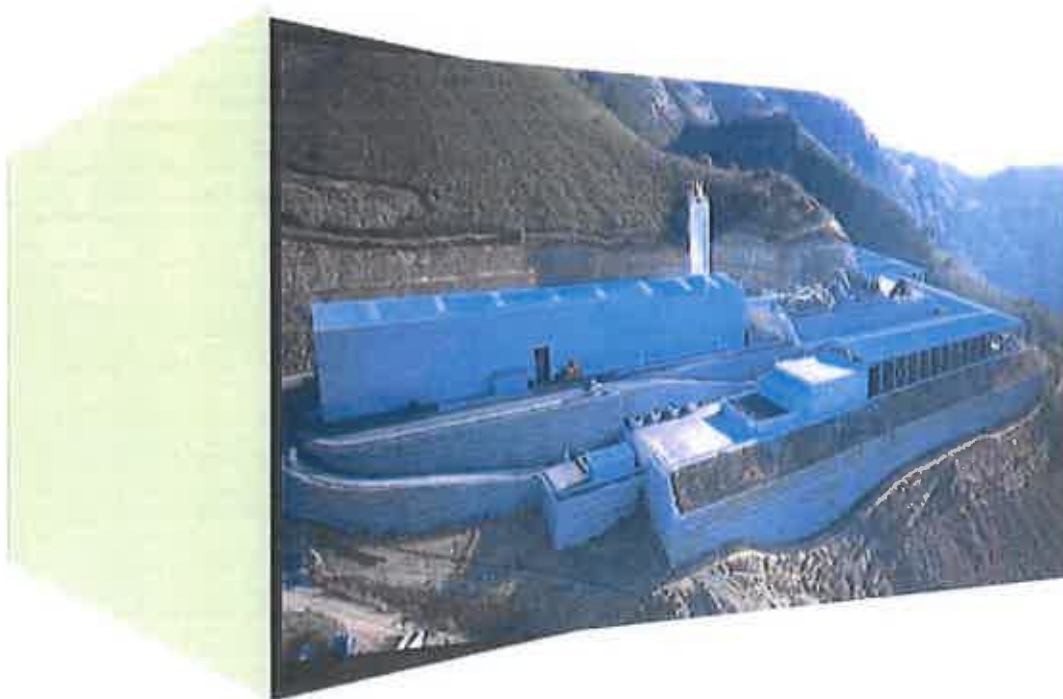
Acresce que a um alargamento da rede de ecopontos deverá corresponder um aumento da produção de recicláveis, caso contrário, podemos colocar em causa o equilíbrio financeiro e ambiental dos contratos existentes.

**No domínio da recolha seletiva, onde ainda temos que progredir, temos procurado reciclar ou valorizar todos os resíduos.**



CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO PARA A SEPARAÇÃO DOS RESÍDUOS

**SEPARAR E VALORIZAR  
VAI DO COMEÇAR!**



**GESTÃO DE  
BIORRESÍDUOS**

A handwritten signature in blue ink, consisting of stylized letters and a cross-like symbol at the top.

## 4. GESTÃO DE BIORRESÍDUOS

### UNIDADE DE TRATAMENTO MECÂNICO E BIOLÓGICO POR DIGESTÃO ANAERÓBIA

Com o objetivo de contribuir para a estratégia de valorização orgânica de biorresíduos, consignada no PERSU II, e enquadrada no compromisso nacional e comunitário de redução da matéria orgânica depositada em aterro, a implementação do projeto dotou o conjunto dos treze municípios dos meios necessários para a valorização de biorresíduos. Por outro lado, através da separação mecânica, permite a recuperação de resíduos recicláveis.



Figura 6 – Panorâmica Exterior da UTMB.

A UTMB constitui uma solução integrada para a valorização das cerca de 55.000 toneladas de RU produzidas anualmente no Sistema. Por ano permite desviar da deposição em aterro no mínimo 10.000 toneladas de biorresíduos provenientes da recolha seletiva.

O custo total da operação foi de 19.093.967,00€, participado em 85% pelo FEDER, ou seja 15.808.034,67€.

A UTMB entrou em funcionamento deste 2013. Constitui uma mais valia para a região de Trás-os-Montes, em termos económicos, ambientais e sociais, ao nível da criação de novos postos de trabalho, da criação de um mercado inovador de comercialização do composto orgânico Ferti Trás-os-Montes, e de produção de energia elétrica através da valorização do biogás gerado no sistema.



Caracterização dos resíduos que entraram na UTMB em 2022, produzidos nos 13 municípios:

Figura 8- Linha de Alimentação da UTMB.

Unidade do

Figura 7 - Saída de Materiais Recicláveis.

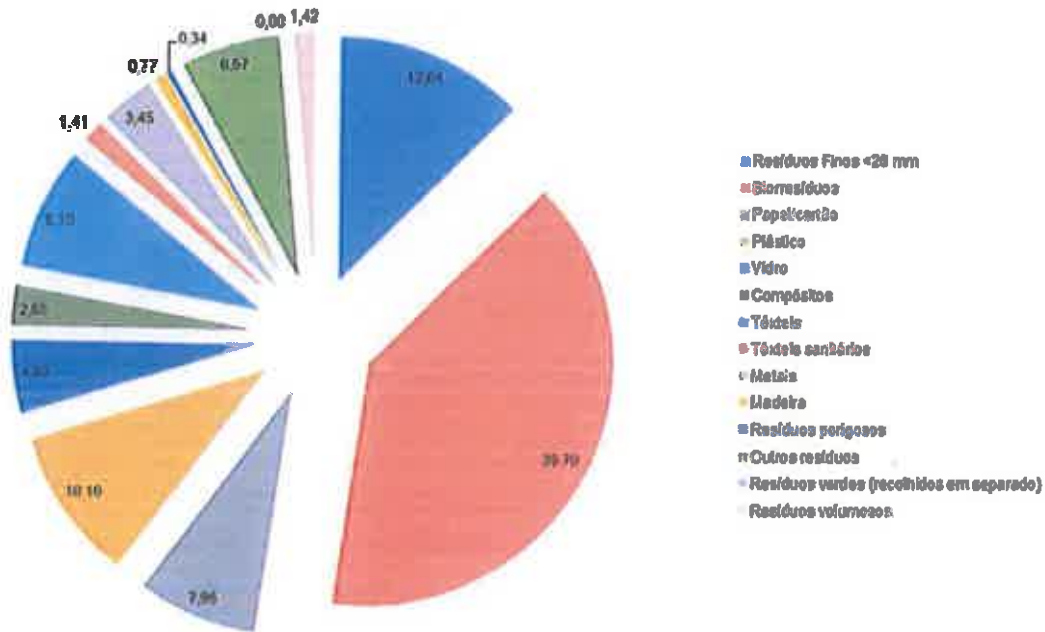


Gráfico 9 - Composição Física dos Resíduos Urbanos.

A Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico recebeu, em 2022, os RU provenientes das recolhidas municipais e os resíduos verdes dos ecocentros onde existe este fluxo de resíduos separado em contentor, conforme a tabela seguinte:

Tabela 4 – Proveniência dos RU tratados na UTMB.

| Proveniência        | Quantidade (Ton) |
|---------------------|------------------|
| Recolhas Municipais | 52 471,37        |

Com a conclusão da UTMB ganhou forma o "Parque Ambiental do Nordeste Transmontano" (PANT) em contraponto com a anterior situação de apenas um aterro sanitário, como elucidada a fotografia 9.



*Handwritten signature and initials in blue ink.*



Figura 9 – Parque Ambiental do Nordeste Transmontano.



## 5. ESTUDOS E PROJETOS

A Resíduos do Nordeste, depois de um ciclo de grande aposta na infraestruturização do Sistema "em alta", nomeadamente com a implementação de uma Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico (UTMB), com uma execução de 20 milhões de euros no anterior quadro comunitário (POVT), está agora a apostar na recolha seletiva multimaterial e, paralelamente, na educação ambiental.

Estão em execução 8 candidaturas ao POSEUR no montante global da ordem dos 7 milhões de euros, centradas no aumento da recolha seletiva multimaterial, construção de um Centro de Triagem, moderno e automatizado, com produção de energia através de sistema fotovoltaico, no valor de 2 milhões de investimento, em fase exploração; implementação de projetos de recolha seletiva porta a porta e reforço da rede de ecopontos; aquisição de viaturas de recolha seletiva.

Os projetos são acompanhados de uma forte componente de educação e sensibilização ambiental:

- **Separar e Valorizar val do Começar**

A Resíduos do Nordeste encontra-se também a estudar a temática dos biorresíduos, tendo já aprovados projetos para essa área conforme adiante se descreve.

No que se refere ao cumprimento das Metas do PERSU2020, das 3 metas a Resíduos do Nordeste não cumpre apenas a meta da recolha seletiva, apresentando assim um desempenho positivo.

- **Economia Circular**

No âmbito da circularidade, a montante das operações de recolha e tratamento, temos feito caminho no sentido de, numa primeira fase ter introduzido a temática no território e efetuar um diagnóstico junto dos setores com influência direta e indireta na nossa atividade. Numa segunda fase, a Resíduos do Nordeste constituiu-se parceiro estratégico na promoção e manutenção de projetos circulares dentro e fora do âmbito de gestão de RU.

Em 2017 a Resíduos do Nordeste começou a "Educar para uma Economia Circular", através de uma Campanha cofinanciada pelo POSEUR.

## **PROJETOS COLABORATIVOS INTERSECTORIAIS**

A Resíduos do Nordeste analisou o estado atual do sistema ambiental, passando por um conjunto de mudanças já operadas na sociedade e na projeção das transformações a executar no futuro, no sentido de alcançar a sustentabilidade. Avaliámos o futuro da economia na sociedade como o rumo a seguir. Identificámos potenciais setores de atividade económica, inovação em produtos e processos e as vantagens competitivas necessárias para que as empresas possam manter um crescimento sustentável a longo prazo.

Apresentou, como proposta, uma série de indicadores que podem ajudar a medir o desempenho em várias áreas que contribuem direta ou indiretamente para modelos de negócio circulares.

Além das orientações e contributos, foi elaborado um Guia que pretende estimular reflexões que conduzam a alterações significativas no setor dos resíduos e na sociedade em geral, promovendo, de forma integrada e estruturada, a Economia Circular na sociedade portuguesa.

Neste domínio, em 2022, continuamos a implementar os seguintes estudos e projetos:

### **5.1. NOVOS FLUXOS DE RESÍDUOS**

Neste particular, importa destacar a recolha seletiva de Óleos Alimentares Usados (OAU), em que a Resíduos do Nordeste é responsável pela gestão dos OAU, nos municípios que delegaram na empresa essa responsabilidade.

**Delegação na Resíduos do Nordeste, EIM, da gestão dos óleos alimentares usados – criação de uma rede de recolha seletiva intermunicipal – Decreto-Lei n.º 267/2009, de 29 de setembro.**

Desde 31 de dezembro de 2017 que a Resíduos do Nordeste é a entidade responsável pela gestão dos OAU nos seguintes municípios: Alfândega da Fé, Bragança, Carraceda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Vimioso e Vinhais.

A rede de recolha seletiva intermunicipal de óleos alimentares usados encontra-se em funcionamento em todos os municípios que delegaram na Resíduos do Nordeste essa responsabilidade.



Mais informações sobre este assunto são desenvolvidas no respetivo relatório anual de gestão de OAU (2022).



Figura 10 – Oleões.



Figura 11 - Viatura de Recolha de OAU.

#### 5.2. “PROJETO INTEGRADO DE RECOLHA SELETIVA MULTIMATERIAL NO NORDESTE TRANSMONTANO”

A operação foi aprovada ao abrigo do PO SEUR e compreende as seguintes ações:

Ação 1 - Recolha Seletiva Multimaterial porta-a-porta (PaP);

Ação 2 - Otimização e Reforço da Recolha Seletiva;

Ação 3 – Centro de triagem.

O “Projeto Integrado de Recolha Seletiva Multimaterial no Nordeste Transmontano” tem uma duração de 30 meses.

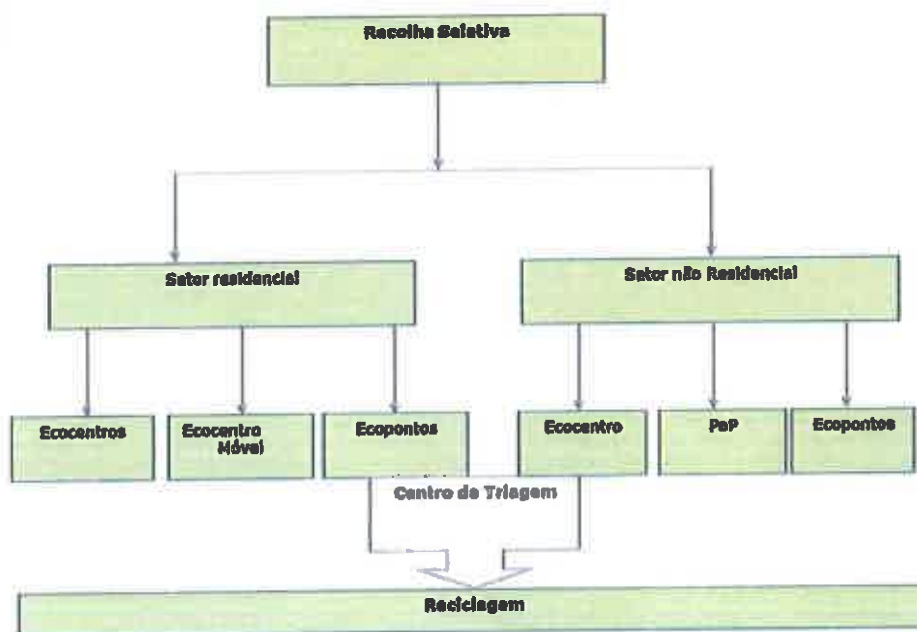


Figura 12 – Modelo de Recolha Seletiva.

5.3.

## PROJETO EDUCAR PARA UMA ECONOMIA CIRCULAR

O projeto, com a duração de 24 meses, consistiu na implementação de uma campanha de educação e sensibilização nos municípios que integram a CIM-TTM, e em simultâneo no Sistema Resíduos do Nordeste.

### MEDIDAS & AÇÕES

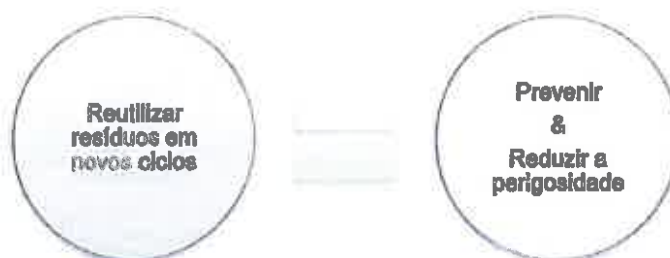
A apresentação de resultados do relatório de execução final vai seguir a ordem das medidas aprovadas em sede de candidatura, nomeadamente:

#### *Biorresíduos*



#### *Embalagens*

#### *Fluxos Específicos de Resíduos Urbanos/outros resíduos*

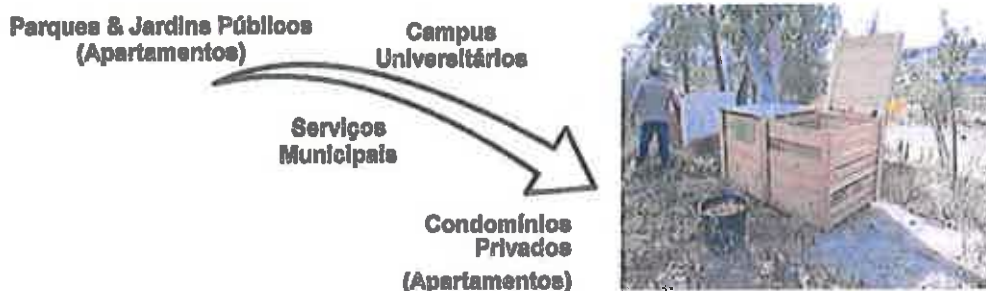


#### *Sensibilizar/Informar para uma Economia Circular*



Foi implementada, com sucesso, a campanha aplicável à prevenção de resíduos orgânicos, mais concretamente de biorresíduos através da implementação de processos de compostagem comunitária e doméstica, através de um conjunto de instrumentos e ações de proximidade direta.

#### Compostagem comunitária:



#### Compostagem doméstica:

A compostagem doméstica foi implementada, de acordo com o planeamento, nos 9 municípios abrangidos por esta campanha. Foram efetuadas visitas porta-a-porta a todas as famílias que integraram o projeto e entregue o "Gua da Compostagem" de forma a garantir a motivação à continuidade. Poderão visualizar as ações aplicáveis através da #EECRN na página de facebook da Resíduos do Nordeste.



No âmbito da luta contra o desperdício alimentar, foram dinamizadas reuniões e foi concluída, com sucesso, a APP designada de APP\_TITE CIRCULAR, disponível para *download* nas lojas Google e apple:

- <https://play.google.com/store/apps/details?id=com.ifvintage.apptite>
- <https://apps.apple.com/pt/app/app-tite/id1481599037>



APP\_TITE CIRCULAR é hoje uma marca da Resíduos do Nordeste. Uma imagem com identidade para os produtores e consumidores, onde mais do que nunca se privilegia a transparência sobre a informação daquilo que produzimos e comemos.

Trata-se de um exemplo de economia digital, pela forma como se recorre à tecnologia, enquanto elemento inovador e facilitador para comunicar e reinventar uma economia tradicional local, onde se mostram exemplos de produtos característicos dos 13 Municípios como um todo, descrevendo a sua identidade e cadeia de valor aplicável.

A campanha, com vista à redução da produção e embalagens, foi implementada com sucesso através da substituição nos serviços municipais de copos e garrafas de utilização única por canecas e garrafas reutilizáveis, foi ainda promovido o consumo de água da torneira.

Os instrumentos utilizados tiveram portanto um impacto muito positivo e contribuíram para incentivar a economia local a repensar novos modelos de negócio nesta temática.



Relativamente à 3.ª Campanha, designada de Sensibilização para uma Economia Circular, a mesma foi também implementada com sucesso, através de um conjunto de ações, como *workshops*, teatro de rua, e o Guia para uma Gestão Circular de Resíduos ([Resíduos do Nordeste, EIM - Sensibilização Ambiental - Educar para uma Economia circular \(residuosdonordeste.pt\)](#)).

**GUIA PARA  
UMA GESTÃO  
CIRCULAR DE  
RESÍDUOS**



O projeto, que já se encontra concluído, foi apresentado em eventos nacionais e internacionais do setor, nomeadamente:

- Jornadas Técnicas Internacionais de Resíduos, 2019, Lisboa – APESB;
- Congresso Mundial de Resíduos, 2019, Bilbao – ISWA;
- À conversa sobre Cascas, Évora, 2019 – GESAMB;
- Conferência Wastes 2019, Caparica – CVR, FCT.

Foi ainda considerado, no âmbito da estratégia "sensibilização e envolvimento social", exemplo de circularidade, pelo eco.nomia, <https://eco.nomia.pt/pt/exemplos/residuos-do-nordeste>.

#### 5.4. NOVOS ESTUDOS E PROJETOS

A Resíduos do Nordeste deu continuidade a vários projetos ao longo do ano de 2022, nomeadamente para o reforço da recolha seletiva porta-a-porta e para a recolha seletiva de biorresíduos, a saber:

- Projeto de Recolha Seletiva de Biorresíduos;
- Adaptação da Estação de Transferência de Bragança e da UTMB para a receção de biorresíduos;
- Projeto de Recolha de embalagens no setor residencial (municípios de maior densidade populacional);
- Programa de Apoio à Elaboração de Estudos Municipais para o Desenvolvimento de Sistemas de Recolha de Biorresíduos;
- Sistema de Monitorização Remota de Compostores;
- Otimização do processo de captação de valorização de biogás.



**EVOLUÇÃO DA GESTÃO  
E SITUAÇÃO FINANCEIRA**

fi  
29



## 6. ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE E DA ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS

### 6.1 INVESTIMENTOS REALIZADOS

No período de 2022 e de 2021 a Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. efetuou os seguintes investimentos em Ativos Fixos Tangíveis:

| 2022                     |                                |                    |                           |                        |                   |
|--------------------------|--------------------------------|--------------------|---------------------------|------------------------|-------------------|
| Descrição                | Edifícios e outras construções | Equipamento básico | Equipamento de transporte | Investimentos em Curso | Total             |
| Adições                  | 139 122,43                     | 442 746,29         | 236 000,00                | -                      | 837 868,72        |
| Alienções/ Correções/ NC | 17 658,72                      | -                  | -                         | 5 000,00               | 22 658,72         |
| <b>Total</b>             | <b>121 463,71</b>              | <b>442 746,29</b>  | <b>236 000,00</b>         | <b>- 5 000,00</b>      | <b>815 210,00</b> |

| 2021         |                                |                    |                           |                            |                   |
|--------------|--------------------------------|--------------------|---------------------------|----------------------------|-------------------|
| Descrição    | Edifícios e outras construções | Equipamento básico | Equipamento de transporte | Equipamento administrativo | Total             |
| Adições      | 361 426,95                     | 147 966,09         | 264 027,64                | 2 178,32                   | 775 599,00        |
| Alienções    | -                              | -                  | 32 654,99                 | -                          | 32 654,99         |
| <b>Total</b> | <b>361 426,95</b>              | <b>147 966,09</b>  | <b>231 372,63</b>         | <b>2 178,32</b>            | <b>742 944,01</b> |

Ao longo dos últimos dois anos a empresa investiu valores muito significativos em ativos de exploração totalmente direcionados para a modernização e diversificação da sua atividade produtiva. Tais investimentos têm vindo a ser realizados na base de projetos de Investimento candidatados a fundos comunitários, onde se destaca o "Projeto Integrado de Recolha Seletiva Multimaterial no Nordeste Transmontano", o qual é apoiado pelo POSEUR do Portugal 2020 com uma comparticipação que ronda os 85% das aplicações relevantes respetivas.

Neste contexto, a maioria dos valores globais investidos centrou-se na aquisição de equipamentos, viaturas e construção de edifícios industriais, sendo que o valor investido nessas construções ascendeu a € 500.549,38, ao passo que o valor investido em equipamento básico foi de € 590.712,38 e o valor investido em equipamento de transporte foi de € 520.027,64.

Os investimentos em ativos intangíveis não atingiram a mesma expressão material, tendo sido de € 500,00 em 2021 e € 51.482,00 em 2022, estando também associados a um projeto ligado à sensibilização ambiental, candidatado a fundos comunitários.

## 6.2 ESTRUTURA DE RENDIMENTOS

Composição dos rendimentos em 2022 e 2021, a sua variação absoluta e relativa (%):

| Descrição                                | Em cêntimos de Euro |                     |                   |              |
|--|---------------------|---------------------|-------------------|--------------|
|  | 2022                | 2021                | Variação          | Variação (%) |
| Vendas e serviços prestados              | 8 305 525,39        | 7 663 179,79        | 642 345,60        | 8,4%         |
| Subsídios à exploração                   | 14 458,84           | 71 890,29           | (57 431,45)       | (79,9%)      |
| Outros rendimentos                       | 1 509 968,92        | 1 297 402,78        | 212 486,14        | 16,4%        |
| <b>Total da estrutura de rendimentos</b> | <b>9 829 953,15</b> | <b>9 032 552,86</b> | <b>797 400,29</b> | <b>8,8%</b>  |

As "Vendas e Prestações de Serviços" apresentaram um aumento em relação ao ano anterior no valor de € 642.345,60 o que equivale a 8,4%.

Os subsídios à exploração diminuíram € 57.431,45 por comparação com 2021. O valor apresentado nesta rubrica diz respeito aos subsídios no âmbito do "POSEUR", "POCTEP" e "IPB – Plastic to Fuel".

O Valor de € 1.509.968,92 apresentado na rubrica de "Outros Rendimentos" diz respeito, essencialmente, a imputação a rendimentos de subsídios atribuídos para a aquisição de ativos fixos tangíveis e intangíveis na respetiva proporção das depreciações e amortizações registadas desses bens.

## 6.3 ESTRUTURA DE GASTOS

Composição dos gastos em 2022 e 2021, a sua variação absoluta e relativa (%):

| Descrição  | Em cêntimos de Euro |                     |                   |              |
|--|---------------------|---------------------|-------------------|--------------|
|  | 2022                | 2021                | Variação          | Variação (%) |
| Variação nos inventários da produção             | 6 492,26            | 26 207,07           | (19 714,81)       | (75,2%)      |
| Fornecimentos e serviços externos                | 7 223 480,23        | 6 505 760,14        | 717 720,09        | 11,0%        |
| Gastos com o pessoal                             | 409 991,75          | 412 422,65          | (2 430,90)        | (0,6%)       |
| Aumentos/reduções de justo valor                 | 8 830,27            | 412,84              | 8 416,43          | 2032,7%      |
| Outros gastos                                    | 27 846,03           | 41 896,40           | (14 050,37)       | (32,3%)      |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização | 1 719 632,81        | 1 452 025,51        | 267 607,30        | 18,4%        |
| Juros e gastos similares suportados              | 19 255,23           | 23 519,07           | (4 263,84)        | (18,1%)      |
| Imposto sobre o rendimento do período            | 38 641,37           | 44 965,89           | (6 324,52)        | (14,1%)      |
| <b>Total da estrutura de gastos</b>              | <b>9 454 159,95</b> | <b>8 508 610,37</b> | <b>945 549,58</b> | <b>11,1%</b> |

Os fornecimentos e serviços externos aumentaram € 717.700,09 face ao ano transato, o que equivale a 11%, devendo-se essencialmente ao aumento dos gastos na recolha seletiva (mais subcontratação de pessoal, mais consumíveis, mais conservação e manutenção dos carros de recolha).

Os gastos com o pessoal diminuíram € 2.430,90 face ao período homólogo devendo-se, essencialmente, à saída de um colaborador.

As depreciações do período registaram um aumento de € 267.607,30 devendo-se, em grande parte, ao início de amortização dos equipamentos adquiridos no âmbito do POSEUR.



#### 6.4 PESSOAL

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo número de efetivos e o gasto médio anual por colaborador:

| Descrição                   | 2022       | 2021       | Δ Absoluta |
|-----------------------------|------------|------------|------------|
| Gastos com pessoal          | 409 991,75 | 412 422,65 | (2 430,90) |
| N.º médio de colaboradores  | 12         | 13         | -1         |
| Gasto médio por colaborador | 34 165,98  | 31 724,82  | 2 441,16   |

#### 6.5 EBITDA E RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO

Do ponto de vista económico, o "EBITDA" e o "Resultado Líquido da Empresa", no período de 2022 e 2021, foi o seguinte:

| Descrição   | 2022         | 2021         | Δ Absoluta   | Δ relativa |
|---|--------------|--------------|--------------|------------|
| EBITDA  | 2 153 330,61 | 2 046 652,76 | 106 677,85   | 5,2%       |
| EBITDA/ Volume de negócios                        | 25,9%        | 26,7%        | -0,8         | -2,9%      |
| Resultado líquido do período                      | 375 799,20   | 526 142,29   | (150 343,09) | -28,6%     |
| Resultado líquido do período / Volume de negócios | 4,5%         | 6,9%         | -2,3         | -34,1%     |

O EBITDA aumentou € 106.677,85 em relação ao período de 2021. Todavia, este acréscimo não teve o mesmo reflexo no resultado líquido do período, uma vez que o aumento verificado nas depreciações do período no valor de € 267.607,30 acabou por prejudicar este indicador.

#### 6.6 AUTONOMIA FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da Empresa apresenta, também comparativamente com o período anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:

| Descrição            | 2022 | 2021 | Δ Absoluta |
|----------------------|------|------|------------|
| Autonomia Financeira | 66%  | 68%  | -2%        |
| Endividamento        | 34%  | 32%  | 2%         |

## 7. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

### 7.1 POSIÇÃO FINANCEIRA

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da Empresa através da análise dos seguintes itens de balanço:

| ATIVO                                  | 31-DEZ-2022          | Peso %        | 31-DEZ-2021          | Peso %        | Variação 2022<br>2021 |
|--|----------------------|---------------|----------------------|---------------|-----------------------|
| Ativo não corrente                     | 12 436 718,32        | 58,6%         | 13 330 845,51        | 63,4%         | (894 127,19)          |
| Ativo corrente                         | 8 801 449,07         | 41,4%         | 7 706 928,95         | 36,6%         | 1 094 520,12          |
| <b>Total Ativo</b>                     | <b>21 238 167,39</b> | <b>100,0%</b> | <b>21 037 774,46</b> | <b>100,0%</b> | <b>200 392,93</b>     |
| <b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>       |                      |               |                      |               |                       |
| Capital Próprio                        | 14 065 996,33        | 66,2%         | 14 317 504,85        | 68,1%         | (251 508,52)          |
| Passivo não corrente                   | 3 903 506,46         | 18,4%         | 4 277 144,92         | 20,3%         | (373 638,46)          |
| Passivo corrente                       | 3 268 664,60         | 15,4%         | 2 443 124,69         | 11,6%         | 825 539,91            |
| <b>Total Capital Próprio e Passivo</b> | <b>21 238 167,39</b> | <b>100,0%</b> | <b>21 037 774,46</b> | <b>100,0%</b> | <b>200 392,93</b>     |

Analisando o quadro acima verifica-se um aumento do ativo corrente de € 1.094.520,12 referente, essencialmente, ao aumento das rubricas de “depósitos bancários”, “clientes”, “outros créditos a receber” e “Estado e outros entes públicos”.

O ativo não corrente diminuiu € 894.127,19 em grande parte devido ao registo das depreciações e amortizações registadas em virtude do uso dos Ativos Fixos Tangíveis.

A variação no Capital Próprio é referente, em grande parte, à imputação dos subsídios a rendimentos de acordo com a utilização dos respetivos bens e à redução do Resultado Líquido.

A diminuição dos financiamentos de médio e longo prazo e das outras dívidas a pagar de médio e longo prazo provocou uma diminuição do passivo não corrente no valor de € 373.638,46.

O aumento do passivo corrente é referente, essencialmente, ao aumento dos fornecedores em € 520.370,50, o estado em € 183.307,44 e diferimentos em € 82.481,04. Salientamos ainda que não se reforçou o valor retido acumulado destinado a fazer face aos encargos decorrentes da selagem e monitorização do aterro, por se considerar que o valor já provisionado é suficiente. Nestes termos, não foi reforçada a Provisão respetiva.

### 7.2 INDICADORES DE GESTÃO

Seguem alguns indicadores de gestão para o período de 2022 e respetivos valores comparativos:

| Indicadores de Gestão                                   | 2022          | 2021          | Δ Absoluta   | Δ em % face a 2021 |
|---|---------------|---------------|--------------|--------------------|
| Ativo Fixo Tangível (AFT)                               | 12 001 168,70 | 12 855 773,36 | (854 604,66) | (6,6 %)            |
| Capital próprio   | 14 065 996,33 | 14 317 504,85 | (251 508,52) | (1,8 %)            |
| Capitais Permanentes                                    | 17 969 502,79 | 18 594 649,77 | (625 146,98) | (3,4 %)            |
| Equilíbrio dos capitais permanentes ((AFT+PI)/Cap.perm) | 0,67          | 0,69          | 0,0          | (3,4 %)            |

A variação nos Ativos Fixos Tangíveis resulta de novas aquisições no valor de € 820.210,00, depreciações no valor de € 1.669.773,88 e outras correções no valor de € 5.040,78.

A variação nos capitais próprios resulta, essencialmente, do registo de novos subsídios relacionados com a aquisição de Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis com vida útil finita e a imputação desses subsídios a rendimentos de acordo com a utilização dos respetivos bens. A variação nos capitais permanentes resulta da alteração nos capitais próprios já explicada e na variação do passivo não corrente resultante da diminuição dos financiamentos obtidos e das outras dívidas a pagar.

### 7.3 RÁCIOS FINANCEIROS MAIS RELEVANTES

De seguida apresentam-se outros rácios financeiros relevantes referentes ao período de 2022 e 2021:

| Outros indicadores financeiros                                 | 2022         | 2021         | Δ Absoluta | Δ em % face a 2021 |
|--|--------------|--------------|------------|--------------------|
| Solvabilidade (CP/Passivo) em %                                | 196,1 %      | 213,0 %      | 16,9       | (794,7 %)          |
| Liquidez corrente (Ativo corrente - Passivo corrente) em Euros | 5 532 784,47 | 5 263 804,26 | 268 980,21 | 5,1 %              |

Da análise ao quadro acima verificamos que o Capital próprio é bastante superior ao passivo e que o Ativo Corrente é superior em € 5.532.784,47 ao Passivo Corrente.

### 7.4 ANÁLISE ECONÓMICA

Vamos agora apresentar alguns indicadores, relativamente à análise económica no período findo em 2022, comparativamente com o período de 2021:

| Análise Económica                                       | Fórmula simplificada             | 2022   | 2021  | Δ Absoluta | Δ em % face a 2021 |
|---|----------------------------------|--------|-------|------------|--------------------|
| Rendibilidade Líquida das Vendas (%)                    | RL / Volume de negócios          | 4,5 %  | 6,9 % | 2,4        | (340,0 %)          |
| Rendibilidade do Ativo (ROA) (%)                        | EBITDA / Ativo                   | 10,1 % | 9,7 % | 0,4        | 412,0 %            |
| Rendibilidade do Capital Próprio (return on equity) (%) | RL / C. Próprio                  | 2,7 %  | 3,7 % | 1,0        | (2729,7 %)         |
| Prazo Médio de Recebimentos (dias)                      | Clientes / Volume negócios * 365 | 109    | 108   | 1          | 0,6 %              |
| Prazo Médio de Pagamentos (dias)                        | Fornecedores / (CMVMC/FSE) * 365 | 79     | 58    | 20         | 35,0 %             |

Da análise ao quadro acima verifica-se que a rentabilidade líquida das vendas e do capital próprio sofreu um ligeiro decréscimo em consequência da diminuição do Resultado Líquido do Período.

O prazo médio de recebimentos aumentou 1 dia e o prazo médio de pagamentos aumentou 20 dias em relação ao ano anterior, continuando dentro dos parâmetros normais.

Os indicadores de gestão, financeiros e económicos apresentados, indicam que, a Empresa, apresenta uma estrutura sólida, garantida por uma gestão prudente e eficaz, secundada por um bom desempenho relativamente à atividade desenvolvida em 2022.

### 7.5 SITUAÇÃO FINANCEIRA

O nível de rentabilidade historicamente exibido pela empresa, aliada à retenção sucessiva dos resultados/lucros correspondentes, tem vindo, ano após ano, a contribuir para a sua solidez financeira.

Os meios líquidos gerados pela atividade da empresa em 2022 cifraram-se em € 2.095.432,01, sendo que, em 2021, esse valor atingiu € 1.978.167,80. Portanto, estamos perante valores muito interessantes, que têm contribuído para o robustecimento da situação financeira da empresa.

A boa posição financeira da entidade reflete-se nos seus principais indicadores de gestão, como é o caso do seu rácio de Autonomia Financeira e Solvabilidade.

Face ao bom nível de rentabilidade observada em 2022, os indicadores de situação financeira da empresa continuam a registar níveis muito interessantes, não dando sinais de degradação.

Em resumo a situação financeira da empresa mostra-se perfeitamente equilibrada. A Resíduos do Nordeste está, portanto, em perfeitas condições de solver as suas responsabilidades atuais e futuras sem quaisquer constrangimentos, aqui se incluindo aquelas que derivam dos encargos a suportar com a selagem e monitorização das células já utilizadas ou em vias de utilização e que constituem o aterro sanitário/parque ambiental sob gestão da mesma. A este respeito, notar-se-á que tais encargos mostram-se adequadamente provisionados, em conformidade com as regras que regem as normas de carácter ambiental, bem como com aquelas que regem esta matéria ao nível contabilístico.

## 8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

A Empresa no período económico findo em 31 de dezembro de 2022, alcançou o resultado líquido de € 375.799,20. Propõe-se a sua aplicação para Outras Reservas.

A retenção destes resultados na empresa, por via da sua transferência para Outras Reservas, servirá para aumentar a sua capacidade de autofinanciamento para acorrer aos encargos futuros decorrentes da selagem e monitorização do aterro e realização dos investimentos ligados à preparação de novas células de deposição de resíduos.

## 9. PERSPETIVAS

### 9.1 INVESTIMENTOS A REALIZAR

Os investimentos relevantes em perspetiva estão inteiramente relacionados com a conclusão da implementação dos projetos candidatados pela empresa ao Portugal 2020, no âmbito do POSEUR. Neste contexto, os valores que estão em causa apresentam-se do seguinte modo (sem IVA), aqui se incluindo, também, alguns outros de investimentos de valor e natureza residuais:

|                           |             |
|---------------------------|-------------|
| - Ativos Fixos Tangíveis: | 2.477.000 € |
| - Ativos Intangíveis:     | 215.000 €   |

### 9.2 GASTOS E RENDIMENTOS PREVISTOS

As estimativas apresentadas no contexto do Plano e Orçamento/2023 apontam para um valor das Vendas e Prestações de Serviços à volta de € 7.727.000 € (s/IVA), a que deverão corresponder Gastos com o Pessoal e FSE de € 434.000 € e € 6.491.000, respetivamente.

## 10. OUTRAS INFORMAÇÕES

10.1 Dando cumprimento ao disposto no Artº 21º do Decreto-Lei nº 411/91 de 17 de Outubro, declara-se que não existem dívidas em mora para com a Segurança Social e Autoridade Tributária.

Do mesmo modo, não se registam quaisquer débitos em atraso para com os trabalhadores e com a Caixa Geral de Aposentações.



**10.2** Declara-se que, após o termo do exercício e dando satisfação ao estipulado na alínea b), do nº 5, do Artº 66º do C.S.C., não ocorreram quaisquer factos que mereçam especial referência com impacto na atividade da entidade.

**10.3** Não foram concedidas autorizações para a celebração de negócios entre a empresa e os membros do seu Conselho de Administração, nos termos do artigo 397º do C.S.C. (alínea e) do número 5 do artº 66º, do C.S.C.).

**10.4** A empresa não possui sucursais, no país ou no estrangeiro (alínea g) do número 5 do artº 66º, do C.S.C.).

**10.5** No domínio da sua atividade principal, a entidade não corre especiais riscos de preço, considerando a forma como se processa a formação dos mesmos.

O risco de crédito que afeta a empresa é o normal de mercado para empresas com sólida estrutura económica e financeira e sem incidentes conhecidos e/ou registados.

Quanto aos riscos de liquidez e de fluxos de caixa, não se verificam aqui riscos elevados, considerando o facto de os principais clientes da empresa serem os Municípios que integram a área de influência da empresa, os quais, à semelhança de todos os outros, estão sujeitos ao controlo da despesa imposta por lei, na base da Lei dos compromissos (alínea h) do número 5 do artº 66º, do C.S.C.).

**10.6** O imposto apurado em 2022 incorpora o acesso ao Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento II (CFEI II), aprovado pela Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho. Em concreto, esse crédito corresponde a uma dedução à coleta de IRC no montante de 20% das despesas de investimento em ativos afetos à exploração efetuadas no primeiro semestre de 2021, até à concorrência de 70% da coleta daquele imposto, sendo que, a importância que não pôde ser deduzida no período de 2021 pode sê-lo, nas mesmas condições, nos cinco períodos de tributação subsequentes. Assim, de 2021 transitou um crédito apurado de € 62.020,96 e a dedução à coleta permitida em 2022 foi de € 58.905,32. Desta forma, transita para o ano seguinte o valor de € 3.115,64.

Para além deste benefício fiscal, foi ainda utilizado o Incentivo Fiscal à Recuperação (IFR) criado pelo OE 2022 o qual permite uma dedução à coleta de IRC de 10% (até à média de investimentos dos últimos 3 anos) e de 25% (acima da média de investimentos dos últimos 3 anos) das despesas de investimentos afetos à exploração efetuadas no segundo semestre de 2022, até à concorrência de 70% da coleta de IRC. À semelhança do que acontece no CFEI II, a importância que não pôde ser deduzida neste período, pode ser utilizada nos 5 períodos seguintes. Deste modo, no presente ano a empresa apurou um

montante total de incentivo de € 51.162,13 e deduziu à coleta o montante de € 25.245,14, transitando para os períodos seguintes o montante de € 25.916,99.

Para o valor de € 29.032,63 relativo aos benefícios apurados e não deduzidos no período foi criado o correspondente ativo por imposto diferido dado que se perspectiva recuperar o mesmo nos 5 períodos de tributação seguintes.

## **11. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES**

### **11.1 Autorização para a Emissão**

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 31-03-2023. No entanto os acionistas poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

### **11.2 Autorização da divulgação acerca das condições à data do balanço**

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

### **11.3 Acontecimentos após a data do Balanço que não deram origem a ajustamentos**

A administração não detetou acontecimentos após a data de encerramento das contas e até à data da prestação de contas que, pelo seu possível efeito material, possam ter consequência na informação financeira futura.

Todavia, a instabilidade que estamos a viver, inicialmente provocada pela pandemia COVID-19, seguida da Invasão da Ucrânia pela Rússia, a qual veio acelerar o fenómeno inflacionista que tinha apresentado sinais de crescimento no último trimestre de 2021, torna o quadro económico-financeiro mais incerto e volátil, afetando as condições de funcionamento e financiamento das instituições públicas e privadas, não sendo, neste momento, possível fazer a quantificação dos seus efeitos na sua atividade de exploração em 2023.

Apesar do facto anteriormente descrito afetar a performance económico-financeira da entidade, a administração da sociedade não prevê que tal facto coloque em causa a continuidade das operações e o normal desenvolvimento das suas atividades.

## **12. CONCLUSÃO**

Assim, como resulta da leitura do presente Relatório, entendemos que os objetivos fixados para o ano de 2022 foram, na sua generalidade, plenamente alcançados.

O Sistema concluiu o ciclo de infra-estruturas básicas e deverá, no futuro, abrir uma nova etapa necessariamente marcada pela qualidade, nomeadamente com o incremento da recolha seletiva, o tratamento dos resíduos biodegradáveis e a valorização dos rejeitados da UTMB.

O Conselho de Administração aproveita a oportunidade para agradecer a todos os que nos apolaram no desempenho desta missão, nomeadamente:

Às Associações de Municípios;

Aos Senhores Presidentes das Câmaras Municipais;

A todos os Membros da Assembleia Geral;

Ao Fiscal Único;

Aos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia;

A todos os funcionários das Câmaras Municipais, em particular das Divisões de Ambiente;

Aos Operadores de Resíduos; e

Aos trabalhadores da Resíduos do Nordeste.

Resíduos do Nordeste, 31 de março de 2023.

**O Presidente do Conselho de Administração,**



(Hernâni Dinis Venâncio Dias)

**Os Vogais,**

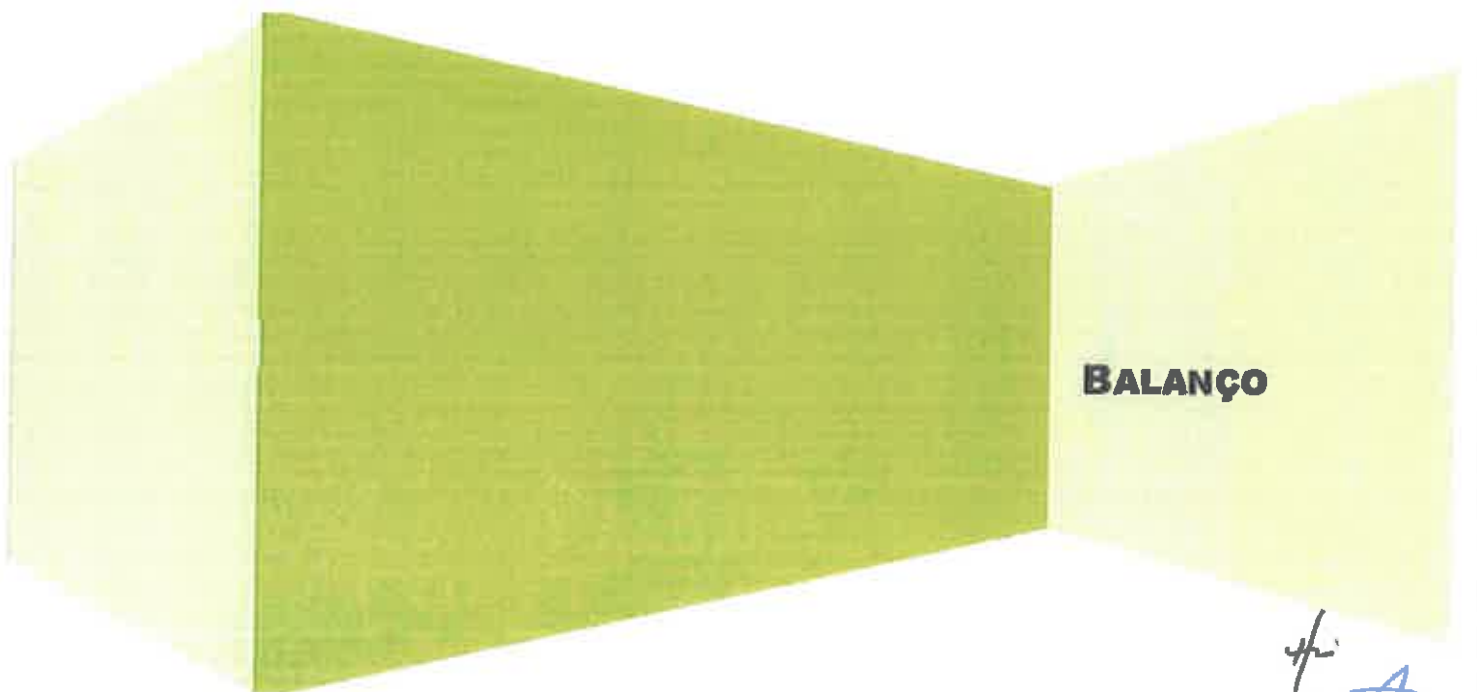


(João Gonçalves)



(António Joaquim Pimentel)





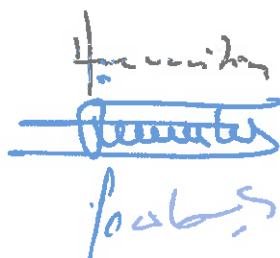
**BALANÇO**

*[Handwritten signature]*

Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.  
Balço Individual em 31 de dezembro de 2022

| RUBRICAS  | Notas | Unidade monetária: Cêntimo de Euro |                      |
|---|-------|------------------------------------|----------------------|
|   |       | Período                            |                      |
|   |       | 31/12/2022                         | 31/12/2021           |
| <b>ATIVO</b>                                      |       |                                    |                      |
| <b>Ativo não corrente</b>                         |       |                                    |                      |
| Ativos fixos tangíveis                            | 5     | 12 001 168,70                      | 12 855 773,36        |
| Ativos intangíveis                                | 6     | 55 350,84                          | 53 723,91            |
| Outros investimentos financeiros                  | 10    | 225 166,15                         | 233 327,28           |
| Ativos por impostos diferidos                     | 11    | 155 032,63                         | 188 020,96           |
|   |       | <b>12 436 718,32</b>               | <b>13 330 845,51</b> |
| <b>Ativo corrente</b>                             |       |                                    |                      |
| Inventários                                       | 7     | 81 828,99                          | 88 323,25            |
| Clientes  | 8     | 2 479 610,42                       | 2 274 092,37         |
| Estado e outros entes públicos                    | 9     | 943 632,00                         | 597 056,12           |
| Outros créditos a receber                         | 8     | 451 876,56                         | 211 004,31           |
| Diferimentos                                      | 12    | 16 672,74                          | 15 482,20            |
| Caixa e depósitos bancários                       | 4     | 4 827 828,36                       | 4 520 970,70         |
|   |       | <b>8 801 449,07</b>                | <b>7 706 928,95</b>  |
| <b>Total do ativo</b>                             |       | <b>21 238 167,39</b>               | <b>21 037 774,46</b> |
| <b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>                  |       |                                    |                      |
| <b>CAPITAL PRÓPRIO</b>                            |       |                                    |                      |
| Capital subscrito                                 | 13    | 50 000,00                          | 50 000,00            |
| Reservas legais                                   | 13    | 52 230,87                          | 52 230,87            |
| Outras reservas                                   | 13    | 5 409 233,61                       | 4 883 091,32         |
| Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio | 13    | 8 178 732,65                       | 8 806 040,37         |
| Resultado líquido do período                      | 13    | 375 799,20                         | 526 142,29           |
| <b>Total do capital próprio</b>                   |       | <b>14 065 996,33</b>               | <b>14 317 504,85</b> |
| <b>PASSIVO</b>                                    |       |                                    |                      |
| <b>Passivo não corrente</b>                       |       |                                    |                      |
| Provisões   | 14    | 1 773 035,71                       | 1 773 035,71         |
| Financiamentos obtidos                            | 15    | 314 292,33                         | 431 828,13           |
| Outras dívidas a pagar                            | 17    | 1 816 178,42                       | 2 072 281,08         |
|   |       | <b>3 903 506,46</b>                | <b>4 277 144,92</b>  |
| <b>Passivo corrente</b>                           |       |                                    |                      |
| Fornecedores                                      | 16    | 1 562 519,68                       | 1 042 149,18         |
| Estado e outros entes públicos                    | 9     | 881 949,72                         | 698 642,28           |
| Financiamentos obtidos                            | 15    | 117 535,80                         | 113 122,88           |
| Outras dívidas a pagar                            | 17    | 624 178,36                         | 589 210,35           |
| Diferimentos                                      | 12    | 82 481,04                          | -                    |
|   |       | <b>3 268 664,60</b>                | <b>2 443 124,69</b>  |
| <b>Total do passivo</b>                           |       | <b>7 172 171,06</b>                | <b>6 720 269,61</b>  |
| <b>Total do capital próprio e do passivo</b>      |       | <b>21 238 167,39</b>               | <b>21 037 774,46</b> |

O Conselho de Administração



O Contabilista Certificado Nº 63736



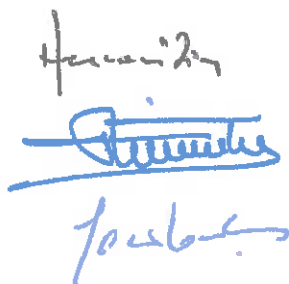
**DEMONSTRAÇÃO  
DOS RESULTADOS  
POR NATUREZAS**



**Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.**  
**Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas**  
**Período Findo em 31 de dezembro de 2022**

| Rubricas de rendimentos e gastos   | Notas | Unidade monetária: Cêntimo de Euro |                     |
|--|-------|------------------------------------|---------------------|
|  |       | Período                            |                     |
|  |       | 2022                               | 2021                |
| Vendas e serviços prestados  | 18    | 8 305 525,39                       | 7 663 179,79        |
| Subsídios à exploração   | 19    | 14 458,84                          | 71 890,29           |
| Variação nos inventários de produção                                       | 7     | 6 494,26                           | 26 207,07           |
| Fornecimentos e serviços externos  | 20    | 7 229 460,23                       | 6 505 760,14        |
| Gastos com pessoal   | 21    | 409 991,75                         | 412 422,65          |
| Aumentos/reduções de justo valor   | 22    | 8 630,27                           | 413,84              |
| Outros rendimentos   | 23    | 1 509 968,92                       | 1 297 482,78        |
| Outros gastos  | 24    | 27 846,03                          | 41 096,40           |
| <b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b> |       | <b>2 153 330,61</b>                | <b>2 046 652,76</b> |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização                           | 5;6   | 1 719 632,81                       | 1 452 025,51        |
| <b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b> |       | <b>433 697,80</b>                  | <b>594 627,25</b>   |
| Juros e gastos similares suportados  | 25    | 19 255,23                          | 23 519,07           |
| <b>Resultado antes de impostos</b>   |       | <b>414 442,57</b>                  | <b>571 108,18</b>   |
| Imposto sobre o rendimento do período                                      | 26    | 38 643,37                          | 44 965,89           |
| <b>Resultado líquido do período</b>  |       | <b>375 799,20</b>                  | <b>526 142,29</b>   |

O Conselho de Administração



O Contabilista Certificado Nº 63796







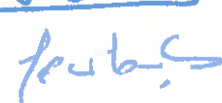
**DEMONSTRAÇÃO DOS  
FLUXOS DE CAIXA**

f.  
A 9

Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.  
 Demonstração Individual de Fluxos de Caixa  
 Período Findo em 31 de Dezembro de 2022

| RUBRICAS   | Notas              | Unidade monetária: Cêntimo de Euro |                     |
|--|--------------------|------------------------------------|---------------------|
|  |                    | Períodos                           |                     |
|  |                    | 2022                               | 2021                |
| <b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>                 |                    |                                    |                     |
| Recebimentos de clientes   |                    | 9 305 435,34                       | 8 646 045,27        |
| Pagamentos a fornecedores  | -                  | 7 247 743,97                       | 6 840 152,57        |
| Pagamentos ao pessoal  | -                  | 222 511,48                         | 235 671,98          |
| <b>Caixa gerada pelas operações</b>                                |                    | <b>1 835 180,49</b>                | <b>1 570 220,72</b> |
| Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento                |                    | 102 265,85                         | 56 952,15           |
| Outros recebimentos/pagamentos                                     | -                  | 1 119 054,13                       | 642 697,89          |
| <b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>                 | <b>(1)</b>         | <b>824 392,21</b>                  | <b>984 474,98</b>   |
| <b>Fluxos de caixa das atividades de Investimento</b>              |                    |                                    |                     |
| <b>Pagamentos respeitantes a:</b>                                  |                    |                                    |                     |
| Ativos fixos tangíveis   |                    | 942 763,86                         | 720 681,42          |
| Ativos intangíveis   |                    | 57 172,86                          | 615,00              |
| Investimentos financeiros  |                    | 665,92                             | 668,73              |
| Outros Ativos  |                    | -                                  | -                   |
| Subsídios ao Investimento  |                    | -                                  | -                   |
| Juros e rendimentos similares                                      |                    | -                                  | -                   |
| Dividendos   |                    | -                                  | -                   |
| <b>Recebimentos provenientes de:</b>                               |                    |                                    |                     |
| Ativos fixos tangíveis   |                    | -                                  | 1 000,00            |
| Ativos intangíveis   |                    | -                                  | -                   |
| Investimentos financeiros  |                    | -                                  | -                   |
| Outros Ativos  |                    | -                                  | -                   |
| Subsídios ao Investimento  |                    | 816 174,55                         | 367 399,64          |
| Juros e rendimentos similares                                      |                    | -                                  | -                   |
| Dividendos   |                    | -                                  | -                   |
| <b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>              | <b>(2)</b>         | <b>- 384 427,99</b>                | <b>- 353 565,51</b> |
| <b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>             |                    |                                    |                     |
| <b>Recebimentos provenientes de:</b>                               |                    |                                    |                     |
| Financiamentos obtidos   |                    | -                                  | -                   |
| Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio |                    | -                                  | -                   |
| Cobertura de prejuízos   |                    | -                                  | -                   |
| Doeções  |                    | -                                  | -                   |
| Outras operações de financiamento                                  |                    | -                                  | -                   |
| <b>Pagamentos respeitantes a:</b>                                  |                    |                                    |                     |
| Financiamentos obtidos   | -                  | 113 122,88                         | 108 875,65          |
| Juros e gastos similares   | -                  | 19 983,68                          | 24 220,17           |
| Dividendos   |                    | -                                  | -                   |
| Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio    |                    | -                                  | -                   |
| Outras operações de financiamento                                  |                    | -                                  | -                   |
| <b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>             | <b>(3)</b>         | <b>- 193 106,56</b>                | <b>- 133 095,82</b> |
| <b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>                       | <b>(1)+(2)+(3)</b> | <b>306 857,66</b>                  | <b>497 819,65</b>   |
| Efeito das diferenças de câmbio                                    |                    | -                                  | -                   |
| Caixa e seus equivalentes no início do período                     |                    | 4 520 970,70                       | 4 023 157,05        |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período                        | 4                  | 4 827 828,36                       | 4 520 970,70        |

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado Nº 69786


**DEMONSTRAÇÃO DE  
ALTERAÇÕES NO  
CAPITAL PRÓPRIO**



Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.  
 Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no Período de 2022

*Unidade monetária: Centimo de Euro*

| Descrição   | Notas | Capital Próprio atribuído aos detentores do capital |                 |                 |  |            | Resultado líquido do período | Total |
|---|-------|---|-----------------|-----------------|--|------------|------------------------------|-------|
|   |       | Capital subscrito                                   | Reservas legais | Outras reservas | Ajustamentos / outras variações no capital próprio |            |                              |       |
| <b>POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022</b>              |       | 50 000,00   | 52 250,87       | 4 888 091,32    | 8 806 040,37                                       | 526 142,29 | 14 317 506,85                |       |
| <b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>                          |       | -   | -               | 526 142,29      | 627 307,72   | 526 142,29 | 627 307,72                   |       |
| Outras alterações reconhecidas no capital próprio     |       | -   | -               | 526 142,29      | 627 307,72   | 526 142,29 | 627 307,72                   |       |
| <b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>                   |       | -   | -               | -               | -  | 375 799,20 | 375 799,20                   |       |
| <b>RESULTADO INTEGRAL</b>                             |       | -   | -               | -               | -  | 150 348,08 | 251 508,52                   |       |
| <b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b> |       | -   | -               | -               | -  | -          | -                            |       |
| <b>POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2022</b>                 | 13    | 50 000,00   | 52 250,87       | 5 409 233,61    | 8 178 732,65                                       | 375 799,20 | 14 065 996,33                |       |

O Conselho de Administração

*Henrique*

*Henrique*

*Henrique*

*Henrique*

O Contabilista Certificado Nº 63736

*Henrique*



Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.  
 Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no Período de 2021

Unidade monetária: Centímo de Euro

| Descrição   | Capital Próprio atribuído aos detentores do capital |                   |                 |                 |  |                              | Total         |
|---|---|-------------------|-----------------|-----------------|--|------------------------------|---------------|
|   | Notas   | Capital subscrito | Reservas legais | Outras reservas | Ajustamentos / outras variações no capital próprio | Resultado líquido do período |               |
| POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021                 |   | 50 000,00         | 52 230,87       | 4 644 779,79    | 9 438 769,84                                       | 238 811,53                   | 14 404 092,03 |
| ALTERAÇÕES NO PERÍODO                             |   | -                 | -               | -               | -  | -                            | -             |
| Outras alterações reconhecidas no capital próprio |   | -                 | -               | -               | -  | -                            | -             |
| RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO                      |   | -                 | -               | -               | 612 729,47   | 238 811,53                   | 612 729,47    |
| RESULTADO INTEGRAL                                |   | -                 | -               | -               | 612 729,47   | 238 811,53                   | 612 729,47    |
| OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO    |   | -                 | -               | -               | -  | 526 142,29                   | 526 142,29    |
|   |   | -                 | -               | -               | -  | 287 830,76                   | 86 587,18     |
| POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021                    | 13  | 50 000,00         | 52 230,87       | 4 883 091,82    | 8 806 040,37                                       | 526 142,29                   | 14 317 504,85 |

O Conselho de Administração

*Henriqueta*  
*Guimarães*  
*presb-s*

*H.*  
*+*

O Contabilista Certificado Nº 63736

*[Handwritten signature]*

**ANEXO**



RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM,  
S.A.

ANEXO

Período 2022

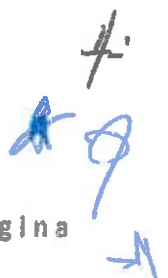
Handwritten marks in blue ink, including a large 'Q' and other illegible scribbles.

## Índice

|   |    |
|---|----|
| 1. Identificação da Entidade .....  | 5  |
| 2. Referência Contábilístico .....  | 5  |
| 3. Principais Políticas Contábilísticas .....                                     | 5  |
| 3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras ..... | 5  |
| 3.1.1. Ativos Fixos Tangíveis.....  | 5  |
| 3.1.2. Ativos Intangíveis.....  | 6  |
| 3.1.3. Outros Investimentos Financeiros .....                                     | 6  |
| 3.1.4. Inventários .....  | 7  |
| 3.1.5. Imparidade de ativos .....   | 7  |
| 3.1.6. Ativos e Passivos Financeiros.....   | 8  |
| 3.1.7. Clientes e outros créditos a receber .....                                 | 8  |
| 3.1.8. Estado e outros entes públicos .....                                       | 9  |
| 3.1.9. Acréscimos e Diferimentos .....  | 9  |
| 3.1.10. Caixa e depósitos bancários.....  | 9  |
| 3.1.11. Capital Subscrito .....   | 10 |
| 3.1.12. Reserva Legal .....   | 11 |
| 3.1.13. Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio .....                   | 11 |
| 3.1.14. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes .....              | 11 |
| 3.1.15. Matérias ambientais .....   | 12 |
| 3.1.16. Financiamentos obtidos e gastos com financiamento .....                   | 12 |
| 3.1.17. Fornecedores, adiantamentos de clientes e outras dívidas a pagar .....    | 13 |
| 3.1.18. Rédito.....   | 13 |
| 3.1.19. Subsídios atribuídos .....  | 14 |
| 3.1.20. Benefícios dos empregados .....   | 15 |
| 3.1.21. Imposto sobre o rendimento do período .....                               | 15 |
| 3.1.22. Eventos Subsequentes.....   | 16 |

|   |    |
|---|----|
| 3.1.23. Juízos de valor do órgão de gestão .....  | 17 |
| 3.1.24. Principais pressupostos relativos ao futuro .....   | 17 |
| 3.1.25. Principais fontes de incerteza das estimativas .....  | 17 |
| 3.2. Alterações de políticas contabilísticas, estimativas contabilísticas e correções de erros de períodos anteriores ..... | 18 |
| 4. Fluxos de Caixa .....  | 18 |
| 5. Ativos fixos tangíveis .....   | 18 |
| 6. Ativos Intangíveis .....   | 19 |
| 7. Inventários .....  | 20 |
| 8. Clientes e Outros Créditos a Receber .....   | 21 |
| 9. Estado e outros entes públicos .....   | 22 |
| 10. Outros Investimentos Financeiros .....  | 22 |
| 11. Ativos por Impostos Diferidos .....   | 23 |
| 12. Diferimentos .....  | 23 |
| 13. Capitais Próprios .....   | 24 |
| 14. Provisões .....   | 24 |
| 15. Financiamentos .....  | 25 |
| 16. Fornecedores .....  | 25 |
| 17. Outras Dívidas a Pagar .....  | 25 |
| 18. Vendas e serviços prestados .....   | 25 |
| 19. Subsídios à exploração .....  | 26 |
| 20. Fornecimentos e Serviços Externos .....   | 26 |
| 21. Gastos com o Pessoal .....  | 26 |
| 22. Aumentos/reduções do justo valor .....  | 27 |
| 23. Outros Rendimentos .....  | 27 |
| 24. Outros Gastos e Perdas .....  | 28 |
| 25. Juros e gastos similares suportados .....   | 28 |

|  |    |
|--|----|
| 26. Imposto sobre o rendimento do período .....          | 28 |
| 27. Factos relevantes ocorridos no período .....         | 29 |
| 28. Acontecimentos após a data do Balanço.....           | 29 |
| 29. Outras divulgações exigidas por diplomas legais..... | 29 |
| 30. Outras informações .....                             | 30 |



## 1. Identificação da Entidade

A RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM, S.A, contribuinte número 505 542 331, é uma empresa intermunicipal, com sede na Rua da Fundação Calouste Gulbenkian, concelho de Mirandela, e que tem como atividade principal a recolha e gestão de resíduos urbanos dos municípios que a integram.

A Administração assegura que estas Demonstrações Financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da sociedade, bem como a sua posição, desempenho financeiro e fluxos de caixa.

As Demonstrações Financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelos Acionistas, na reunião de 31 de março de 2023.

## 2. Referencial Contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 junho;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8254/2015, 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8256/2015, 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).

## 3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

### 3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

#### 3.1.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição/produção, deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento que estejam prontos para a utilização.

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil dos ativos fixos tangíveis são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registados na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

### **3.1.2. Ativos Intangíveis**

Os ativos intangíveis com vida útil definida encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo de custo).

Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha reta de uma forma consistente.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os dispêndios com desenvolvimento para os quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente aos quais seja provável que o ativo venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizados. Os dispêndios com pesquisa e desenvolvimento que não cumpram os critérios referidos são registados como gastos do período em que são incorridos.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

### **3.1.3. Outros Investimentos Financeiros**

Os investimentos detidos pela entidade encontram-se mensurados pelo seu justo valor, dado pela cotação do fundo respetivo, no caso da titularidade de algumas unidades de participação (Up) no Fundo de Investimento "CXG Obrigações", e pelo modelo do custo, no caso das contribuições de carácter obrigatório para o Fundo de



Compensação do Trabalho. A sua detenção tem caráter de continuidade e/ou permanência, não se destinando a ser vendida no decurso normal das operações da entidade.

#### 3.1.4. Inventários

Dadas as particulares circunstâncias que estão na origem da formação/obtenção dos inventários de produtos da entidade, tais inventários são valorizados a partir dos respetivos preços de mercado em vigor no final de cada exercício, tendo, também, em conta a evolução de tais preços no período compreendido entre a data a que se reportam as contas e a data da sua preparação. Portanto, é acautelado o valor de recuperação dos inventários, por via da venda respetiva.

#### 3.1.5. Imparidade de ativos

A NCRF 12 – Imparidade de ativos deve ser aplicada no âmbito da contabilização da imparidade de todos os ativos, com exceção:

- Inventários (ver a NCRF 18 - Inventários);
- Ativos provenientes de contratos de construção (ver a NCRF 19 - Contratos de Construção);
- Ativos por impostos diferidos (ver a NCRF 25 - Impostos sobre o Rendimento);
- Ativos por benefícios de empregados (ver a NCRF 28 - Benefícios dos Empregados);
- Ativos financeiros que estejam no âmbito da NCRF 27 - Instrumentos Financeiros;
- Propriedades de investimento que sejam mensuradas pelo justo valor (ver a NCRF 11 - Propriedades de Investimento);
- Ativos biológicos relacionados com a atividade agrícola que sejam mensurados pelo justo valor menos os custos de alienação (ver a NCRF 17 - Agricultura); ou
- Ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda de acordo com a NCRF 8 - Ativos não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas.

Assim neste âmbito, a empresa avalia, à data do balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis” ou “imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis”. A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil.

A quantia recuperável é estimada para cada ativo, Individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por Imparidade, o gasto com amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para Imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação de Imparidade.

A reversão de perdas por Imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam Indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por Imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por Imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por Imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

### **3.1.6. Ativos e Passivos Financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no Balanço quando a sociedade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os passivos financeiros são reconhecidos pelo seu custo amortizado, sendo igual ao seu custo.

### **3.1.7. Clientes e outros créditos a receber**

Estes instrumentos financeiros incluídos na NCRF nº 27, sempre que aplicável, são mensurados inicialmente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva (ou ao seu custo nominal caso não diferia materialmente do custo amortizado) menos qualquer perda por Imparidade.

As dívidas de terceiros são registadas ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo) e representadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por Imparidades, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por Imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração Informação de mercado que demonstre que o cliente/outros créditos a receber está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como a Informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de Informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a

partir do momento em que a empresa tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ao parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura de perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

Os créditos sobre clientes cedidos em factoring sem recurso, ou seja, em que no caso de não pagamento por parte dos clientes a perda é assumida pela empresa de factoring, são desreconhecidos do Balanço aquando do recebimento das quantias provenientes da empresa de factoring.

Os créditos sobre clientes cedidos em factoring com recurso, ou seja, em que no caso de não pagamento por parte dos Clientes a empresa de factoring tem o direito de reclamar à Empresa as quantias não pagas, mantêm-se reconhecidos no Balanço e o risco de incobrabilidade associado é considerado para efeitos de determinação da imparidade.

Neste caso, os valores recebidos da empresa de factoring são reconhecidos na rubrica "Financiamentos obtidos", assim como, caso exista, as letras descontadas e não vencidas.

### 3.1.8. Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor. Em face do relacionamento com esta entidade, não é exetável a existência de perdas por imparidade nesta rubrica.

### 3.1.9. Acréscimos e Diferimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outros créditos a receber e Outras dívidas a pagar" ou "Diferimentos (ativos ou passivos)".

### 3.1.10. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo

corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo ou custo amortizado, determinado com base no método da taxa de juro efetiva.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além de caixa e depósitos bancários, os descobertos bancários incluídos na rubrica de “Financiamentos obtidos”.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamentos de dividendos.

### 3.1.11. Capital Subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272 (Sociedade anónimas) do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade da Empresa deve indicar especialmente, o seu capital, o valor nominal de cada título (ação) e os seus respetivos titulares. A parte do capital subscrito, mas ainda por realizar encontra-se registado na rubrica do ativo “Capital subscrito e não realizado”.

### 3.1.12. Reserva Legal

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

### 3.1.13. Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio

Esta rubrica evidencia os subsídios associados a ativos, que deverão ser transferidos, numa base sistemática, para a rubrica "7883 - Imputação de subsídios para Investimentos", à medida em que forem contabilizadas as depreciações/amortizações do investimento a que respeitem. Aquando do seu registo inicial, o subsídio prefigura um aumento nos benefícios económicos durante o período contabilístico que resulta em aumento do capital próprio.

Porém, e uma vez que os subsídios estão sujeitos a tributação, o aumento do capital próprio apenas se circunscreve à quantia do subsídio (a registar a crédito da conta 5931 - Subsídios atribuídos, por débito de meios financeiros líquidos ou de uma subconta da conta 278 - Outros devedores e credores), deduzida da quantia do imposto que lhe está associado (a registar a débito da conta 592 - Ajustamentos em subsídios, por crédito de uma subconta da conta 278 - Outros Dívidas a Pagar – não corrente). Em cada um dos períodos subsequentes em que o subsídio é reconhecido como rendimento na demonstração dos resultados, é também reconhecido o correspondente imposto, sendo, então, debitada a conta 5931 - Subsídios atribuídos por crédito da conta 7883 - Imputação de subsídios para investimentos e creditada a conta 592 - Ajustamentos em subsídios por débito da subconta da conta 278 – Outras dívidas a pagar – não corrente.

### 3.1.14. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data do balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que



surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidos porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Empresa não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

### **3.1.15. Matérias ambientais**

As provisões de carácter ambiental reconhecidas no balanço da entidade respeitam aos dispêndios que se estima venham a ser efetuados com a selagem e monitorização do aterro sanitário.

A estimativa efetuada tem por base a área a selar, bem como a vida útil das diferentes células a selar, a qual se relaciona com o ritmo de deposição de RU. A este respeito, foi, em tempo oportuno, efetuado o estudo prospetivo referente à selagem a realizar no futuro, com base no qual é feita, ano a ano, a Provisão respetiva.

### **3.1.16. Financiamentos obtidos e gastos com financiamento**

Os empréstimos bancários, são registados no passivo ao custo ou ao custo amortizado (usando o método de juro efetivo), deduzido dos gastos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a mais ou menos de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um "ativo que se qualifica" (é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda) cujo período de tempo para ficar pronto para uso pretendido seja substancial (Em substância superior a 1, 2... Anos), caso em que devem ser capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas. Os custos de empréstimos obtidos são os custos de juros e outros incorridos por uma entidade relativos aos pedidos de empréstimos de fundos.

Os custos de empréstimos obtidos incluem:

- Gastos com juros calculados com base na utilização do método do juro efetivo, tal como descrito na NCRF 27 - Instrumentos Financeiros;
- Encargos financeiros relativos a locações financeiras reconhecidas de acordo com a NCRF 9 - Locações; e
- Diferenças de câmbio provenientes de empréstimos obtidos em moeda estrangeira até ao ponto em que sejam vistos como um ajustamento do custo dos juros.

Dependendo das circunstâncias, qualquer dos seguintes elementos podem constituir "ativos que se qualificam":

- Inventários;
- Ativos fixos tangíveis (Exemplos: Instalações industriais e instalações de geração de energia);
- Ativos intangíveis;
- Propriedades de Investimento.

Os ativos financeiros, e os inventários que sejam fabricados, ou de outro modo produzidos, durante um curto período não são ativos que se qualificam. Os ativos que estejam prontos para o seu uso pretendido ou para a sua venda quando adquiridos não são ativos que se qualificam, logo não podem ser capitalizados os gastos de financiamento que lhe poderiam ser diretamente imputáveis.

### 3.1.17. Fornecedores, adiantamentos de clientes e outras dívidas a pagar

Estes instrumentos financeiros incluídos na NCRF nº 27, sempre que aplicável, são mensurados inicialmente ao custo amortizado, utilizado o método da taxa de juro efetiva ou ao custo nominal caso não diferia materialmente do custo amortizado.

### 3.1.18. Rédito

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja

mantido um envolvimento continuado de gestão com o grau geralmente associado com a posse ou controle efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Em termos de prestação de serviços, o rédito associado é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação (método de percentagem de acabamento) à data do balanço, se o desfecho puder ser estimado com fiabilidade. Se isso não acontecer, mas se os custos incorridos forem recuperáveis, o rédito só é reconhecido na medida dos gastos já incorridos e reconhecidos, de acordo com o método do lucro nulo. Se o desfecho não poder ser estimado e se os custos não forem recuperáveis, não há qualquer rédito a reconhecer e os gastos não podem ser diferidos. No caso das prestações de serviços continuadas, o valor do rédito é reconhecido numa base de linha reta.

Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo. Os dividendos são reconhecidos como ganho na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

### **3.1.19. Subsídios atribuídos**

Os subsídios atribuídos são reconhecidos de acordo com justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar déficits de exploração ou no âmbito de programas de formação profissional), são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. Conforme referido na FAQ n.º 13 da Comissão de Normalização Contabilística, revista em 15/04/2013, não existe qualquer diferença temporária tributável no caso da contabilização em capitais próprios de subsídios não reembolsáveis, mas existe lugar à contabilização de uma obrigação (um passivo), isto é, um crédito na rubrica "Outras dívidas a pagar – não corrente" e um débito na rubrica "Outras variações



em capitais próprios". Em função do reconhecimento do subsídio ao rendimento, esta obrigação reverte por contrapartida da rubrica "Outras dívidas a pagar – não corrente"

No caso de o subsídio estar relacionado com os ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos, na rubrica "Financiamentos obtidos".

### 3.1.20. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

### 3.1.21. Imposto sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontra-se corrigido pelo efeito de contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Autoridade Tributária e Aduaneira durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos períodos de

2019 a 2022 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo antes referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em cursos inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica "Imposto sobre o rendimento do período".

No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporários entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributáveis, com exceção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem, quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, em empreendimentos conjuntos e associados, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

### 3.1.22. Eventos Subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

### **3.1.23. Juízos de valor do órgão de gestão**

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relacionadas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras individuais do período findo em 31 de dezembro de 2022 incluem:

- Análise às perdas por imparidade dos ativos;
- Registo de provisões;
- Estimativa para férias e subsídio de férias e respetivos encargos;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

### **3.1.24. Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

### **3.1.25. Principais fontes de incerteza das estimativas**

Com a exceção que se ilustra de seguida, não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

A referida exceção está associada à verba que se encontra provisionada para a selagem e monitorização das células seladas e a selar do aterro sanitário, verba essa cujo quantitativo se entende por adequado. Porém, por força da eventual alteração significativa de variáveis que a entidade não controla, a magnitude de tal

Provisão pode revelar-se Insuficiente ou excedentária. Essas variáveis prendem-se com a eventual alteração significativa dos preços dos materiais utilizados na selagem e monitorização do aterro sanitário e nos preços do fator trabalho.

Acresce que a Resíduos do Nordeste entende que todas as estimativas, metodologia e posições que assumiu com incidência contabilística e fiscal no domínio do processo de selagem e monitorização das áreas já utilizadas e em utilização para a deposição dos resíduos em aterro, estão em sintonia com as regras fiscais insitas no Código do IRC.

Estão aqui em causa, sobretudo, considerações respeitantes à duração do período de vida útil das células em uso do aterro sanitário e ao timing do início do encerramento da exploração das referidas células.

### 3.2. Alterações de políticas contabilísticas, estimativas contabilísticas e correções de erros de períodos anteriores

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022 não ocorreram alterações das políticas contabilísticas, das estimativas e não existiram correções de erros de períodos anteriores de valor material.

## 4. Fluxos de Caixa

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2022, os valores de disponibilidades são os valores a seguir discriminados:

| Caixa e depósitos bancários                 | Períodos            |                     |
|---|---------------------|---------------------|
|   | 31/12/2022          | 31/12/2021          |
| Caixa                                       | 449,99              | 395,48              |
| Depósitos à ordem                           | 4 743 085,85        | 4 436 282,70        |
| Depósitos a prazo                           | 84 292,52           | 84 292,52           |
| <b>Total de caixa e depósitos bancários</b> | <b>4 827 828,36</b> | <b>4 520 970,70</b> |

Depósito bancário a prazo não mobilizável, cujo montante ascende, em 31/12/2022, a 84.292,52 €, como caução da garantia bancária prestada, associada à provisão de carácter ambiental.

## 5. Ativos fixos tangíveis

De seguida apresentamos a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as alienações e as depreciações no início e no fim do período:

**RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM, S.A.**  
**Demonstrações Financeiras Individuais - NCRF**  
**31 dezembro de 2022**

| 2022                    |                              |                                |                    |                           |                            |                         |                               |                        |               |
|-------------------------|------------------------------|--------------------------------|--------------------|---------------------------|----------------------------|-------------------------|-------------------------------|------------------------|---------------|
| Descrição               | Terrenos e recursos naturais | Edifícios e outras construções | Equipamento básico | Equipamento de transporte | Equipamento administrativo | Equipamentos biológicos | Outros ativos fixos tangíveis | Investimentos em curso | Total         |
| Saldo em 01.01.2022     | 117.924,37                   | 5.163.298,47                   | 6.852.248,36       | 717.205,04                | 0,12                       | -                       | -                             | 5.000,00               | 13.655.776,36 |
| Adições                 | -                            | 139.122,43                     | 412.746,29         | 256.000,00                | -                          | -                       | -                             | 5.000,00               | 837.868,72    |
| Alienações/correções/NC | -                            | 17.658,72                      | -                  | -                         | -                          | -                       | -                             | -                      | 32.658,72     |
| Depreciações acumuladas | -                            | -                              | -                  | -                         | -                          | -                       | -                             | -                      | -             |
| Saldo em 01.01.2022     | -                            | -                              | -                  | -                         | -                          | -                       | -                             | -                      | -             |
| Adições                 | -                            | 397.798,62                     | 1.162.293,12       | 109.682,18                | 0,12                       | -                       | -                             | -                      | 1.669.814,66  |
| Alienações              | -                            | -                              | -                  | -                         | -                          | -                       | -                             | -                      | -             |
| Saldo em 31.12.2022     | 117.924,37                   | 4.887.045,56                   | 6.132.697,01       | 863.822,86                | -                          | -                       | -                             | -                      | 12.895.500,80 |

| 2021                    |                              |                                |                    |                           |                            |                         |                               |                        |               |
|-------------------------|------------------------------|--------------------------------|--------------------|---------------------------|----------------------------|-------------------------|-------------------------------|------------------------|---------------|
| Descrição               | Terrenos e recursos naturais | Edifícios e outras construções | Equipamento básico | Equipamento de transporte | Equipamento administrativo | Equipamentos biológicos | Outros ativos fixos tangíveis | Investimentos em curso | Total         |
| Saldo em 01.01.2021     | 117.924,37                   | 5.181.712,11                   | 7.649.848,45       | 545.018,66                | 0,12                       | -                       | -                             | 5.000,00               | 13.499.503,71 |
| Adições                 | -                            | 361.426,95                     | 147.966,09         | 264.927,64                | 2.178,32                   | -                       | -                             | -                      | 775.599,00    |
| Alienações              | -                            | -                              | -                  | 32.654,99                 | -                          | -                       | -                             | -                      | 32.654,99     |
| Depreciações acumuladas | -                            | -                              | -                  | -                         | -                          | -                       | -                             | -                      | -             |
| Adições                 | -                            | 379.740,59                     | 945.569,18         | 91.841,26                 | 2.178,32                   | -                       | -                             | -                      | 1.419.329,35  |
| Alienações              | -                            | -                              | -                  | 32.654,99                 | -                          | -                       | -                             | -                      | 32.654,99     |
| Saldo em 31.12.2021     | 117.924,37                   | 5.163.298,47                   | 6.852.248,36       | 717.205,04                | 0,12                       | -                       | -                             | 5.000,00               | 12.835.773,36 |

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar. As depreciações do período de 2021 e de 2022 foram as seguintes:

| Classe de ativos fixos tangíveis | Depreciações do período |                     |
|----------------------------------|-------------------------|---------------------|
|                                  | 2022                    | 2021                |
| Terrenos e recursos naturais     | -                       | -                   |
| Edifícios e outras construções   | 397.798,58              | 379.740,59          |
| Equipamento básico               | 1.162.293,12            | 945.569,18          |
| Equipamento de transporte        | 109.682,18              | 91.841,26           |
| Equipamento administrativo       | 0,00                    | 2.178,32            |
| Equipamento biológicos           | -                       | -                   |
| <b>Total</b>                     | <b>1.669.773,88</b>     | <b>1.419.329,35</b> |

## 6. Ativos Intangíveis

De seguida apresentamos a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:



| 2022                           |   |                        |                           |                        |                  |
|--------------------------------|---|------------------------|---------------------------|------------------------|------------------|
| Descrição                      | Programas de computador/ software informático | Propriedade industrial | Outros ativos intangíveis | Investimentos em curso | Total            |
| <b>Saldo em 01.01.2022</b>     | <b>489,53</b>                                 | <b>33 645,05</b>       | <b>19 589,33</b>          | -                      | <b>53 723,91</b> |
| Adições                        | 30 000,00                                     | -                      | 21 482,00                 | -                      | 51 482,00        |
| Alienações                     | -   | -                      | -                         | -                      | -                |
| <b>Amortizações acumuladas</b> |   |                        |                           |                        |                  |
| Adições                        | -   | 13 273,49              | 36 585,44                 | -                      | 49 858,93        |
| Alienações/ajustamentos        | -   | -                      | 3,86                      | -                      | 3,86             |
| <b>Saldo em 31.12.2022</b>     | <b>30 489,53</b>                              | <b>20 371,56</b>       | <b>4 489,75</b>           | -                      | <b>55 350,84</b> |

| 2021                           |                         |                        |                           |                        |                  |
|--------------------------------|-------------------------|------------------------|---------------------------|------------------------|------------------|
| Descrição                      | Programas de computador | Propriedade industrial | Outros ativos intangíveis | Investimentos em curso | Total            |
| <b>Saldo em 01.01.2021</b>     | <b>489,53</b>           | <b>27 949,62</b>       | <b>38 512,00</b>          | <b>18 968,92</b>       | <b>85 920,07</b> |
| Adições                        | -                       | -                      | 500,00                    | -                      | 500,00           |
| Alienações                     | -                       | -                      | -                         | -                      | -                |
| Transferências                 | -                       | 18 968,92              | -                         | 18 968,92              | -                |
| <b>Amortizações acumuladas</b> |                         |                        |                           |                        |                  |
| Adições                        | -                       | 13 273,49              | 19 422,67                 | -                      | 32 696,16        |
| Alienações                     | -                       | -                      | -                         | -                      | -                |
| <b>Saldo em 31.12.2021</b>     | <b>489,53</b>           | <b>33 645,05</b>       | <b>19 589,33</b>          | -                      | <b>53 723,91</b> |

Os ativos intangíveis são amortizados de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a amortização é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

## 7. Inventários

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2022, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

| Classificação das rubricas de Inventários     | Períodos         |                  |
|---|------------------|------------------|
|   | 31/12/2022       | 31/12/2021       |
| Mercadorias                                   | -                | -                |
| Matérias primas, subsidiárias e de consumo    | -                | -                |
| Produtos acabados e intermédios               | -                | -                |
| Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos | 81 828,99        | 88 323,25        |
| Produtos e trabalhos em curso                 | -                | -                |
| Adiantamentos por conta de compras            | -                | -                |
|   | <b>81 828,99</b> | <b>88 323,25</b> |
| Perdas por imparidade                         | -                | -                |
| <b>Total</b>                                  | <b>81 828,99</b> | <b>88 323,25</b> |

A Variação da Produção no exercício de 2021 e 2022 foi a seguinte:

| Descrição                                      | 2022   |                  | 2021   |                   |
|--|--|------------------|--|-------------------|
|  | Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugo | Total            | Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugo | Total             |
| Inventário inicial                             | 88 323,25                                    | 88 323,25        | 114 530,32                                   | 114 530,32        |
| Reclassificação e regularização de Inventários | -  | -                | -  | -                 |
| Perdas por imparidade acumuladas               | -  | -                | -  | -                 |
| Inventário final                               | 81 828,99                                    | 81 828,99        | 88 323,25                                    | 88 323,25         |
| <b>Variação nos Inventários na Produção</b>    | <b>-6 494,26</b>                             | <b>-6 494,26</b> | <b>-26 207,07</b>                            | <b>-26 207,07</b> |

## 8. Clientes e Outros Créditos a Receber

Os clientes em 31 de dezembro de 2022 e 2021 apresentavam a seguinte decomposição:

| Clientes   | Períodos            |                     |
|--|---------------------|---------------------|
|  | 31/12/2022          | 31/12/2021          |
| Clientes c/c - saldos devedores                        | 2 479 610,42        | 2 274 092,37        |
| Clientes de cobrança duvidosa                          | 465 704,75          | 465 704,75          |
| <b>Total de clientes (valor antes das imparidades)</b> | <b>2 945 315,17</b> | <b>2 739 797,12</b> |
| Perdas por Imparidade acumuladas                       | - 465 704,75        | - 465 704,75        |
| <b>Total líquido de clientes</b>                       | <b>2 479 610,42</b> | <b>2 274 092,37</b> |

Os Outros Créditos a Receber em 31 de dezembro de 2022 e 2021 apresentavam a seguinte decomposição:

| Outros créditos a receber                    | 31/12/2022   |            |            | 31/12/2021   |            |            |
|--|--------------|------------|------------|--------------|------------|------------|
|  | Não corrente | Corrente   | Total      | Não corrente | Corrente   | Total      |
| Outros devedores por acréscimos de proveitos |              | 200 264,05 | 200 264,05 |              | 16 401,52  | 16 401,52  |
| Outros                                       |              | 251 612,51 | 251 612,51 |              | 194 602,79 | 194 602,79 |
| <b>Perdas por Imparidade acumulada</b>       | -            | 451 876,56 | 451 876,56 | -            | 211 004,31 | 211 004,31 |
| <b>Total</b>                                 | -            | 451 876,56 | 451 876,56 | -            | 211 004,31 | 211 004,31 |

## 9. Estado e outros entes públicos

O Estado e outros entes públicos apresentava a seguinte decomposição em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

| Estado e Outros Entes Públicos                    | 31/12/2022   |            |       | 31/12/2021   |            |       |
|---|--------------|------------|-------|--------------|------------|-------|
|   | Não corrente | Corrente   | Total | Não corrente | Corrente   | Total |
| <b>Ativo:</b>                                     |              |            |       |              |            |       |
| Imposto sobre o valor acrescentado                |              | 841 839,04 |       |              | 597 056,12 |       |
| Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas  |              | 101 792,96 |       |              |            |       |
| Outros  |              |            |       |              |            |       |
| <b>Total ativo</b>                                | -            | 943 632,00 | -     | -            | 597 056,12 | -     |
| <b>Passivo:</b>                                   |              |            |       |              |            |       |
| Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas  |              |            |       |              | 5 182,15   |       |
| Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares |              | 4 447,39   |       |              | 4 689,40   |       |
| Caixa Geral de Aposentações                       |              | 859,49     |       |              | 851,82     |       |
| Contribuições para a segurança social             |              | 6 417,86   |       |              | 6 931,15   |       |
| Comparticipações para o FCT e FGCT                |              | 60,24      |       |              | 56,60      |       |
| Outros  |              | 870 164,74 |       |              | 680 931,16 |       |
| <b>Total do passivo</b>                           | -            | 881 949,72 | -     | -            | 698 642,28 | -     |

## 10. Outros Investimentos Financeiros

A rubrica de Outros investimentos Financeiros apresenta a 31 de dezembro de 2022 e 2021 a seguinte decomposição:

| Descrição dos Investimentos financeiros | Saldo Inicial em 01.01.2022 | Aumentos      |                          |                    | Diminuições                 |                          |                       | Saldo final em 31.12.2022 |
|---|-----------------------------|---------------|--------------------------|--------------------|-----------------------------|--------------------------|-----------------------|---------------------------|
|   |                             | Aquisições    | Variações de justo valor | Total dos aumentos | Alienações e/ou Imparidades | Variações de justo valor | Total das diminuições |                           |
| Fundos - OIG Rendimento                 | 231 421,58                  |               |                          | 0,00               |                             | 8 830,27                 | 8 830,27              | 222 591,31                |
| Fundo de Compensação no Trabalho        | 1 909,70                    | 669,14        |                          | 669,14             |                             |                          | 0,00                  | 2 578,84                  |
| <b>Total ao método do custo</b>         | <b>233 331,28</b>           | <b>669,14</b> | <b>0,00</b>              | <b>669,14</b>      | <b>0,00</b>                 | <b>8 830,27</b>          | <b>8 830,27</b>       | <b>223 166,15</b>         |



**RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM, S.A.**  
**Demonstrações Financeiras Individuais - NCRF**  
**31 dezembro de 2022**

| Descrição dos investimentos financeiros | Saldo inicial em 01.01.2021 | Aumentos      |                          |                    | Diminuições                 |                          |                       | Saldo final em 31.12.2021 |
|---|-----------------------------|---------------|--------------------------|--------------------|-----------------------------|--------------------------|-----------------------|---------------------------|
|   |                             | Aquisições    | Variações de justo valor | Total dos aumentos | Alienações e/ou Imparidades | Variações de justo valor | Total das diminuições |                           |
| Fundos - CVM Rendimento                 | 291.837,42                  |               |                          | 0,00               |                             | 418,84                   | 418,84                | 291.423,58                |
| Fundo de Compensação no Trabalho        | 1.277,72                    | 625,98        |                          | 625,98             |                             | 0,00                     | 0,00                  | 1.903,70                  |
| <b>Total ao modo de custo</b>           | <b>293.115,14</b>           | <b>625,98</b> | <b>0,00</b>              | <b>625,98</b>      | <b>0,00</b>                 | <b>418,84</b>            | <b>418,84</b>         | <b>293.327,28</b>         |

## 11. Ativos por Impostos Diferidos

A rubrica de Ativos por Impostos Diferidos apresenta a 31 de dezembro de 2022 e 2021 a seguinte decomposição:

| Ativos por impostos diferidos    | Movimentos        |          |                   |                   |
|----------------------------------|-------------------|----------|-------------------|-------------------|
|                                  | 31/12/2021        | Aumentos | Reduções          | 31/12/2022        |
| Benefícios Fiscais (CFEI II/IFR) | 62.020,96         | -        | -32.988,33        | 29.032,63         |
| Provisões                        | 126.000,00        | -        | -                 | 126.000,00        |
| <b>Total</b>                     | <b>188.020,96</b> | <b>-</b> | <b>-32.988,33</b> | <b>155.032,63</b> |

| Ativos por impostos diferidos            | Movimentos        |          |                  |                   |
|--|-------------------|----------|------------------|-------------------|
|  | 31/12/2020        | Aumentos | Reduções         | 31/12/2021        |
| Crédito fiscal ao investimento (CFEI II) | 71.600,70         | -        | -9.579,74        | 62.020,96         |
| Provisões                                | 126.000,00        | -        | -                | 126.000,00        |
| <b>Total</b>                             | <b>197.600,70</b> | <b>-</b> | <b>-9.579,74</b> | <b>188.020,96</b> |

## 12. Diferimentos

A rubrica de Diferimentos apresenta a 31 de dezembro de 2022 e 2021 a seguinte decomposição:

| Diferimentos                  | Períodos         |                  |
|-------------------------------|------------------|------------------|
|                               | 31/12/2022       | 31/12/2021       |
| <b>Ativos:</b>                |                  |                  |
| Seguros pagos antecipadamente | 15.466,13        | 14.275,59        |
| Outros                        | 1.206,61         | 1.206,61         |
| <b>Total</b>                  | <b>16.672,74</b> | <b>15.482,20</b> |
| <b>Passivos:</b>              |                  |                  |
| Outros                        | 82.481,04        | -                |
| <b>Total</b>                  | <b>82.481,04</b> | <b>-</b>         |

### 13. Capitais Próprios

O Capital Social subscrito e totalmente realizado ascende a 50.000,00€ e é detido pelos Municípios que compõem as Associações de Municípios da Terra Quente Transmontana (AMTQT), da Terra Fria do Nordeste Transmontano (AMTFNT) e pela Associação de Municípios do Douro Superior (AMDS).

As Reservas Legais cumprem o disposto no art.º 295, nº1 do CSC e apresentam o valor de 52.230,87€.

De seguida apresentamos as variações ocorridas nas rubricas de Capital Próprio em 2022 e 2021:

| Descrição   | Capital Próprio atribuído aos detentores de capital 2022 |                  |                     |  |                              |                      |
|---|--|------------------|---------------------|--|------------------------------|----------------------|
|   | Capital subscrito  | Reservas legais  | Outras reservas     | Ajustamentos / outras variações no capital próprio | Resultado líquido do período | Total                |
| <b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022</b>          | 50 000,00  | 52 230,87        | 4 883 291,02        | 8 206 040,37                                       | 526 142,29                   | 14 317 504,45        |
| Outras alterações reconhecidas no capital próprio | -  | -                | 526 142,29          | 627 207,71   | 526 142,29                   | 627 207,72           |
| <b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>               | -  | -                | -                   | -  | 375 799,20                   | 375 799,20           |
| <b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2022</b>             | <b>50 000,00</b>   | <b>52 230,87</b> | <b>5 409 433,31</b> | <b>8 176 712,65</b>                                | <b>875 789,20</b>            | <b>14 055 996,03</b> |

| Descrição   | Capital Próprio atribuído aos detentores de capital 2021 |                  |                     |  |                              |                      |
|---|--|------------------|---------------------|--|------------------------------|----------------------|
|   | Capital subscrito  | Reservas legais  | Outras reservas     | Ajustamentos / outras variações no capital próprio | Resultado líquido do período | Total                |
| <b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021</b>          | 50 000,00  | 52 230,87        | 4 844 278,79        | 8 410 769,06                                       | 230 811,53                   | 14 026 026,25        |
| Outras alterações reconhecidas no capital próprio | -  | -                | 230 811,53          | 612 728,47   | 230 811,53                   | 612 728,47           |
| <b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>               | -  | -                | -                   | -  | 526 142,29                   | 526 142,29           |
| <b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021</b>             | <b>50 000,00</b>   | <b>52 230,87</b> | <b>4 883 091,32</b> | <b>8 806 040,37</b>                                | <b>526 142,29</b>            | <b>14 317 504,85</b> |

### 14. Provisões

Em 31 de dezembro 2021 e de 2022 a rubrica de "provisões" apresentava a seguinte composição:

| Provisões           | Saldo Inicial       | Aumentos | Utilização | Reversão | Saldo final         |
|---------------------|---------------------|----------|------------|----------|---------------------|
| Matérias ambientais | 1 773 035,71        | -        | -          | -        | 1 773 035,71        |
| <b>Total</b>        | <b>1 773 035,71</b> | <b>-</b> | <b>-</b>   | <b>-</b> | <b>1 773 035,71</b> |

Este valor é referente aos dispêndios que se estima que venham a ser efetuados com a selagem e a monitorização do aterro sanitário. De referir que esta estimativa foi integralmente provisionada até ao período de 2016 uma vez que se estima que este montante seja o suficiente para fazer face aos futuros encargos. Por fim, de notar que deste montante total existe um valor de € 600.000,00 que não foi fiscalmente aceite pela AT o que deu origem ao reconhecimento de um ativo por Impostos diferidos de € 126.000,00 no ano de 2018.

## 15. Financiamentos

Em 31 de dezembro 2021 e de 2022 a rubrica de "financiamentos" apresentava a seguinte composição:

| RUBRICAS          | Períodos          |                   |                   |                   |                   |                   |
|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
|                   | 31/12/2022        |                   |                   | 31/12/2021        |                   |                   |
|                   | Não corrente      | Corrente          | Total             | Não corrente      | Corrente          | Total             |
| Empréstimos (ADC) | 314 292,33        | 117 535,80        | 431 828,13        | 431 828,13        | 113 122,88        | 544 951,01        |
| <b>Totais</b>     | <b>314 292,33</b> | <b>117 535,80</b> | <b>431 828,13</b> | <b>431 828,13</b> | <b>113 122,88</b> | <b>544 951,01</b> |

## 16. Fornecedores

A rubrica de Fornecedores apresenta a 31 de dezembro de 2022 e 2021 a seguinte decomposição:

| Rubricas                         | 31/12/2022          | 31/12/2021          |
|----------------------------------|---------------------|---------------------|
| Fornecedores c/c                 | 1 406 435,21        | 901 230,65          |
| Fornecedores - Retenção Garantia | 156 084,47          | 140 918,53          |
| <b>Totais</b>                    | <b>1 562 519,68</b> | <b>1 042 149,18</b> |

## 17. Outras Dívidas a Pagar

A rubrica de Outras Dívidas a Pagar apresenta a 31 de dezembro de 2022 e 2021 a seguinte decomposição:

| RUBRICAS                             | Períodos            |                   |                     |                     |                   |                     |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------|---------------------|---------------------|-------------------|---------------------|
|                                      | 31/12/2022          |                   |                     | 31/12/2021          |                   |                     |
|                                      | Não corrente        | Corrente          | Total               | Não corrente        | Corrente          | Total               |
| Fornecedores de Investimento         | -                   | 216 811,50        | 216 811,50          | -                   | 188 474,47        | 188 474,47          |
| Remunerações a liquidar (previsões)  | -                   | 53 837,00         | 53 837,00           | -                   | 54 937,03         | 54 937,03           |
| Juros a liquidar                     | -                   | 2 780,74          | 2 780,74            | -                   | 3 509,19          | 3 509,19            |
| Outros acréscimos de gastos          | -                   | 34 071,78         | 34 071,78           | -                   | 73 569,67         | 73 569,67           |
| Imposto refacionado com os subsídios | 1 816 178,42        | 316 522,90        | 2 132 701,32        | 2 072 281,08        | 268 565,09        | 2 340 846,17        |
| Saldos credoras de clientes          | -                   | 147,24            | 147,24              | -                   | 147,24            | 147,24              |
| Outros                               | -                   | 7,20              | 7,20                | -                   | 7,66              | 7,66                |
| <b>Totais</b>                        | <b>1 816 178,42</b> | <b>624 178,26</b> | <b>2 440 356,78</b> | <b>2 072 281,08</b> | <b>589 210,35</b> | <b>2 661 491,43</b> |

## 18. Vendas e serviços prestados

No exercício da sua atividade corrente/normal, a Resíduos do Nordeste presta serviços de gestão e tratamento de resíduos urbanos aos municípios que integram aquelas Associações de Municípios, os quais representam boa parte de tal atividade.

As rubricas de vendas e serviços prestados apresentam a 31 de dezembro de 2022 e 2021 a seguinte decomposição:

| RUBRICAS                     | 31/12/2022          |                     |                 |                     | 31/12/2021          |                     |                 |                     |
|------------------------------|---------------------|---------------------|-----------------|---------------------|---------------------|---------------------|-----------------|---------------------|
|                              | Mercado Interno     | Mercado comunitário | Mercado externo | Total               | Mercado Interno     | Mercado comunitário | Mercado externo | Total               |
| <b>Vender</b>                |                     |                     |                 |                     |                     |                     |                 |                     |
| Mercadorias                  | 0,00                | 0,00                | 0,00            | 0,00                | 0,00                | 0,00                | 0,00            | 0,00                |
| P.Acebados                   | 0,00                | 0,00                | 0,00            | 0,00                | 0,00                | 0,00                | 0,00            | 0,00                |
| Subprodutos                  | 1 328 131,00        | 0,00                | 0,00            | 1 328 131,00        | 1 156 913,43        | 0,00                | 0,00            | 1 156 913,43        |
| <b>Total</b>                 | <b>1 328 131,00</b> | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b>     | <b>1 328 131,00</b> | <b>1 156 913,43</b> | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b>     | <b>1 156 913,43</b> |
| <b>Prestação de serviços</b> | <b>6 977 894,39</b> | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b>     | <b>6 977 894,39</b> | <b>6 306 266,36</b> | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b>     | <b>6 306 266,36</b> |
| <b>Volume de negócios</b>    | <b>8 305 525,39</b> | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b>     | <b>8 305 525,39</b> | <b>7 463 179,79</b> | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b>     | <b>7 463 179,79</b> |
| Juros                        |                     |                     |                 | 0,00                |                     |                     |                 | 0,00                |
| Royalties                    |                     |                     |                 | 0,00                |                     |                     |                 | 0,00                |
| Dividendos                   |                     |                     |                 | 0,00                |                     |                     |                 | 0,00                |
| <b>Ativa</b>                 | <b>8 305 525,39</b> | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b>     | <b>8 305 525,39</b> | <b>7 463 179,79</b> | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b>     | <b>7 463 179,79</b> |

## 19. Subsídios à exploração

A rubrica de subsídios à exploração apresenta a 31 de dezembro de 2022 e 2021 a seguinte decomposição:

| Descrição                                      | Períodos         |                  |
|--|------------------|------------------|
|  | 31/12/2022       | 31/12/2021       |
| POSEUR - Educar para uma Economia Circular     |                  | 65,39            |
| POSEUR - Campanha de educação e sensibilização |                  | 2 782,90         |
| IPB - Plastic to Fuel Mat                      | 10 144,32        | 6 869,43         |
| POCTEP - Valorcomp                             | 2 927,45         | 3 100,82         |
| POSEUR - Reforço da Recolha Seletiva           | 1 387,07         | 14 071,75        |
| Fundo Ambiental                                |                  | 45 000,00        |
| <b>Total</b>                                   | <b>14 458,84</b> | <b>71 890,29</b> |

## 20. Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos apresenta a 31 de dezembro de 2022 e 2021 a seguinte decomposição:

| RUBRICAS                           | Períodos            |                     |
|------------------------------------|---------------------|---------------------|
|                                    | 31/12/2022          | 31/12/2021          |
| Subcontratos                       | 6 634 785,76        | 6 000 244,94        |
| Serviços especializados            | 197 724,48          | 211 242,97          |
| Materials                          | 46 850,51           | 31 590,08           |
| Energia e fluidos                  | 259 585,00          | 201 297,69          |
| Deslocações, estadas e transportes | 23 077,70           | 2 192,98            |
| Serviços diversos                  | 61 436,78           | 59 191,48           |
| <b>Total</b>                       | <b>7 223 460,23</b> | <b>6 505 760,14</b> |

## 21. Gastos com o Pessoal

A rubrica de Gastos com o Pessoal apresenta a 31 de dezembro de 2022 e 2021 a seguinte decomposição:

| RUBRICAS                    | Períodos          |                   |
|-----------------------------|-------------------|-------------------|
|                             | 31/12/2022        | 31/12/2021        |
| Remuneração do pessoal      | 318 913,76        | 319 231,81        |
| Encargos sobre remunerações | 72 690,99         | 72 675,71         |
| Seguros                     | 6 124,05          | 5 786,78          |
| Outros gastos com pessoal   | 12 262,95         | 14 728,35         |
| <b>Total</b>                | <b>409 991,75</b> | <b>412 422,65</b> |

No período a que se referem as demonstrações financeiras a empresa teve 12 trabalhadores em média.

## 22. Aumentos/reduções do justo valor

A rubrica de Aumentos/reduções do justo valor apresenta a 31 de dezembro de 2022 e 2021 a seguinte decomposição:

| RUBRICAS   | Períodos         |                |
|--|------------------|----------------|
|  | 31/12/2022       | 31/12/2021     |
| <b>Ganhos por aumento de justo valor:</b>                  |                  |                |
| <b>Total dos ganhos</b>                                    | <b>0,00</b>      | <b>0,00</b>    |
| <b>Perdas por redução de justo valor:</b>                  |                  |                |
| Em investimentos financeiros                               | 8 830,27         | 413,84         |
| <b>Total das perdas</b>                                    | <b>8 830,27</b>  | <b>413,84</b>  |
| <b>Total dos aumentos menos as reduções de justo valor</b> | <b>-8 830,27</b> | <b>-413,84</b> |

## 23. Outros Rendimentos

A rubrica de Outros Rendimentos apresenta a 31 de dezembro de 2022 e 2021 a seguinte decomposição:

| RUBRICAS  | Períodos            |                     |
|---|---------------------|---------------------|
|   | 31/12/2022          | 31/12/2021          |
| Rendimentos suplementares                                 | 741,49              | 7 124,43            |
| Rendimentos e ganhos nos restantes ativos não financeiros | -                   | 10 695,00           |
| Subsídios não reembolsáveis                               | 1 507 251,91        | 1 278 881,37        |
| Juros de depósitos  | -                   | -                   |
| Outros  | 1 975,52            | 781,98              |
| <b>Total</b>  | <b>1 509 968,92</b> | <b>1 297 482,78</b> |

O valor mais relevante nesta rubrica (€ 1.507.251,91) diz respeito à imputação dos subsídios atribuídos para a aquisição de ativos fixos e intangíveis depreciables a rendimentos do exercício, na proporção das depreciações/amortizações efetuadas no próprio exercício relativas aos ativos financiados.



**24. Outros Gastos e Perdas**

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 2022 é conforme se segue:

| RUBRICAS                                     | Períodos         |                  |
|--|------------------|------------------|
|  | 31/12/2022       | 31/12/2021       |
| Impostos                                     | 5 308,08         | 5 929,93         |
| Gastos e perdas em investimentos financeiros | -                | 15 565,89        |
| Donativos                                    | 1 500,00         | 1 500,00         |
| Quotizações                                  | 17 653,00        | 16 560,00        |
| Juros de mora de fornecedores                | -                | -                |
| Outros                                       | 3 384,95         | 1 540,58         |
| <b>Total</b>                                 | <b>27 846,03</b> | <b>41 096,40</b> |

**25. Juros e gastos similares suportados**

A decomposição da rubrica de "Juros e gastos similares suportados" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 2022 é conforme se segue:

| RUBRICAS         | Períodos         |                  |
|------------------|------------------|------------------|
|                  | 31/12/2022       | 31/12/2021       |
| Juros suportados | 19 255,23        | 23 519,07        |
| <b>Total</b>     | <b>19 255,23</b> | <b>23 519,07</b> |

**26. Imposto sobre o rendimento do período**

A rubrica de "Imposto sobre o rendimento do período" apresenta a seguinte estimativa de imposto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 2022:

| Imposto               | Períodos         |                  |
|-----------------------|------------------|------------------|
|                       | 31/12/2022       | 31/12/2021       |
| Estimativa de imposto | 38 643,37        | 44 965,89        |
| <b>Total</b>          | <b>38 643,37</b> | <b>44 965,89</b> |



## 27. Acontecimentos após a data do Balanço

A administração não detetou acontecimentos após a data de encerramento das contas e até à data da prestação de contas que, pelo seu possível efeito material, possam ter consequência na informação financeira futura.

Todavia, a instabilidade que estamos a viver, inicialmente provocada pela pandemia COVID-19, seguida da invasão da Ucrânia pela Rússia, a qual veio acelerar o fenómeno inflacionista que tinha apresentado sinais de crescimento no último trimestre de 2021, torna o quadro económico-financeiro mais incerto e volátil, afetando as condições de funcionamento e financiamento das instituições públicas e privadas, não sendo, neste momento, possível fazer a quantificação dos seus efeitos na sua atividade de exploração em 2023.

Apesar do facto anteriormente descrito afetar a performance económico-financeira da entidade, a administração da sociedade não prevê que tal facto coloque em causa a continuidade das operações e o normal desenvolvimento das suas atividades.

## 28. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

1 - Os honorários do Fiscal único nos anos de 2022 e 2021 foram de 4.800,00€ e € 4.800,00, respetivamente.

2 - À data de 31 de dezembro de 2022 não existiam quaisquer dívidas às Finanças, Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e trabalhadores.

3 - O imposto apurado em 2022 incorpora o acesso ao Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento II (CFEI II), aprovado pela Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho. Em concreto, esse crédito corresponde a uma dedução à coleta de IRC no montante de 20% das despesas de investimento em ativos afetos à exploração efetuadas no primeiro semestre de 2021, até à concorrência de 70% da coleta daquele imposto, sendo que, a importância que não pôde ser deduzida no período de 2021 pode sê-lo, nas mesmas condições, nos cinco períodos de tributação subsequentes. Assim, de 2021 transitou um crédito apurado de € 62.020,96 e a dedução à coleta permitida em 2022 foi de € 58.905,32. Desta forma, transita para o ano seguinte o valor de € 3.115,64.

Para além deste benefício fiscal, foi ainda utilizado o Incentivo Fiscal à Recuperação (IFR) criado pelo OE 2022 o qual permite uma dedução à coleta de IRC de 10% (até à média de investimentos dos últimos 3 anos) e de 25% (acima da média de investimentos dos últimos 3 anos) das despesas de investimentos afetos à exploração efetuadas no segundo semestre de 2022, até à concorrência de 70% da coleta de IRC. À semelhança do que acontece no CFEI II, a importância que não pôde ser deduzida neste período, pode ser utilizada nos 5 períodos seguintes. Deste modo, no presente ano a empresa apurou um montante total de incentivo de € 51.162,13 e deduziu à coleta o montante de € 25.245,14, transitando para os períodos seguintes o montante de € 25.916,99.

Para o valor de € 29.032,63 relativo aos benefícios apurados e não deduzidos no período foi criado o correspondente ativo por imposto diferido dado que se perspectiva recuperar o mesmo nos 5 períodos de tributação seguintes.

## 29. Outras Informações

A entidade no período económico findo em 31 de dezembro de 2022 alcançou o Resultado Líquido positivo de € 375.799,20, o qual se propõe a ser aplicado na rubrica de "Outras Reservas".

A Administração e o Contabilista Certificado, confirmam que à data de 31 de dezembro de 2022, para além dos factos mencionados em anteriores notas:

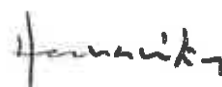
- Não existem quaisquer responsabilidades com garantias, hipotecas e penhores a favor e tercelros;
- Não existem processos concluídos ou em curso (em fase de recurso hierárquico ou judicial) contra a Empresa, decorrente de levantamentos processuais referentes a contingências fiscais, legais ou laborais, ou de outra natureza, para os quais a Empresa, no âmbito do SNC/NCRF, seja obrigada a constituir ou divulgar as respetivas responsabilidades nas suas demonstrações financeiras.

Mirandela, 31 de março de 2023

**O CONTABILISTA CERTIFICADO Nº**  
**63736**



**A ADMINISTRAÇÃO**





**RELATÓRIO ANUAL  
E PARECER DO  
FISCAL ÚNICO**

fi  
6.8



## Resíduos do Nordeste, E.I.M., S.A.

### Relatório e Parecer do Fiscal Único

#### EXERCÍCIO DE 2022

Ex.<sup>mos</sup> Senhores Acionistas

#### Introdução

1. Nos termos da Lei e do mandato que nos conferiram apresentamos o Relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração da Resíduos do Nordeste, E.I.M., S.A. relativamente ao exercício findo em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e dois.

#### Trabalhos Efetuados

2. No decurso do exercício prosseguiu o Fiscal Único com a periodicidade julgada necessária e conveniente, por amostragem, à análise e apreciação dos registos e procedimentos contabilísticos intelirando-se da evolução da gestão social.
3. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal de Contas, em anexo, bem como o Relatório de Acompanhamento e Recomendações da Auditoria, endereçado ao Conselho de Administração e aos acionistas, nos termos das obrigações de vigilância e fiscalização previstas no Código das Sociedades Comerciais.

#### Âmbito

4. No âmbito das nossas funções verificámos que:
  - I) O Balanço, a Demonstração de Resultados por naturezas, Demonstração de Alterações no Capital Próprio, Demonstração de Fluxos de Caixa e o Anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;
  - II) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
  - III) O Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade, evidenciando os aspetos mais significativos;
  - iv) A proposta de aplicação de resultados tem claro fundamento.



**Parecer**

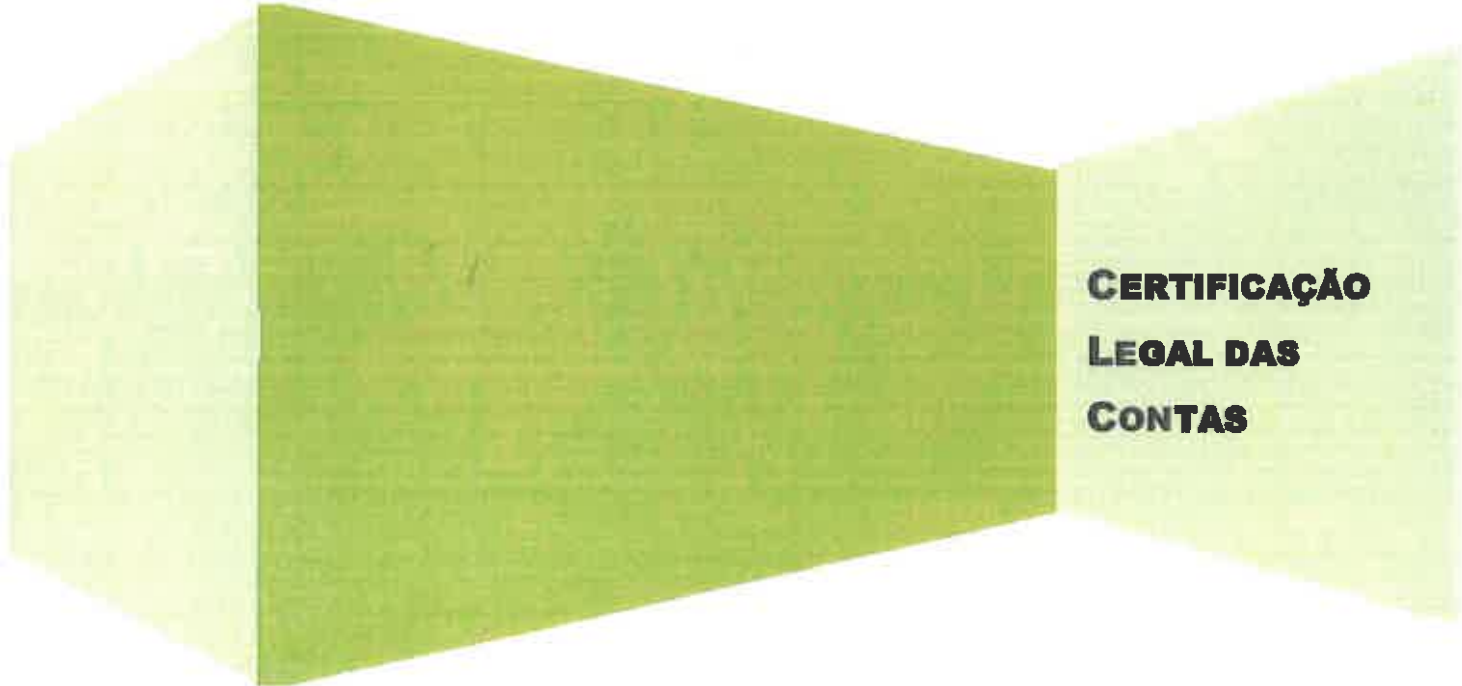
5. Tudo devidamente ponderado, designadamente o que contém a Certificação Legal de Contas, somos de parecer que a Assembleia:
- Delibere sobre a aprovação do Relatório de Gestão, do Balanço, da Demonstração dos Resultados por Naturezas, Demonstração de Alterações no Capital Próprio, Demonstração de Fluxos de Caixa e o Anexo relativos ao exercício de 2022 apresentados pelo Conselho de Administração;
  - Delibere sobre a aprovação da proposta de aplicação do resultado líquido apresentada pelo Conselho de Administração;
  - Proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da sociedade.

O Fiscal Único agradece ao Conselho de Administração e a todos os serviços da empresa a colaboração prestada.

Bragança, 01 de abril de 2023

O FISCAL ÚNICO

Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues (R.O.C. n.º 1047)  
Em representação da S.R.O.C. n.º 92, Fernando Peixinho & José Lima, Lda.



**CERTIFICAÇÃO  
LEGAL DAS  
CONTAS**



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 21.238.167 euros e um total de capital próprio de 14.065.996 euros, incluindo um resultado líquido de 375.799 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfase

A guerra entre a Rússia e Ucrânia mantém-se e tem-se traduzido na escassez de alguns bens essenciais e no aumento da inflação e das taxas de juro. Tal circunstância está a ter um impacto negativo na estrutura económico-financeira dos países, das famílias e das empresas, não sendo, no entanto, possível prever o impacto nas demonstrações financeiras da empresa para o ano em curso.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;



- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

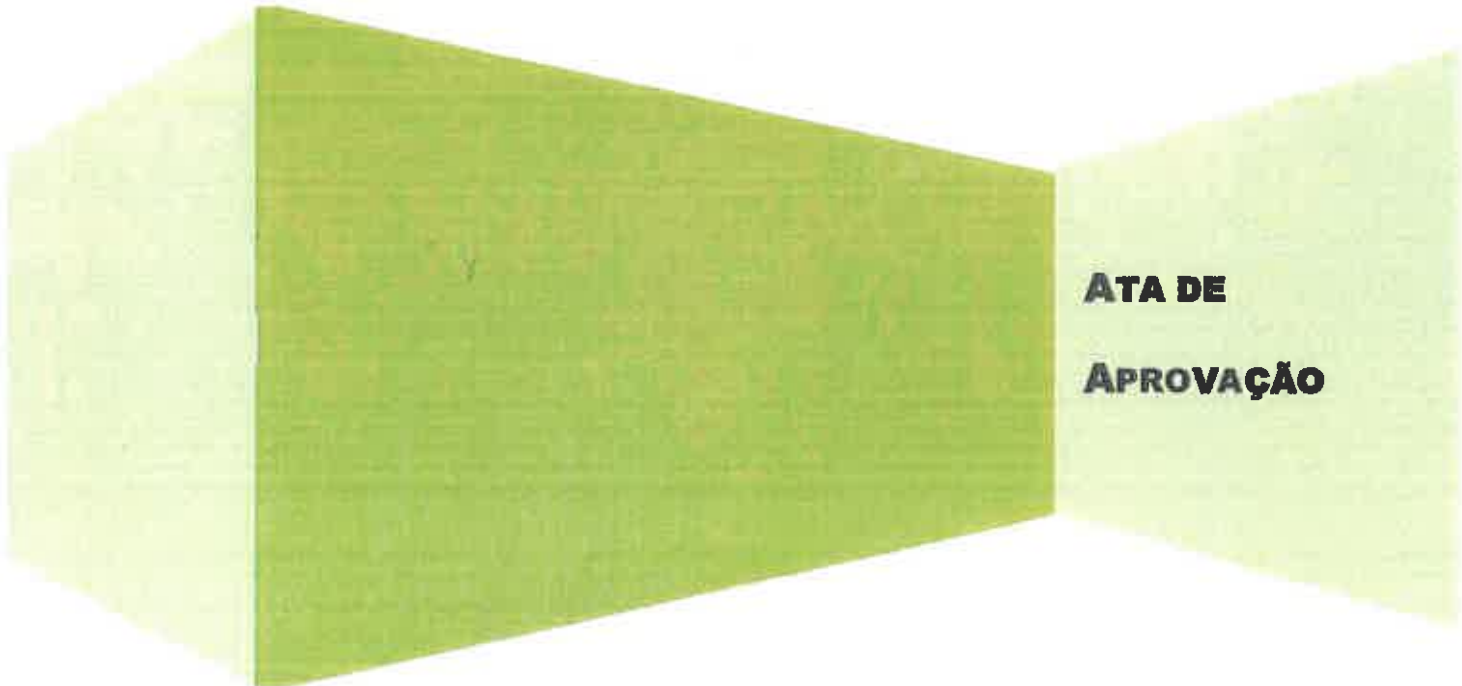
## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Bragança, 01 de abril de 2023

Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues (ROC n.º 1047)  
em representação da S.R.O.C. n.º 92 - Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda.



**ATA DE  
APROVAÇÃO**



RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM, SA

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM, S.A., REALIZADA NO DIA 31 DE MARÇO DE 2023.....**

No dia 31, do mês de março, do ano de dois mil e vinte e três, pelas 14h30m, na sede da Resíduos do Nordeste, em Mirandela, realizou-se a reunião n.º 2/2023 do Conselho de Administração da Resíduos do Nordeste, Empresa Intermunicipal, S.A., com o número de Identificação de Pessoa Coletiva 505 542 331, e sede social sita na Rua Fundação Calouste Gulbenkian, em Mirandela, estando presentes o Presidente do Conselho de Administração, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e os Vogais João Manuel dos Santos Lopes Gonçalves e António Joaquim Pimentel. Esteve ainda presente o Diretor-Geral da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., Paulo José Gomes Monteiro Praça.....

A reunião foi convocada pelo Ofício n.º 61, de 20.03.2023. ....

Iniciada a reunião à hora prevista, foi lida a Ordem de Trabalhos, aprovada por unanimidade:...

**Ponto único:** Apreciação e deliberação do Relatório e Contas 2022.....

**Passou-se de seguida à discussão da Ordem de Trabalhos:** .....

**APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS 2022:** .....

O Conselho de Administração tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Relatório e Contas 2022, da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. ....

E não havendo mais nada a tratar, o Conselho de Administração deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, a qual vai ser assinada nos termos legais pelos membros presentes e pelo Diretor-Geral. ....

O Presidente do Conselho de Administração,



(Hernâni Dinis Venâncio Dias)

Os Vogais,



(João Manuel dos Santos Lopes Gonçalves)



(António Joaquim Pimentel)

O Diretor Geral,



(Paulo José Gomes Monteiro Praça)

RESÍDUOS DO NORDESTE EIM, S.A.

RUA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, EDIF. GAT. 5170-880 MIRANDELA  
TEL: +351 201 570 111 | E-MAIL: GERAL@RESIDUOSDONORDESTE.PT  
WWW.RESIDUOSDONORDESTE.PT



# ***CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS***



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS/ RELATÓRIO AUDITORIA

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Grupo Município de Vimioso que compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2022 (que evidencia um total de 38.704.738,04 euros e um total de fundos próprios de 32.413.563,27 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 81.659,32 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido consolidado e o mapa de fluxos de caixa consolidado das operações operacionais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo Município de Vimioso em 31 de Dezembro 2022 e o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao período findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo

com os Princípios Contabilísticos adotados em Portugal através do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais;

- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do grupo se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver contiuo, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliemos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

Fis 2/3

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

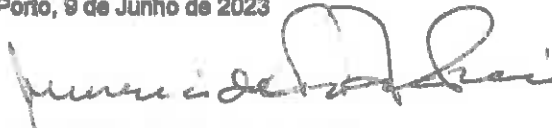
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

#### **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

##### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de Gestão Consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação financeira nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 9 de Junho de 2023



Maria Fátima Pereira, ROC n.º 835  
Em representação de  
Fátima Pereira & Carlos Duarte, SROC  
Inscrita na OROC sob o n.º 154



***RELATÓRIO E PARECER DO  
REVISOR OFICIAL DE CONTAS***

## RELATORIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Exmos. Senhores,

Em cumprimento do determinado na alínea e) do art.º 77.º da Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro, vem o Revisor Oficial de Contas do "Município de Vimioso", apresentar o relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pelo Órgão Executivo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Procedemos à fiscalização dos atos do Órgão Executivo, através dos elementos de contabilidade e das informações e esclarecimentos obtidos do Órgão executivo e dos Serviços;

Verificamos periodicamente, com a profundidade e extensão consideradas adequadas, os documentos, registos e livros de escrituração;

Procedemos à verificação dos valores patrimoniais do Município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título.

Procedemos à verificação do Balanço consolidado, da Demonstração dos Resultados consolidada, da Demonstração dos Fluxos de Caixa consolidada, da Demonstração de Alterações do Património Líquido consolidada, do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados consolidado, dos mapas de controlo orçamental e dos princípios contabilísticos subjacentes e apreciamos o Relatório de Gestão.

A ação fiscalizadora desenvolvida permite concluir que:

- Os princípios contabilísticos adotados no exercício e descrito no Anexo ao Balanço e à demonstração dos Resultados consolidado estão em conformidade com os normativos contabilísticos aplicáveis à Entidade, designadamente os consignados no SNC-AP.
- O conteúdo do Relatório de Gestão satisfaz as disposições legais e reflete a atividade desenvolvida e a situação da Entidade.
- As informações contidas no Relatório de gestão estão em conformidade com a informação constante nos demais documentos de prestação de contas apresentados pelo Órgão executivo.

Fis 1/2



**Fátima Pereira & Carlos Duarte**  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas


---

Na qualidade de Revisores Oficiais de Contas e de acordo com o exigido, designadamente, no n.º 2 do artigo 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro procedemos à emissão de Certificação Legal das Contas, sem reservas.

Face ao trabalho desenvolvido, de acordo com o exposto e tendo em conta o teor da Certificação Legal das Contas que emitimos, somos de parecer que a Assembleia Municipal:

- a) Aprove o Relatório de Gestão e as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pelo Conselho Diretivo;
- b) Proceda à apreciação das contas elaboradas e aprovadas pelo Órgão executivo nos termos previstos no artigo 76º da Lei 73/2013 de 9 de Setembro.

Porto, 9 de Junho de 2023



Maria Fátima Pereira, ROC n.º 835  
Em representação de  
Fátima Pereira & Carlos Duarte, SROC  
Inscrita na OROC sob o n.º 154

Fis 2/2